



UNIVERSIDADE DOS AÇORES

**ASSOCIATIVISMO JUVENIL NOS AÇORES:
SOCIABILIDADES E PARTICIPAÇÃO SOCIAL**

Dissertação apresentada à Universidade dos Açores para efeito de obtenção do Grau de Mestre no Ramo das Ciências Sociais, especialidade de Desenvolvimento Local e Regional.

Autoria

Tibério Gil Lopes

Sob Orientação de:

Prof. Doutor Rolando Lima Lalanda Gonçalves

Ponta Delgada, 31 de Outubro de 2007

Aos meus Pais, Irmã, Filho e Mulher

Agradecimentos

Rolando Lima Lalanda Gonçalves

Vânia Goreti Ferreira Gonçalves

Rui Jorge da Silva Leite de Bettencourt

João Alberto Ávila de Lima

Bruno Miguel Correia Pacheco

Márcio Filipe Moniz Tavares

Amâncio Gonçalves Machado Faria e Maia

Manuel António Pacheco Ferreira

Bruno Miguel Resendes Flores Melo

Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais

Direcção Regional da Juventude Emprego e Formação Profissional

Direcção Regional da Juventude

Associação Cultural, Desportiva e Recreativa da Graciosa

Associação Dinamizadora de Jovens

Associação de Guias de Portugal – Açores

Movimento Juventude Nova – Açores

Associação de Escoteiros de Portugal – Região Oriental

Associação de Juventude Palmo & Letras

Clube Cultural e Recreativo Juventude e Cultura

Associação de Escoteiros de Portugal – Região Central e Ocidental

Corpo Nacional de Escutas – Região Açores

*"Eu não posso ensinar nada a ninguém,
eu só posso fazê-lo pensar."*

Sócrates, Filósofo

Siglas e Abreviaturas

RRAJ – Registo Regional de Associações Juvenis

RRAJA – Registo Regional de Associações Juvenis dos Açores

DRJ – Direcção Regional da Juventude

CNE – Corpo Nacional de Escutas

Resumo

O desenvolvimento do trabalho constituiu-se num estudo desenvolvido na Área do Associativismo Juvenil, tendo como preocupação central compreender o movimento associativo como uma forma de participação social dos jovens.

Procurámos dar resposta reflectindo acerca da função organizacional e função social do associativismo juvenil, traçando uma retrospectiva acerca do conceito de juventude e dos pressupostos que estão subjacentes à compreensão de identidades individuais e identidades colectivas. Por outro lado, os processos de socialização e os factores de integração social dos jovens levaram-nos a aprofundar o sentido da acção social, manifestamente assente na transposição prática das representações sociais dos indivíduos. Revisitámos o conceito de cultura, de modo a entendermos o sentido das práticas culturais, não olvidando, em todo o caso, o sentido da mobilização colectiva própria do movimento associativo.

Tendo-se desenvolvido esta análise no enquadramento subjacente ao associativismo juvenil, procurámos ainda entender as formas de sociabilidade dos jovens e a relação existente, ou não, com as suas práticas culturais e práticas associativas, e concluímos que elas constituem um elemento fundamental de interligação e homogeneidade para a compreensão da participação social. No quadro da participação social e do associativismo juvenil, pudemos verificar que existem factores identitários socialmente construídos, bem como, um referencial de valores que confluem para a dinâmica dos modelos predominantes ao desenvolvimento local e regional. No entanto, aferimos, também, que a participação nas associações juvenis é, ao mesmo tempo, condicionada pelas representações sociais do jovem e pelos seus contextos de socialização formais.

Finalmente, e de acordo com as dimensões que apresentámos para a compreensão da participação social dos jovens, concluímos que pertença às associações juvenis corporiza-se por resultados, acima de tudo de convivialidade, lazer e satisfação pessoal, verificados pela proximidade e reciprocidade, em contextos de socialização inerentes ao sistema de valores e às práticas culturais dos jovens.

Índice Geral

INTRODUÇÃO	1
1. CAPÍTULO – JUVENTUDE(S) E ASSOCIATIVISMO JUVENIL	6
1.1. Da Juventude(s)	6
1.2. Do Processo de Socialização e Representação Social	15
1.3. Das Práticas Culturais e Associativismo Juvenil	27
1.3.1. Do Conceito de Cultura	27
1.3.2. Da Identidade e Participação Social	31
1.4. Da Problemática em Causa: Modelo de Análise e Hipóteses	38
2. CAPÍTULO – O ASSOCIATIVISMO JUVENIL E POLÍTICAS PÚBLICAS	41
2.1. Da Organização Pública do Associativismo: O Registo Regional de Associações Juvenis – Caracterização da População	41
2.2. Das Associações Juvenis: O Objecto da Acção e a Oferta Associativa	47
3. CAPÍTULO – OPÇÕES METODOLÓGICAS	49
3.1. Dos Fundamentos da Abordagem Metodológica	51
3.2. Da Definição do Plano de Observação	52
3.3. Do Processo da Construção da Amostra	53
3.4. Da Opção Metodológica do Inquérito por Questionário	56
3.5. Da Validação do Instrumento e a Recolha de Dados	60
3.6. Das Limitações do Estudo	61
3.7. Das Considerações Éticas	61
4. CAPÍTULO – PRÁTICAS CULTURAIS E PARTICIPAÇÃO ASSOCIATIVA DOS JOVENS	64
4.1. Da Caracterização Sociográfica dos Públicos Associativos	64
4.2. Das Práticas Culturais dos Jovens	68
4.2.1. Das Considerações Iniciais	68
4.2.2. Dos Consumos Sociais na Ocupação dos Tempos Livres	69
4.3. Das Práticas Associativas	74
4.3.1. Da Participação Juvenil: Dinâmicas de Pertença	74
4.3.2. Dos Jovens na Relação Pessoal com a Oferta Associativa	77
4.3.3. Da Participação Associativa	80
4.3.4. Das Aspirações dos Jovens e Desenvolvimento Pessoal	85
4.4. Do Universo Simbólico dos Jovens	88
4.4.1. Dos Valores face à Família	88
4.4.2. Dos Valores face à Realização Pessoal	89
4.4.3. Das Representações de Cidadania e Participação Juvenil	90
CONCLUSÃO	97
BIBLIOGRAFIA	105
ANEXOS ..	I

Índice de Quadros

Quadro 1 – Formas de Integração Social	18
Quadro 2 – Tipo de Actividades das Associações do RRAJA (2006)	48
Quadro 3 – Principais Motivos de Adesão à Associação Juvenil	75
Quadro 4 – Motivos Sociais para a Participação na Associação Juvenil	76
Quadro 5 – Disponibilidade dos Jovens para Participar na Associação Juvenil	81
Quadro 6 – Participação nas Decisões Importantes da Associação Juvenil segundo o Grau de Pertença	84
Quadro 7 – Grau de Satisfação das Aspirações dos Jovens segundo o Grau de Pertença	86
Quadro 8 – Modos de Participação Cívica segundo os Públicos Juvenis	91
Quadro 9 – Participação Cívica segundo os Públicos Juvenis	93
Quadro 10 – Expectativa dos Públicos Juvenis relativamente ao Futuro dos Açores	94
Quadro 11 – Avaliação dos Valores relativos às Opções dos Públicos Juvenis	95
Quadro 12 – Dimensões do Modelo de Análise	II
Quadro 13 – Registo Regional das Associações Juvenis dos Açores	XIV
Quadro 14 – Associações Juvenis dos Açores objecto da Amostra do Inquérito	XV
Quadro 15 – Mapa Final de Resultados da Aplicação dos Inquéritos	XVI
Quadro 16 – Perfil Sociográfico do Associativismo Juvenil dos Açores	XVII
Quadro 17 – Grau de Instrução do Pai e da Mãe dos Públicos Juvenis	XVIII
Quadro 18 – Situação Profissional do Pai e da Mãe dos Públicos Juvenis	XVIII
Quadro 19 – Modos Preferidos dos Jovens para Passar os Tempos Livres	XIX
Quadro 20 – Espaços Preferidos dos Jovens para Desenvolver as Actividades dos Tempos Livres	XIX
Quadro 21 – Aspectos Mais Valorizados pelos no Desenvolvimento das Actividades	XIX
Quadro 22 – Actividades e Expressões Culturais Habituais na Ocupação dos Tempos Livres	XX
Quadro 23 – Frequência de Audição dos Géneros Musicais	XXI
Quadro 24 – Frequência de Leitura dos Géneros Literários	XXI
Quadro 25 – Frequência dos Assuntos Lidos em Jornais e Revistas	XXII
Quadro 26 – Frequência dos Consumos Culturais	XXII
Quadro 27 – Frequência de “Outros” Consumos Culturais de Sociabilidade	XXIII
Quadro 28 – Razões de Adesão à Associação Juvenil	XXIII
Quadro 29 – Aspecto Mais Valorizado na Associação Juvenil	XXIII
Quadro 30 – Principal Razão para Continuar a Participar na Associação Juvenil	XXIV
Quadro 31 – As Actividades Desenvolvidas na Associação Juvenil	XXV
Quadro 32 – As Actividades que Deveriam ser Mais Desenvolvidas na Associação Juvenil	XXVI
Quadro 33 – As Actividades que Correspondem Mais aos Interesses dos Jovens	XXVII
Quadro 34 – Grau de Satisfação dos Jovens relativamente à Associação Juvenil	XXVIII
Quadro 35 – Registo de Permanência dos Jovens na Associação Juvenil	XXIX
Quadro 36 – Frequência no Planeamento de Actividades segundo o Tempo de Associado	XXIX
Quadro 37 – Frequência no Planeamento de Actividades segundo o Grau de Pertença	XXIX
Quadro 38 – Participação na Associação Juvenil segundo o Grau de Desempenho	XXIX
Quadro 39 – Participação nas Actividades segundo o Grau de Desempenho	XXX
Quadro 40 – Participação nas Actividades segundo o Grau de Escolaridade	XXX
Quadro 41 – Participação nas Decisões Importantes da Associação Juvenil segundo a Idade e o Sexo	XXX

Quadro 42 – Grau de Satisfação das Aspirações dos Jovens segundo a Idade e o Sexo	XXXI
Quadro 43 – Grau de Satisfação das Aspirações dos Jovens segundo o Tempo de Associado ..	XXXI
Quadro 44 – Grau de Importância da Associação Juvenil para a Personalidade dos Jovens	XXXI
Quadro 45 – Significado da Família para os Públicos Juvenis	XXXII
Quadro 46 – Dimensões de Realização Pessoal dos Públicos Juvenis	XXXIII
Quadro 47 – Disponibilidade das Pessoas segundo os Públicos Juvenis	XXXIII
Quadro 48 – Representações de Cidadania segundo os Públicos Juvenis	XXXIV
Quadro 49 – Dimensão de Pertença Territorial segundo os Públicos Juvenis	XXXIV
Quadro 50 – Acção Interventora segundo a Comunidade Residencial dos Públicos Juvenis	XXXV
Quadro 51 – Avaliação do Sentimento de Confiança segundo os Públicos Juvenis	XXXV
Quadro 52 – Participação nas Actividades da Associação segundo o Sentimento de Confiança	XXXV

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Associações Registadas entre 1991-2006	42
Gráfico 2 – Actualização do RRAJ/RRAJA	43
Gráfico 3 – Total de Associados (1991-2006)	43
Gráfico 4 – Total de Associados 12-30 Anos (1991-2006)	44
Gráfico 5 – Total de Associados 12 -30 Anos (1991-2006)	44
Gráfico 6 – Total de Associados 12-30 Anos (1991-2006)	45
Gráfico 7 – Variação do Número de Associados após Actualização 2006	46

INTRODUÇÃO

Esta investigação deve-se ao interesse científico em estudar um grupo de indivíduos membros de associações juvenis que desenvolvem um conjunto de práticas sociais em função de um determinado sentido de pertença, embora inseridos nos mesmos contextos de socialização formais.

Contudo, o enquadramento permitido pela dimensão e pelo percurso dos acontecimentos sociais manifestam-se importantes na compreensão do movimento associativo. Nesse sentido, podemos apurar que ocorre um processo de individualização conjugado com a industrialização e o desenvolvimento do capitalismo. O estado de incerteza e insegurança constante leva ao questionar das crenças da própria modernidade: *crescimento, progresso e razão*. Nasce uma espécie de desencantamento do mundo em que o indivíduo se sente cada vez mais só, sem estruturas que o apoiem. Por outro lado, o Estado abandona progressivamente a sua função de elemento unificador da vida social ao manter uma distância cada vez mais marcante face aos indivíduos. Neste cenário, os indivíduos desvinculam-se dos partidos tradicionais e optam por outro tipo de instituições como as associações mais próximas dos assuntos da vida quotidiana, mais próximas dos interesses e das próprias preocupações individuais. Nesse contexto, o Terceiro Sector assume-se como um dos veículos para os indivíduos desempenharem um papel activo na sociedade adoptando forma em torno da constituição de novas organizações não lucrativas face ao crescente domínio das multinacionais. As organizações do Terceiro Sector funcionam através de incentivos neo-liberais e, numa base de criação de condições para o auto-emprego, são postas ao serviço de causas sociais. Acima de tudo, torna-se necessário que as relações entre o

sistema económico e o sistema social adquiram uma nova configuração, visando novas formas de integração social a partir da experiência e conhecimentos dos indivíduos e pelo melhor aproveitamento dos recursos culturais e simbólicos dos locais onde se inserem, fundando, como refere Gorz (1997), uma “comunidade cooperativa”.

O Terceiro Sector assume, pois, um papel alternativo a uma sociedade eminentemente capitalista. Numa sociedade em que a figura do Estado é posta em dúvida no seu papel essencial de regulador e de garantia de segurança em prol da coesão social, desperta um movimento contrário que procura abrir espaço e alternativas de sentido inovador, acima de tudo, protagonizados por novas categorias de actores. Trata-se de uma nova equação da relação entre o indivíduo e a sociedade, fundada na utopia de conciliar aspirações à autonomia e emancipação com a participação numa acção colectiva solidária capaz de estruturar simbolicamente a coesão social.

Todavia, após um período de crescimento económico e novamente de consolidação da figura do Estado redistribuidor e regulador, nos anos 70 verifica-se um novo período de instabilidade e redefinição das opções de política social (Barreto, 1996). Perante os contornos da crise, o associativismo conheceu um novo impulso e acompanhou as formas de agir dos novos movimentos sociais. Revaloriza-se o particular e o local, os espaços descentralizados, as interacções simples e quotidianas, apontando para uma maior participação dos cidadãos. Em suma, as associações voluntárias apresentam-se como exemplo da nova afirmação do “eu” numa sociedade em mudança. E, nesse sentido, Fernandes chama a atenção para um foco de análise que deve ser tido em conta para descrever o fenómeno associativo de forma mais precisa, refere-se à “participação” do indivíduo, pensando a associação “*enquanto grupo de acesso voluntário*” (Fernandes, 2003: 76).

É precisamente em torno deste debate acerca da participação que as associações permitem aos indivíduos exercer o seu direito de cidadania, conseguindo organizar as pessoas, uma vez que podem ter uma voz e participação directa, pelo facto de se verem representadas por órgãos próximos e com os quais se identificam. A dinâmica associativa traduz, pois, a vontade de participação dos cidadãos em torno de interesses e causas comuns sendo uma espécie de busca de identidade por parte de indivíduos e grupos diversificados.

O associativismo juvenil apresenta-se, assim, como um sistema de *interface* de dupla função:

- Uma função organizacional, de participação consciente, voluntária e especializada cujas actividades, com papeis determinados, constituem meios para atingir fins e cujos ritos e costumes são formalizados nas regras e nos estatutos;
- Uma função social, de comportamentos activos com atribuição de significado à acção produzida cujo sentido potencia a iniciativa local, a motivação, a mobilização, a comunicação e a socialização.

Na procura de respostas, esperamos, portanto, que o trabalho possa contribuir, de alguma forma, para o preenchimento de algumas análises centradas na emergência e no interesse dos designados e referidos movimentos sociais contemporâneos como modelos de participação dos cidadãos por meio de importantes formas de comunicação e expressão. Por outro lado, o presente estudo poder-nos-á também suscitar desafios a múltiplas possibilidades de análise, tantas quantas as perguntas que se coloquem, e as quais possam não encontrar resposta ao longo das páginas que dão corpo à investigação

realizada. Mas, não obstante as linhas de orientação que possam nascer ou emergir dos diferentes conceitos analisados, o objectivo central do trabalho é compreender o Associativismo Juvenil como uma forma de participação social dos jovens. Nesta perspectiva, o objecto de estudo recaiu sobre o Associativismo Juvenil, um fenómeno que tem tido ao longo dos últimos anos na sociedade açoriana e nas sociedades desenvolvidas, em geral, um papel crucial na ocupação dos tempos livres e, ao mesmo tempo, na constituição de um espaço de construção de sociabilidades e identidades juvenis.

Assim sendo, definimos como o objecto de estudo as associações juvenis inscritas no Registo Regional das Associações Juvenis dos Açores (RRAJA) e analisa-se o jovem membro da associação juvenil numa linha de orientação centrada nos seus contextos de socialização e participação social. Estuda-se o seu sistema de valores, mas também as suas representações sociais. Descobrem-se os conteúdos espaciais, formas e aspectos valorizados num espaço social de práticas culturais e de lazer, bem como, os significados motivadores - sociais e pessoais, das práticas associativas, no sentido de verificar as suas devidas implicações no desenvolvimento da personalidade e da identidade do respectivo jovem. Por outro lado, estudam-se os aspectos da participação social ao verificar, em primeiro lugar, os modos e preferências de ocupação do jovem em torno das práticas culturais e de lazer e, em segundo, o grau de satisfação perante as práticas associativas e a devida implicação individual no desenvolvimento da associação juvenil.

Ao partilhar-se este processo de descoberta preconizada pelos presentes objectivos da investigação, pretendemos avaliar especificamente se estas dimensões gerais se reflectem nas características que pautam o associativismo regional.

Assim, afigurou-se-nos importante investigar a partir da seguinte questão de partida:

Em que medida a participação nas associações juvenis é condicionada pelas representações sociais do jovem e pelos seus contextos de socialização?

Sem nunca perdermos de vista a problemática suscitada por esta questão central, desenvolvemos a nossa investigação de modo a obter um melhor conhecimento do associativismo juvenil, assinalando, por um lado, os processos que permitirão compreender, de uma forma mais clara, os fenómenos e os acontecimentos observáveis e, por outro, as possibilidades de poder interpretá-los num pressuposto mais prudente.

1. CAPÍTULO – JUVENTUDE(S) E ASSOCIATIVISMO JUVENIL

A problematização do conceito/versão *juventude* e a interpretação aos modos e atitudes dos jovens perante o espaço social tem permitido a reflexão e o debate acerca dos processos de socialização inerentes à construção de uma identidade ou identidades nos múltiplos contextos sociais. Assim, da concepção subjacente à interpretação juvenil das representações sociais e aos modos de vivência das respectivas práticas, reflexos de processos de sociabilidades específicas, procuramos compreender a natureza do associativismo juvenil como uma forma manifesta de participação social.

1.1. Da Juventude(s)

No estudo da juventude existem diferentes concepções relativamente à definição e à interpretação do respectivo conceito. Tem sido, aliás, o desafio teórico de alguns dos trabalhos realizados nas áreas da sociologia da cultura e da sociologia da juventude (Bourdieu, 1980; Kenneth & Parsell, 1990; Pais, 1996), procurar, por uma análise aprofundada, a reflexão acerca da *desconstrução do mito da juventude*, a partir da problematização do seu processo de construção social e da desmistificação da sua representação de grupo social homogéneo constituído de uma cultura unitária e identitária. Deste modo, segundo a perspectiva de Pais, importa compreender, à partida, que:

“a juventude tanto pode ser tomada como um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por indivíduos pertencentes a uma dada fase da vida, principalmente definida em termos etários, como também pode ser tomada como um conjunto social cujo principal atributo é o de ser constituído por jovens em situações sociais diferentes entre si” (Pais, 1996: 34).

Verificamos, pois, a pertinência da análise sobre a juventude em redor de dois eixos, ora pela unidade, observando a conjugação das condições históricas e culturais existentes, entre a infância e a vida adulta, ora pela diversidade, verificando as trajectórias e a evolução das respectivas estruturas sociais. Assim, o conceito de juventude concilia diferentes vertentes no desígnio da sua identidade e, neste sentido, projecta-se numa categoria social construída e sujeita a modificar-se ao longo do tempo como produto de um complexo processo de construção social. Verificada a presente perspectiva, podemos, também, considerar um terceiro eixo de análise pertinente, nomeadamente, a vertente demográfica, num enquadramento sustentável ao conceito e à compreensão de juventude, pelo facto de assinalar uma dimensão e lugar no volume e na composição da população nacional e, particularmente, regional (Carmo, Rocha & Medeiros, 1990). Observamos, porquanto, que se está perante um conceito sempre relativo e dinâmico, interactivo e mutável, de acordo, claro, com as respectivas implicações *geracionais*, sociais (*classista*) e demográficas

Gallant (1991) insiste no facto da juventude ser um período de intensa sociabilidade e distinguir-se, também, por ser um grupo com maior liberalismo ao nível das opiniões. Por seu lado, Mead (1970) alerta para a configuração histórica do conceito e a relação directa que tem com a produção social das idades e com os vários tipos de sociedades em presença.

A UNESCO, por outro lado, na Conferência Internacional sobre a Juventude, em Grenoble – 1964, vê a juventude como:

“um estado transitório, uma fase da vida humana, de começo bem definido pelo aparecimento da puberdade; o final da juventude varia segundo critérios e os pontos de vista que se adoptem para determinar se as pessoas são jovens” (Martinez, 1987: 661).

Eisenstadt (1971), considerando os termos família e sociedade, ao nível dos valores e num período de transição de um mundo para o outro, do ambiente familiar para o social, refere que as diferentes sociedades tenderão a distinguir a juventude em termos tanto mais decisivos quanto maior for a separação entre os valores da família e os das outras instituições sociais. Assim, pois, a definição de juventude está dependente, em grande medida, de condições sociais e da evolução que elas provocam. Em determinados momentos históricos surge associada ao protagonismo de reivindicações e de imposição de determinados estilos de vida, noutros, na impossibilidade de impor ou de reivindicar, cria simplesmente as tensões e a urgência das respectivas concretizações (Carmo, Rocha & Medeiros, 1990).

Outras perspectivas e muitos outros estudos têm, por conseguinte, num contexto de procura por uma definição ou apenas uma compreensão e explicação sobre a juventude, suscitado a atenção de áreas diferentes da sociedade: sistemas de educação e saúde, os *media*, os empresários e os políticos, os intelectuais e os poetas. Indubitavelmente, em todos eles, a discussão tem, apenas, procurado articular uma plataforma de estudo e análise esclarecedoras da realidade juvenil. No entanto, observamos que os trabalhos mais frequentes abordam a temática da juventude como problema social. Ora, considerando a presente perspectiva, a abordagem da juventude pode recair, unicamente, pela implicação (des)estrutural que ocupa no contexto da sociedade. Mas, considerando a ideia de juventude como uma condição social internamente diferenciada pelos diferentes processos de socialização (Cabral & Pais, 1998: 1), podemos verificar que a abrangência da sua acção e influência societal dinamiza, com certeza, a produção de realidades culturais bem diferentes das anteriores e, ao mesmo tempo, formas diferenciadas de participação dos jovens nos processos de produção social e cultural.

Contudo, os momentos da história são também o reflexo dos conceitos a formular e, ao lembrar, o final do século XX, cuja única certeza que fez transpor para o século XXI foi a certeza da mudança, a sociedade deixou assumir o modelo tradicional, moldado por práticas e pelo conhecimento, apropriando-se da racionalidade técnica e de outros modos e formas de pensar. Passou-se a inventar, e os jovens também, acompanhantes da mudança em cada situação, e a registar o paradigma de novas possibilidades num mundo em completa transformação. Todavia, visando todo o processo da mudança, em que as possibilidades e as escolhas são múltiplas, embora nem sempre possíveis, a observação de Pais, no sentido de “*os jovens desdobram-se em personagens possíveis de vários guiões de futuro, mas o futuro imaginado por eles assemelha-se a jardins labirínticos de sendas que se bifurcam*” (Pais, 2001: 8) faz-nos compreender, pois, que os olhares sobre o *conceito juventude*, definição ou análise, encontram diferentes horizontes, abrangem todos os eixos de pesquisa e, por fim, suscitam a compreensão da transitoriedade em direcção à vida adulta num contexto de incertezas, mas visando a interpretação, num sentido de *passagem, movimento e combinação* em percursos ou rumos marcados pela história e pela distância das idades (Ferreira, 2003).

Em suma, apesar das diferentes ideias, perspectivas, pesquisas e estudos, compreender o *conceito juventude* ou os chamados *paradoxos da juventude* é possível pela contextualização do respectivo “*campus*”¹ em análise (Bourdieu, 1989). Assim, se a juventude “*é uma categoria socialmente construída, formulada no contexto de particulares circunstâncias económicas, sociais ou políticas; uma categoria sujeita,*

¹ Bourdieu procura superar a oposição entre o subjectivismo e o objectivismo mediante uma relação suplementar, vertical, que medeia entre o sistema de posições objectivas e o sistema de disposições subjectivas de indivíduos e grupos. O *habitus* é referido a um **campo** e encontra-se entre o sistema imperceptível das relações estruturais, que moldam as acções e as instituições, e as acções visíveis desses actores, que estruturam as relações. O **campo** é, portanto, uma estrutura objectiva de primeira ordem, na qual o indivíduo é atravessado por vectores de influência em conflito pela definição do que é legítimo. Em Bourdieu, o campo estrutura o *habitus* e o *habitus* constitui o campo. O *habitus* é a internalização ou incorporação da estrutura social, enquanto que o campo é a exteriorização ou objectivação do *habitus*.

pois a modificar-se ao longo do tempo” (Pais 1996: 29), será legítimo associá-la a uma grande diversidade de modos de vida e representações sociais. Importa, contudo, no desenvolvimento da investigação, compreendermos a acção dos jovens no contexto individual, social/cultural e associativo e estar-se ciente de que as suas práticas (*habitus*²) são sempre dotadas de um sentido objectivo que transcende, por vezes, as intenções subjectivas e os projectos conscientes, individuais ou colectivos, além de se apresentarem como o *“princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição num estilo de vida unitário”* (Bourdieu, 1997: 9). Na verdade, as práticas dos jovens, leia-se práticas de actores, ao serem eminentemente práticas sociais, acabam, pois, por apresentar os seus modos de agir juvenis e os seus comportamentos quotidianos, as suas perspectivas em relação à sociedade, as suas representações e identidades sociais, ora nos seus espaços sociais, ora reflectidos também nos seus espaços culturais (Bourdieu, 1989).

Ao problematizar-se, portanto, as práticas culturais dos jovens e a relação com o associativismo juvenil, verificam-se processos de simbolização, de identidade, de representação, de pertença e de participação, responsáveis pela mestria dos seus passos, presentes e futuros, bem como, pelas diferentes atitudes face ao quotidiano da vida. Não estamos, supostamente, perante um grupo amorfo e destituído de significados, indistinto e homogéneo. Pelo contrário, existem múltiplas condições, sistemas sociais (Carmo, Rocha & Medeiros, 1990) e diferentes contextos existenciais, ou seja, diferentes modos de habitar e reproduzir o espaço da vida (Rodrigues, 1992). A condição social dos jovens e a condição geracional são variáveis que, em princípio, condicionam as práticas

² Para Bourdieu, o conceito de *habitus* foi pensado como uma forma de se distanciar do paradigma objectivista do estruturalismo sem, no entanto, recair na filosofia do sujeito e da consciência. Nesta perspectiva, define-se como um sistema de disposições, modos de perceber, de sentir, de fazer, de pensar, que levam a pessoa a agir de uma determinada forma e numa determinada circunstância. O *habitus* gera, portanto, uma lógica, uma racionalidade prática, irredutível à razão teórica. É adquirido mediante a interacção social e é, por um lado, o classificador e o organizador desta interacção e, por outro, o condicionante e o condicionador das respectivas acções.

dos jovens e a relação com o associativismo. Assim, partir do pressuposto que o associativismo é uma expressão de sociabilidade importa, por um lado, estarmos cientes que pode significar um processo de autonomização do jovem e, por outro, um modelo de participação na construção de uma identidade ou identidades. Todavia, numa perspectiva um tanto ou quanto mais crítica de conciliação entre uma abordagem *geracional*³ e uma abordagem *classista* das culturas juvenis (Pais, 1996: 47-51), a participação do jovem na vida associativa pode analisar-se como um modelo de *libertação, evasão e ruptura* com a normalidade dos hábitos quotidianos da vida nas suas diversas dimensões, tempos e espaços. Pode, também, assinalar-se como um novo modelo de participação articulado à nova “*ética do lazer*”⁴, por oposição à concepção tradicional e à tendência para a massificação e rotina das práticas de ocupação dos tempos livres. Trata-se, porventura, de interpretarmos como a reinvenção do quotidiano assente na concepção da vida como uma “*aventura*” e como um “*investimento criativo*” que ultrapassa a rotina do quotidiano (Pais, 1996).

Na investigação importa, também, aferirmos acerca da relação entre as práticas culturais dos jovens e o associativismo juvenil e, ao mesmo tempo, questionar até que ponto essas práticas poderão apresentar um perfil homogéneo na relação directa com a identidade do próprio associativismo. Assim sendo, terá interesse em avaliar-se se existirá uma relação de identidades juvenis e representação associativa, estudando, por sua vez, a sua dependência e relação, no que diz respeito aos sistemas de mecanismos incorporados pelos actores e aos sistemas de mecanismos geradores de práticas e discursos. Pois, a opção por avaliarmos as identidades juvenis, pretende enfatizar o

³ Não está em causa na presente investigação, contrariamente a tal posição, a análise de “gerações” mas, pelo contrário, a análise de “grupos etários juvenis”, pelo facto de a abordagem da primeira implicar o estudo de gerações situadas em diferentes momentos históricos.

⁴ Sobre o conceito e modos de ocupação do tempo livre e lazer, Licínio Tomás na Dissertação de Doutoramento em Ciências Sociais, na especialidade de Sociologia, apresentada na Universidade dos Açores: *Novos velhos: idade e actividade na conjugação dos tempos de trabalho*.

processo reflexivo através do qual os indivíduos se constroem a si próprios enquanto actores sociais, no decorrer da vida quotidiana (Giddens, 1997), mas também constatar como as próprias estruturas sociais permanecem como componentes centrais do processo de produção de identidades – criando universos de oportunidades para uns, universos de constrangimento para outros (Bourdieu, 1980; Furlong e Cartmel, 1997). Aliás, como salientam os estudos sobre identidades, nas sociedades contemporâneas, as condições estruturais cruzam-se com experiências, estratégias, interações particulares no complexo processo de construção identitária. Os atributos pessoais tendem, assim, a manterem-se abertos, permanentemente em construção, reflectindo múltiplos percursos e pertenças (Giddens, 1997), diferentes grupos de socialização e múltiplas identidades construídas em redes de sociabilidade (Pereira, 2002). Este é, portanto, o paradigma da fragmentação identitária actual do indivíduo. Advém, por conseguinte, da diversidade de contextos de interacção característica da sociedade actual, da necessidade de assumir diversos papéis, frequentar diversos contextos, tomando contacto com uma realidade múltipla, opcional e diversificada, multiplicada por diversas influências, práticas e representações que se apresentam, por vezes, contraditórias. Todavia, paradoxalmente, como propõe Giddens, a presente diversidade contemporânea pode mesmo ser interpretada como unificadora:

“ (...) não seria correcto ver a diversidade contextual como promovendo simples e inevitavelmente a fragmentação do self, muito menos a sua desintegração em múltiplos selves, pois pode igualmente, pelo menos em muitas circunstâncias, promover uma integração do self (...) uma pessoa pode usar a diversidade de modo a criar uma auto-identidade distinta que incorpora positivamente elementos de diferentes cenários numa narrativa integrada” (Giddens, 1997: 175).

Assim, faz parte das competências de qualquer indivíduo o transitar entre diversos mundos, assumindo diferentes códigos e interagindo no interior de contextos

distintos. Cada indivíduo acaba por compor a sua identidade a partir da multiplicidade de pertenças e inserções, constituindo-se como ser uno, ainda que multifacetado, actuando de modo diverso de acordo com o contexto. Deste facto, resulta a construção de identidades que, no âmbito das práticas culturais dos jovens e na produção associativa, constituem, com certeza, um registo de caracterização individual, bem como, colectiva. Nesse sentido, importa analisarmos o impacto que a pertença à associação tem para os seus próprios membros e, especificamente, o pendor identitário que apresenta, observando-se, por um lado, a pertença como expressão de uma identidade e/ou promoção individual e, por outro, a própria actividade associativa como celebração e promoção de uma identidade colectiva. Pois, segundo Balsa, Simões, Nunes, Carmo & Campos (2001), a participação pode adquirir, cada vez mais, uma dimensão de integração individual, em detrimento, senão de objectivos colectivos, de experiências entre os seus elementos. Na verdade, podemos assistir, mais do que à participação em si, à mudança das próprias representações face à participação. Nesse sentido, o jovem, e não o colectivo, torna-se, gradualmente, o protagonista do associativismo:

“Eles privilegiam antes uma implicação individual, directa, localizada que, pela liberdade de expressão, de opinião e de manifestação pública, assume valor de participação efectiva e lhes permite situarem-se como actores políticos responsáveis” (Roudet, 1996: 14).

Pode ser, porventura, uma nova face do associativismo ou, em simultâneo, uma outra face do movimento associativo juvenil, pelo facto de implicar, ao sujeito participante, um desenvolvimento individual, ora no espaço recreativo, ora na vertente cultural e artística (Balsa, Simões, Nunes, Carmo & Campos, 2001). Contudo, julgamos que este modelo de participação social não exclui, por parte dos jovens, a participação em outras

causas. Assim se compreende a distinção entre individualismo e individuação referida por Tap (1996):

“A individuação é o processo através do qual um indivíduo se torna suficientemente autónomo, podendo gerar uma identidade própria e ser reconhecido nessa identidade e nos actos que a acompanham” (in Roudet, 1996: 14-15).

Numa perspectiva contrária ao individualismo, a individuação sustenta que os jovens, apesar de centrarem a sua acção na valorização individual, podem assumir-se, também, como responsáveis pelo bem-estar da respectiva comunidade. Assim, compreende-se a interpretação relativa ao jovem: *“actor do seu próprio desenvolvimento ao mesmo tempo que das transformações colectivas”* (Roudet, 1996: 15). Nesta concepção do associativismo juvenil, os objectivos individuais e os objectivos colectivos não estão excluídos de uma reciprocidade permanente, mas antes fundidos numa complementaridade, na medida em que a adesão a causas locais, regionais ou globais é equacionada, cada vez mais, pelo jovem em função do seu desenvolvimento individual. À própria natureza das associações corresponde, portanto, esta nova forma de estar dos jovens, em virtude da atribuição e função individualizados que lhes são *disponibilizados* no espaço do movimento associativo institucional (Balsa, Simões, Nunes, Carmo & Campos, 2001). Mas, a ideia do estudo parte também do reconhecimento do movimento associativo como forma de sociabilidade particular e de referência ao modo como os jovens se relacionam em condições de modernidade. Esta relação entre associação e identidade, resultado da construção e manutenção de redes sociais para além da família, dos vizinhos e colegas de trabalho, pois, enquadra as diferentes dimensões centrais consideradas na investigação, tais como, a importância dos grupos de pertença, das estruturas sociais, das redes de sociabilidade e do projecto

peçoal do indivíduo na construção da identidade. Por conseguinte, e porque a relação de interacção é algo reciprocamente intrínseco, segundo Pereira:

“a associação, enquanto grupo mais ou menos delimitado, acaba por se constituir um laboratório de análise interaccional, em que os indivíduos se influenciam reciprocamente e em que não só a pertença à associação acaba por influenciar a identidade dos indivíduos, como a própria identidade da associação é profundamente marcada pelos seus membros” (Pereira, 2002: 110-111).

A compreensão e o sentido substantivo da identidade juvenil são, portanto, pressupostos que sugerem a compreensão e a análise dos resultados provenientes do inquérito aos jovens, membros das associações juvenis. Todavia, o conceito de identidade, resultado também das circunstâncias juvenis presentes, encerra a reciprocidade entre o individual e o colectivo, o que constitui, porventura, a chave para compreendermos a produção das respectivas representações juvenis. Mas, em forma de contributo, recordando que actualmente as experiências dos jovens são construídas, em grande parte, nas redes de relações e nos significados de uma cultura, cada vez mais, global e marcada por tempos “zigzagueantes” e velozes, mas também por tempos de “contratemplos” (Pais, 2001), caracterizar a condição juvenil contemporânea e o movimento associativo torna-se mais um desafio do que um conjunto de certezas.

1.2. Do Processo de Socialização e Representação Social

Para a juventude contemporânea, o processo de socialização é constituído de múltiplas interacções que, ao mesmo tempo, proporcionam muitas opções e, também, muitos limites. Tendo acesso a variadas referências culturais, os jovens criam sentidos para as experiências quotidianas e constituem-se como sujeitos (*actores*), a partir desses processos. O espaço constitui, sem dúvida, um domínio de grande pertinência nas relações sociais dos jovens e, paralelamente, na construção das identidades dos

indivíduos que nele interagem. Constitui também um recurso, um suporte e uma referência privilegiados das relações sociais e da construção de identidades sociais.

Neste sentido, a organização social da juventude pode ser entendida como a apropriação de compostos ideológicos, cognitivos e afectivos observáveis, segundo a adesão diferenciada a conjuntos de práticas e a configurações de valores, normas e papéis, entendidos como unitários (Ferreira, 1993).

Pelo pressuposto, diferentes autores apresentam contributos importantes para a compreensão da organização social. Berger e Luckmann (1993) apresentam os limites da sociologia clássica para a compreensão dos processos de socialização contemporâneos, pois, para os autores, explicar a socialização por meio da reprodução, pela qual tudo é interiorizado numa posição objectiva, limita e predetermina as acções dos indivíduos. A socialização deve ser, portanto, observada como um processo interno repetido, ora na infância, ora na idade adulta, cada vez que se inicia um novo contexto social ou um novo contexto de grupo social. No primeiro caso, Berger e Luckmann (1993) definem uma socialização primária e, no segundo caso, uma socialização secundária. A sociedade não é, portanto, algo que exista por si, no sentido clássico e durkeimiano, mas é uma parte mais íntima do nosso ser que, além de controlar os nossos movimentos, dá significado aos nossos pensamentos, identidades e emoções.

Nesse sentido, Berger e Luckmann (1993) analisam a socialização como uma construção social e uma vivência particular contínuas. Na mesma direcção, Dubet e Martuccelli (1996) afirma que os actores e as instituições não são redutíveis, na sociedade, a uma única lógica de acção. Nesta perspectiva, o actor não é totalmente socializado a partir das orientações das instituições, nem a sua identidade é constituída, apenas, com as referências categóricas do próprio sistema. O actor, por um lado, participa da interiorização do social, mas, noutro sentido, mantém o espaço de liberdade

relativamente às suas opções, face à multiplicidade dos processos culturais e sociais que tendem a organizar as suas próprias acções.

No entanto, ao observarmos o esquema interpretativo de Maclouf (*in* Strobel, 1996: 204), o processo de organização da vida social evolui em dois planos complementares, por um lado, o da socialização, ou participação nas estruturas integradoras e incorporação das normas sociais, e o da sociabilidade, por outro, que correspondente a uma participação e troca dentro de grupos restritos. Se no primeiro plano processa-se uma aprendizagem e interiorização dos valores e normas de uma sociedade ou de um grupo particular, eventualmente mais coerciva e uniformizadora pelo que do exterior se impõe sobre a vida de cada indivíduo, no segundo dos planos, o da sociabilidade, a relação entre o indivíduo e os grupos é mais fluida, mais construída e sujeita a adaptações mútuas.

Por sua vez, Beriain (1996) contribui, de forma importante, para a definição de integração social ao aprofundar a distinção entre três dimensões da integração – Quadro 1 (p. 18): a integração *funcional*, necessária à coordenação instrumental de actividades como a produção de bens ou a distribuição de serviços; a integração *moral*, que se refere ao equilíbrio entre pretensões conflitivas, o bem-estar e a integridade colectivos, segundo o princípio ético do justo e do equitativo, possibilitando em simultâneo a existência de diferentes comunidades expressivas e diferentes formas de vida; e a integração *simbólica*, que se reporta à construção conjunta do sentido, à formação das identidades individuais e colectivas.

Quadro 1 – Formas de Integração Social

FORMAS DE INTEGRAÇÃO			
	Integração Funcional	Integração Moral	Integração Simbólica
Dimensão do problema	Coordenação estratégica das actividades e coordenação do mundo objectivo	Equilíbrio das pretensões conflitivas, assistência solidária, defesa da integridade das pessoas e das relações de confiança	Interpretação, satisfação das necessidades, identidades individual e colectiva, auto-realização
CrITÉrios de valoração	Determinação dos fins, eficiência (racionalidade económica, cognitiva, instrumental)	Justiça, solidariedade, reconhecimento moral (racionalidade moral)	Sorte, autenticidade, identidade: individual e colectiva
Características negativas (exemplos)	Desorganização	Conflitos, violência, injustiça, ausência de solidariedade	Alienação, indiferença, perturbações, identidade perdida, perda de sentido, falta de orientação

Fonte: Beriain, 1996.

No seio das sociedades modernas a dinâmica de integração constitui-se por quatro grandes dispositivos, de forma diferenciada ao longo do tempo e em função das mutações que atravessam cada uma dessas instâncias: o trabalho, o Estado, a família e, em estreita articulação com esta, as comunidades compostas por associações, redes de amigos, clubes desportivos (etc.) e, desse modo, da interacção entre indivíduos ou comunidades e estas instâncias resultam laços sociais consolidados que sustentam a vida de cada um em sociedade (Monteiro, 2004).

Tratando-se de categorias de inteligibilidade para compreender o que leva os indivíduos separados a unirem-se para formar sociedade e viver em comunidade, os conceitos de laço social e de integração social foram largamente invocados pelas teorias da sociologia clássica, centradas sobre os contornos da ordem social, a coerência das representações colectivas ou a coesão social. Para efeitos de argumentação, importa olhar com atenção para a ideia de sociedade abordada por Georg Simmel e Max Weber.

A partir desta matriz comum, cada autor estabelece abordagens fundadas em dimensões e problemas particulares: em Georg Simmel a atenção recai sobre a dimensão mais privada das interacções, enquanto que Max Weber, por sua vez, interessa-se sobre os aspectos “verticais” que configuram a ligação dos indivíduos às representações colectivas, a partilha de valores comuns (Xiberras, 1996).

Max Weber estabelece uma dicotomia entre relações sociais em comunidade e relações sociais em sociedade. Mas um dos aspectos mais significativos do seu pensamento advém primeiramente da definição de “acção social”, que ultrapassa o peso das estruturas sociais para considerar que deve ser entendida por uma conduta associada a um sentido subjectivo. O comportamento social não é um de um sujeito passivo, mas o de um sujeito que atribui significado ao que faz, por sua vez referido à conduta dos outros e orientando-se por esta no seu desenvolvimento:

“A acção social (incluindo tolerância ou omissão) orienta-se pelas acções dos outros, as quais podem ser passadas, presentes ou esperadas como futuras (...) Os “outros” podem ser individualizados e conhecidos ou uma pluralidade de indivíduos indeterminados e completamente desconhecidos” (Weber, 1984: 18).

Há um sentido visado subjectivo (Xiberras, 1996: 36), uma “compreensão” associada à actividade social, que decorre do significado que cada sujeito atribui à sua acção. Esta acção não é do domínio da esfera íntima é uma acção “social” que se reporta e orienta apenas e sempre pela acção dos outros, pelo que estaremos perante formas de “interacção social”.

Deste modo, Weber ao distinguir as formas de acção social, nomeadamente, a tradicional, a afectiva e a racional estabelece a distinção entre *comunidade* e *sociedade*⁵. A primeira invoca uma relação social “...em que a atitude na acção social (...) se

⁵ Ver Ferdinand Tönnies, autor da distinção entre dois tipos básicos de organização social: a *comunidade* (*Gemeinschaft*) e a *sociedade* (*Gesellschaft*).

inspira no sentimento subjectivo (afectivo ou tradicional) dos participantes em constituírem um todo” e, a segunda, designa uma relação social “... em que a atitude na acção social se inspira numa compensação de interesses por motivos racionais (de fins ou de valores) ou também numa união de interesses com igual motivação” (Weber, 1984: 33).

Esta dinâmica sobre os laços sociais que unem indivíduos numa comunidade ou em sociedade leva-nos, presentemente, à obra de Simmel, sendo que o autor realiza uma abordagem privilegiada acerca das relações de interacção entre dois indivíduos e entre um indivíduo e um grupo. No entanto, um aspecto significativo, quando se abordam interacções sociais e formas de existência comum, traduz-se na distinção que Simmel introduz entre socialização e sociabilidade (1981). Para o autor, os mecanismos de acção recíproca são sempre o fruto de tendências particulares ou objecto de fins determinados. Nestas formas de existência comum,

“a socialização é então a forma que se realiza segundo inumeráveis maneiras diferentes, graças às quais os indivíduos, em virtude de interesses – sensíveis ou ideais, momentâneos ou duráveis, conscientes ou inconscientes, agindo casualmente ou teleologicamente estimulantes – se unem numa unidade no seio da qual esses interesses se realizam” (Simmel, 1981: 122).

e a sociabilidade é uma forma autónoma ou lúdica de socialização⁶. Simmel (1986) sublinha à dimensão lúdica da sociabilidade pelo facto de se estar perante um resultado cujo interesse da relação é o estar com o outro e para o outro, sem a preocupação

⁶ Simmel designa por *socialização* a unidade que resulta das interacções entre os indivíduos. As respectivas interacções acontecem por objectivos específicos (religiosos, lúdicos, violentos, etc.) e o indivíduo é influenciado e, ao mesmo tempo, influencia-as. O resultado dessas múltiplas interacções é a *socialização*, a unidade. A formulação de cada conjunto de interacções gera uma *socialização* específica. Já a sociabilidade é uma forma lúdica de se relacionar com o outro indivíduo cujo centro da relação centra-se no prazer da conversa, da partilha e da convivência. Todavia, a sociabilidade perde essa dimensão quando se transforma numa discussão séria ou numa verificação acerca da verdade dos factos ocorridos. Isso não significa que a sociabilidade seja uma interacção indiferente, mas precisa de ter significado, adquirir interesse e possibilitar o sentido do grupo.

objectiva de alcançar ou procurar resultados concretos, mas pelo interesse de desenvolver novos conhecimentos e partilhar outras oportunidades, num cenário de interesses individuais e na liberdade necessária da assumpção de compromissos. No entanto, a sociabilidade é uma forma de socialização manifesta pelo fim último da própria relação. Pois, os laços estabelecidos entre os indivíduos garantem uma razão em si mesmos pela pureza das suas manifestações. A sociabilidade não tem, portanto, propósitos objectivos, conteúdos ou resultados exteriores. O único fim reside, para Simmel, apenas, no facto de garantir sucesso ao momento da socialização. Na formulação que apresenta para o princípio da sociabilidade, reportando-se ao que se oferece e ao que se recebe, refere que a partilha de valores sociais (alegria, vivacidade, etc.) deve estar numa lógica de igualdade.

Embora seja uma perspectiva de análise, actualmente verifica-se um processo de redefinição das formas de sociabilidade que as torna inconstantes, abertas à avaliação e intranquilas no sentido e significado relativamente aos modelos tradicionais. Hoje, verifica-se que as pessoas multiplicam-se por uma grande diversidade de experiências, podendo fazer parte de uma ou mais associação ou colectividade. Porém, em Simmel, o sentido de pertença articulado à opção não reside nem no conteúdo da relação, nem na satisfação de interesses, mas na própria relação. No análise da sociabilidade, o *estar-se juntos* e o estabelecerem-se laços entre pessoas tem, em si mesmo, a razão central da própria relação de pertença. A realidade da vida social constrói-se, em Simmel, no centro da interacção entre as pessoas, apesar das tendências à individualização e à indiferenciação determinadas “*por las circunstancias personales, históricas e sociales, y que permanece la misma en lo puramente personal y en la comunidad social a que la personalidad pertenece*” (Simmel, 1986: 749). Simmel, acrescenta ao processo de socialização em grupo a designação de “*una existencia partida en dos*” (Simmel, 1986:

749) em que, por um lado, existem indivíduos que estão dentro do círculo social, mas com características próprias em relação aos restantes membros e, por outro, indivíduos desse círculo, mas com identificações para além do próprio grupo que determinam outros comportamentos e outras atitudes.

O processo de socialização confina, portanto, a dinâmica de um *jogo* entre indivíduos pelo qual se produz a sociedade em diferentes *espaços*, numa dimensão de conflito permanente e inerente, por consequência, às relações humanas. Mas, por serem, segundo o autor, entre pares, manifestam forças contraditórias, reflectidas numa luta constante entre a harmonia e a desarmonia, fundamentais à *unidade social*, mas com influência na conservação dos grupos e da própria sociedade. Assim,

“La hostilidad y la lucha, en lo que significan para la conservación del grupo, constituyen el ejemplo más característico del valor que poseen para este fin la variabilidad de la vida el cambio de sus fuerzas de actividad” (Simmel, 1986: 641).

Neste sentido, compreende-se que:

“La unidad social es la forma o el elemento de continuidad, o como quiera llamarse, que se manifiesta como lo fijo en medio de los cambios de forma, de contenidos, de relaciones con los intereses y experiencias materiales; y esta unidad es tanto más perceptible cuanto más vivo sea el cambio” (Simmel: 1986: 641).

Ora, as tensões existentes nos domínios do individual, do grupo ou da sociedade, encontram-se, efectivamente, no centro do *jogo social*, propiciando, por um lado, a decadência de modelos de interacção solidificados, mas, ao mesmo tempo, a ascensão de novos modelos de interacção no processo de socialização. Verificamos, pois, que os conteúdos da socialização encontram-se nas relações constantes entre os indivíduos, ou seja, nos processos e nas experiências resultantes da interacção social. Em termos

metodológicos, apuramos que Simmel procura o contingente, o particular e o efémero das interações sociais, valorizando também o lado da experiência subjectiva, por contraposição à estrutura objectiva.

No plano da observação resultante ainda das formas de sociabilidade aferimos, em Gurvitch (1977), existirem três formas de sociabilidade: a *sociabilidade por fusão parcial*, a *sociabilidade por oposição parcial* e a *sociabilidade por oposição entre a sociabilidade activa e a sociabilidade passiva*. Relativamente à primeira, o centro da análise objectiva-se nos “Nós” constituído por “*um todo irreduzível à pluralidade dos seus membros*” (p. 245), apesar da necessária participação mútua da unidade na pluralidade e da pluralidade na unidade, por meio de indicativos e símbolos, bem como, por fundamentos em intuições colectivas virtuais. No que se refere à *sociabilidade por oposição parcial*, Gurvitch (1977) interpreta-a pelo sentido que se possui nas “*Relações com Outrem*”, pois, além de se centrar nos aspectos veiculados pela primeira forma de sociabilidade, existem também formas intuitivas de relação com Outrem que ultrapassam as intervenções directas dos indicativos e dos símbolos. Por último, o autor refere que a *sociabilidade por oposição entre a sociabilidade activa e a sociabilidade passiva* entrecruza-se com a que se manifesta entre “Nós” e “*Relações com Outrem*”, entre *sociabilidade por fusão parcial* e *sociabilidade por oposição parcial*. Nesse sentido, importa compreendermos o que Gurvitch entende por sociabilidade passiva e por sociabilidade activa, de modo a avaliarmos a terceira e última manifestação de sociabilidade:

“Chamamos sociabilidade passiva à que se não propõe o cumprimento de tarefas: a colaboração afectiva, característica da mentalidade, das atitudes, das condutas que esta sociabilidade implica, predomina sobre as volições e intelecções que a acompanham. Entendemos por sociabilidade activa à que se propõe o cumprimento de tarefas: a coloração voluntária, característica da mentalidade, das atitudes, das

condutas que semelhante sociabilidade implica, predomina sobre a afectividade e a inteligência que a acompanham.” (Gurvitch, 1977: 252)

Neste contexto, acresce-nos que grande parte da socialização dos indivíduos se reflecte em espaços e tempos variados com múltiplas referências culturais. Os grupos de sociabilidade surgem-nos como articuladores de redes de significados e vivências que (re)constróiem as identidades juvenis num *jogo* de relações e interacção (Abrantes, 2003)⁷. Assim, ao avaliarmos que a reprodução social resulta da partilha destas experiências e, acima de tudo, que todo o conjunto de informação, elaborado e reformulado, resulta num denominador das relações sociais, verificamos que a juventude, também, em todo o seu percurso ou lugar, constrói novas realidades, inevitavelmente, no quadro das respectivas representações sociais.

Vários autores têm dedicado a investigação, no sentido de aprofundar o conceito, a definição e as implicações das respectivas representações sociais (Schutz, 1979; Moscovici, 1989, Hall, 2003). No contexto presente, a pertinência para o objecto de estudo das representações sociais reside na transposição de teorias e modelos de análise que permitam, por uma lado, a identificação, ou não, de protagonismos sociais que produzam transformações nas formas de acção colectiva e, por outro, a análise de factores culturais, económicos e sociais, numa perspectiva que nos permita o entendimento da construção de identidades individuais e colectivas.

Com efeito, o conceito de representação social, proporcionado pela necessidade do conhecimento relativo à explicação da acção individual num contexto social, operacionaliza a ideia de Durkheim⁸ que procura especificar a particularidade do pensamento colectivo em relação ao pensamento individual. Assim sendo, se o

⁷ Cf. Mucchielli, Alex (2002). *L'identité*. (5ª ed.). Paris: PUF.

⁸ Relativamente à obra *Réprésentations Individuelles et Réprésentations Collectives*, (1898), referenciada por Maurice Cusson in Raymond Boudon (org.) (1995), pp. 379-411, *Tratado de Sociologia*, Lisboa, Edições ASA.

pensamento individual se reporta a um espaço fenomenal puramente psíquico, apesar de não ser reduzido à actividade cerebral, o pensamento colectivo não poderá ser interpretado como a soma das partes das representações dos indivíduos que constituem um tecido social, porque nele se concretiza a supremacia do social. Deste modo, ao reforçarmos a importância do social, a corrente do Interaccionismo Simbólico⁹ permite-nos o desenvolvimento do estudo das representações sociais, considerando a influência que atribui ao papel dos processos simbólicos da linguagem e da interacção na definição da realidade social (Brilhante, 2000: 68).

No entanto, para além da sociologia, as representações sociais têm sido analisadas e desenvolvidas em outras áreas científicas, nomeadamente, a Psicologia Social e a Antropologia, lugar onde o conceito ganha um percurso interpretativo no estudo e investigação dos estereótipos sociais. Na interpretação de Moscovici (1981 citado por Vala, 1993), o conceito centra-se no conjunto de ideias individuais que são elaboradas e reformuladas nas relações sociais, constituindo-se e existindo, à partida, em representações individuais da mente. As representações sociais resultam, portanto, de:

“um conjunto de conceitos, proposições e explicações criado na vida quotidiana no decurso da comunicação inter-individual. São o equivalente na nossa sociedade aos mitos e sistemas de crenças das sociedades tradicionais; podem ainda ser vistas como a versão contemporânea do senso-comum” (Moscovici, 1981 in Vala, 1993: 354).

Deste modo, os significados que as coisas têm provêm do sentido que os indivíduos lhe atribuem como ser sociais pensantes, mas as significações resultantes apenas são o reflexo “*do que está entre nós*”, em virtude da própria inserção dos

⁹ A corrente do Interaccionismo Simbólico assenta o seu objecto de estudo na primazia do pensamento social face ao pensamento individual cujo conjunto dos seus indivíduos não representam o todo da representação social. Para compreender, importa referir os estudos desenvolvidos por George Herbert Mead entre 1934 e 1963.

indivíduos num contexto social. Paralelamente, Jorge Vala (1993) também analisa as representações sociais. Para o autor,

“uma representação social compreende um sistema de valores, de noções e de práticas relativas a objectos sociais, permitindo a estabilidade do quadro da vida dos indivíduos e dos grupos, constituindo um instrumento de orientação da percepção e de elaboração das respostas e contribuindo para a comunicação dos membros de um grupo ou de uma comunidade (...) de outra forma, as representações sociais são teorias implícitas acerca de objectos sociais relevantes e como tal constituem uma modalidade de conhecimento que serve a apreensão, a avaliação e explicação da realidade” (Vala, 1993: 355).

Aliás, verifica-se que, para Vala, existem dois momentos constituintes da construção da realidade, no contexto da representação social: o primeiro *“diz respeito à forma como se organizam os elementos constituintes da representação e ao percurso através do qual tais elementos adquirem materialidade e se formam expressões de uma realidade vista como natura”* (Vala, 1993: 360) e o segundo assenta na reestruturação resultante da integração do objecto representado no nosso sistema de pensamento. Assim, no quadro da função social das representações, dir-se-á que *“se a objectivação explica como os elementos representados de uma teoria se integram enquanto termos da realidade, a ancoragem permite compreender a forma como eles contribuem para exprimir as relações sociais”* (Moscovici, 1981 in Vala, 1993: 362).

A representação social traduz, pois, a expressão dos modos de pensar, estar e agir de um determinado grupo social. E assim sendo, na sequência da delimitação proposta pela definição de Moscovici, pode-se entender um dos conceitos-chave de ancoragem para a investigação sobre a participação dos jovens no associativismo juvenil e, ao mesmo tempo, sobre a representação social inerente ao movimento associativo.

1.3. Das Práticas Culturais e Associativismo Juvenil

1.3.1. Do Conceito de Cultura

As problemáticas da investigação em ciências sociais eclodem, regra geral, de problemas que emergem de uma realidade material e/ou social e para a qual é pertinente encontrar uma solução que reflecta as diferentes realidades.

Partindo-se, pois, da compreensão do conceito/conceitos de juventude e, nomeadamente, da alusão ao contexto cultural dos jovens e das suas práticas (corrente *geracional* e corrente *classista*), a compreensão da cultura e das práticas culturais torna-se nos pertinente, também, no domínio conceptual verificado em Pierre Bourdieu, nomeadamente, na *Teoria do Poder Simbólico*. Influenciado pelo marxismo, Bourdieu (1989), nas suas constatações, procura dar relevo à divisão social em classes referindo-se à repartição de práticas fortemente diferenciadas segundo a origem e a pertença social. Contudo, verifica-se que a distinção com a Teoria de Marx assenta na importância atribuída, por Bourdieu, aos bens simbólicos e aos referenciais simbólicos existentes nas relações entre classes. Nesse sentido, a interpretação social efectuada, em direcção ao entendimento da prática social, reside em três conceitos centrais, designadamente, no sistema de posições, no *habitus* e na reprodução social.

Relativamente ao primeiro, o sistema de posições sociais é premissa básica do estruturalismo, segundo o qual o objecto não deve ser procurado como substantivo, portador de uma essência particular, mas sim definido dentro de uma perspectiva relacional, uma vez que é face à rede de relações sociais que se verifica o objecto sociológico. Por outro lado, o conceito de *habitus* demonstra como as aprendizagens sociais incutem modos de percepção e de comportamentos aos agentes sociais. Turner (2002), por exemplo, relativamente à perspectiva de Bourdieu, entende o *habitus* como um conjunto de estruturas e modos habituais de ver o mundo, característicos de um

certo grupo ou sociedade, assinalando, contudo, que não se estabelece como um conjunto de regras de conduta, ou de visões abstractas do mundo, mas sim, como uma estrutura de propensões ou disposições sociais que organiza as práticas, sem no entanto as determinar. O *habitus* é portanto compreendido como um princípio gerador de estratégias numa determinada cultura, a partir do qual é possível uma exteriorização da interiorização por meio de novas ou diferentes manifestações e práticas. No que se refere ao terceiro conceito, Pierre Bourdieu, entende-o reportando a reprodução social ao fenómeno segundo o qual os princípios de distinção e modos de reconhecimento são assegurados, explorando sobretudo as consequências da reprodução cultural (Bourdieu, 1989).

Nesta perspectiva, o *habitus*, interiorizado pela *Teoria do Poder Simbólico*, revela-se como o conceito fundamental para entender a ideia de representações sociais, pois, articula os dois elementos da oposição dentro da qual a ideia de representações se conflui: as ideias e as práticas sociais. Assim, o *habitus* torna-se o elemento que articula os sistemas simbólicos como estruturas estruturadas e estruturas estruturantes, sintetizando as duas dimensões do poder simbólico que, no pensamento sobre as representações sociais, correspondem às dimensões opostas de ideia/conhecimento e realidade. Articula, portanto, sujeito e estrutura e conhecimento e realidade.

Para Bourdieu (1990, *in* Junqueira, 2005) assiste-se a um simbolismo, em que os atributos são os instrumentos da integração social, enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, tornando possível o consenso acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social. Contudo, o centro da análise reside em observar o mundo da cultura como um sistema relacional de comunicação interactiva e de mobilização colectiva, isto é, um conjunto de formas através das quais as pessoas empregam a cultura nas suas práticas para

constituírem contactos entre si, tornando-os, por conseguinte, o princípio da sociabilidade.

Ao analisarmos, pois, o conceito de cultura e, conseqüentemente, as práticas culturais, inferimos na perspectiva de observar a cultura numa visão antropológica e, ao mesmo tempo, as práticas culturais numa orientação de verificação relativa à identidade cultural.

No entanto, compreendemos que as definições e abordagens à cultura manifestam-se em diferentes modelos e parâmetros de análise. Para Geertz (1989), por exemplo, a cultura é composta por estruturas psicológicas através das quais os indivíduos ou grupos de indivíduos guiam o seu comportamento. Mas, para Balsa, Simões, Nunes, Carmo & Campos (2001), ela reporta-se a uma descrição de um modo de vida particular que expressa certos significados e valores, não apenas na arte ou na aprendizagem, mas também nas instituições e no comportamento comum. Contudo, e não menos significativo, é o pensamento de Cucho (1999), pois, a cultura é a expressão da totalidade da vida social do indivíduo, caracterizando-se pela sua dimensão colectiva. E, neste sentido, refere, que os indivíduos tornam-se portadores de culturas, em geral adaptadas à ambiência local, pelo facto das sociedades serem formadas pelos próprios indivíduos que adoptam uma forma normativa de viver. Por conseguinte, as atitudes, condutas e comportamentos fazem parte intrínseca do complexo cultural e são ditados pelas normas e padrões adoptados pelo grupo, como saudáveis ao desenvolvimento social e cultural. A sociedade e o indivíduo não são, portanto, antagónicos, mas interdependentes, pelo facto do comportamento emergente do grupo ter as suas raízes no comportamento individual e revelar também uma inter-relação entre o grupo social e os membros que o compõem. Na perspectiva de Marconi & Presotto (1989), a sociedade

não pode ser separada dos indivíduos e nenhum indivíduo atingirá as suas potencialidades sem uma sociedade em que se insira culturalmente.

Das análises expostas, quando abordado o conceito da cultura e no uso dos objectivos do presente estudo, verificamos, pois, que a cultura ocupa um lugar central na vida dos jovens, manifestando-se ora pelo uso de bens culturais, ora pela própria produção cultural inerente à acção e intervenção da juventude. E, hoje, há uma cultura juvenil intencionalmente incentivada pela indústria, pelo comércio e pela publicidade que produz bens específicos para público jovem e influenciam na adopção de símbolos juvenis. No entanto, essas manifestações não anulam as diferenças sociais e culturais, dando lugar a uma multiplicidade de vivências culturais, as chamadas culturas juvenis. E ao considerarmos as culturas juvenis como um modo de vida partilhado pelos jovens, é erróneo pensarmos que existe uma só cultura juvenil, pelo contrário, existem diversas culturas juvenis, de acordo com os contextos sociais que as encorpam. O mundo da cultura aparece-nos então como um espaço privilegiado de práticas, representações, símbolos e rituais, no qual os jovens procuram demarcar uma identidade juvenil.

Neste contexto, segundo Pais (2003), o conceito de cultura é utilizado, relativamente aos jovens, com o desígnio de distinguir os diferentes significados e valores, no que concerne a determinados comportamentos juvenis, e, por consequência, com o objectivo de compreender que as culturas juvenis são encaradas como “*processos de internalização*” de normas, ou seja, como processos de socialização. De facto, as manifestações culturais dos jovens remetem-nos também para os processos de identidade e, hoje, as grandes interrogações sobre a identidade remetem-nos muitas vezes para a questão da cultura. No entanto, se as noções de cultura e de identidade cultural têm, em grande parte, destinos separados, não é viável confundi-las. Pois, segundo Cuche:

“(...) a cultura pode existir sem consciência identitária, ao passo que as estratégias identitárias podem manipular, e inclusivamente modificar, uma cultura que deixará de ter grande coisa em comum com o que antes era. A cultura releva em grande parte de processos inconscientes. A identidade, por seu lado, remete para uma norma de pertença, necessariamente consciente, porque assente em oposições simbólicas”.
(Cucho, 1999: 123-124)

A identidade é, portanto, uma ferramenta que permite pensar e articular o psicológico e o social num indivíduo¹⁰. Exprime o resultado das diversas interações entre o indivíduo e o seu meio social, próximo e distante. Se por seu lado, a identidade cultural é então definida como uma manifestação do comportamento dos indivíduos, noutro contexto, a identidade social de um indivíduo é caracterizada pelo conjunto das suas pertenças no sistema social, pertença a uma classe etária, social, entre outras. Mas, a nós, importa-nos sublinhar que a identidade social não pertence apenas aos indivíduos, pois qualquer grupo é dotado de uma identidade que corresponde à sua definição social e que permite colocá-lo no conjunto social. A identidade social é, ao mesmo tempo, inclusão e exclusão: identifica o grupo e distingue-o dos outros grupos e, nesta perspectiva, a identidade cultural aparece-nos como circunstância de categorização da distinção nós/eles, assente na diferença cultural e manifesta ora pelas práticas culturais, ora pelas práticas associativas.

1.3.2. Da Identidade e Participação Social

A participação da juventude compreende-se no *campus* associativo e na dinâmica de participação social, quando entendida a flexibilidade e a contextualização

¹⁰ Relativamente à dimensão dos diferentes contextos: individual e social, cf. Mucchielli, Alex (2002). *L'identité*. (5ª ed.). Paris: PUF.

das implicações inerentes à cidadania¹¹. Deste modo, compreender a participação social dos jovens na sociedade, trata-se de ancorar o rótulo de cidadania à estreita interpretação das dinâmicas sociais, partindo de uma evidência interpretativa relativamente às interrogações e aos inevitáveis problemas que o conceito encerra.

Falar de cidadania implica falar de identidades. De identidades individuais e de identidades grupais. Ora, o conceito de cidadania tem sido marcado pela interpretação tradicional da pessoa “*universalizada*” sem que de comum aconteça poder falar-se de cidadania numa referência pessoal em contexto de afirmação individual. Deste modo, até que ponto existirá uma verdadeira cidadania sem o reconhecimento do indivíduo, ou seja, da sua individualidade? Quando falamos de juventude o registo da interpretação tem que recair no reconhecimento da diferença. O não cumprimento da igualdade entre todos desliza entre o conceito, dando-lhe a capacidade de agrupar os “*excluídos*” e os “*incluídos*” sociais na abrangência e dinâmica do conceito. Esta cidadania, assente na defesa da autonomia, implica o reconhecimento da afirmação de uma identidade, de uma vontade própria, de um poder de decisão (Franck, 1999). Os jovens manifestam-se de formas diferentes por meio dos seus rituais, da sua postura corporal e da sua imagem. Manifestam desta forma a necessidade de afirmação de identidades que são socialmente ritualizadas além das modas que comumente são incorporadas. Porém, a exteriorização dos processos individualizados não deixa de ser grupal, apesar de originar também uma diversidade de afiliações grupais (Haenfler, 2004). São modos diferentes de afirmar e reivindicar direitos sociais que se produzem como mobilizadores na medida em que expressam direitos individuais.

Em suma, a cidadania deve ser pensada para além dos atributos da conceptualização abstracta e tradicional ancorada a um “*referencial adultocêntrico*”

¹¹ A importância do *campus* referida anteriormente em Bourdieu, revela-se novamente significativa no presente contexto. Cf. Bourdieu, Pierre (1997). *Razões Práticas – Sobre a Teoria da Acção*. Oeiras: Celta Editora.

(Castro, 2001: 13). Quando pensada por referência aos jovens deve admitir o “reconhecimento da diversidade”, para além do discurso da “*integração*” e explorar, por outro lado, os movimentos juvenis sem esquecer os sentimentos de pertença e as subjectividades que se investem nas relações de sociabilidade (Pais, 2005).

Tradicionalmente, as fronteiras e as margens entre sociedades e grupos sustentam o conceito de cidadania. Uns estão incluídos, outros estão excluídos. Mas, as margens estão sempre definidas a partir dos valores que são próprios de “nós” – os incluídos, por contraposição a “eles” – os excluídos. Com certeza que existe uma cidadania de direitos estabelecidos que, legitimamente, são observados como consensuais, constantes, estáveis. Mas, importa compreender a cidadania em diferentes olhares e diferentes modos de expressão e participação social, verificando que “*os novos direitos conquistados, cuja premência é justificada pelas circunstâncias ou necessidades mutáveis da vida*” (Pais, 2005: 57), demarcam, na essência, uma cidadania “inovadoramente” participada. Os jovens encontram-se, portanto, socializados por uma nova ordem também participativa, em algumas circunstâncias diferente dos conformismos padronizados e prevaletentes da sociedade, mas com espaços de autonomia facilitadores e impulsionadores de novos direitos e de novas identidades.

Ora, a dimensão do *espaço* no quadro do movimento associativo é muito mais do que a projecção de uma representação racional. Transforma-se numa produção feita de movimentos, acções e cumplicidades dispostos para a construção de uma identidade. Nesse sentido, “*o espaço social é (...) como um «campo de forças» onde os agentes sociais se definem pelas suas posições relativas. O mundo humano torna-se um espaço de relações construído de acordo com os posicionamentos mútuos e com a avaliação que deles fazem parte os actores sociais*” (Fernandes, 1992: 62). Permanecendo o exercício da cidadania ancorado às novas sociabilidades e às emergentes redes

relacionais, pelo pressuposto de uma efectiva participação e filiação, recria-se um novo espaço público pela possibilidade em inventar formas de associação como uma via para uma maior participação dos cidadãos. As procuras sociais têm, por conseguinte, lugar fora do sistema de controlo centralizado, clivando um espaço de secundarização, pelo aparecimento de novos valores revistos na autonomia e na identidade (Fernandes, 1988). Os novos espaços públicos, num reconhecimento que pressupõe “intersubjectividade” e “trajectividade”, ganham, portanto, forma e consistência na criação de reais condições para o exercício da cidadania.

As questões de identidade adquirem, mais uma vez, uma ênfase especial que se mobiliza tanto no discurso organizacional das instituições, bem como, na linguagem do senso comum. Ao mesmo tempo são também a consequência da crise da própria modernidade endeusada, social e mecânica, conforme refere Touraine:

“A ideia de modernidade substituíra Deus pela sociedade. (...) Hoje a crise da modernidade faz desaparecer a ideia de sociedade, que constituía um princípio unificador e, mais ainda, o princípio do bem, enquanto o mal era definido como o que é contrário à integração social (...). A ideia de modernidade sempre esteve associada a esta construção de uma sociedade mecânica, depois transformada em organismo, em corpo social (...). A maioria das vezes, acreditamos na necessidade da ordem pública e das regras do jogo social; tememos a violência tanto quanto temos a solidão, mas aprendemos a defender o indivíduo contra o cidadão e a sociedade, e a chamar controlo ou manipulação ao que designávamos por integração” (Touraine, 1992: 175).

O retorno do indivíduo para si mesmo, para a sua imagem, dá-se, também, perante a ausência de ideais e pelas dificuldades encontradas na definição identitária. Pois, de acordo Azevedo:

“Temos assim que quer na esfera colectiva quer na individual se verifica uma crescente dificuldade e complexidade para a definição de uma identidade” (Azevedo, 1992: 112).

A abordagem suscita a reflexão relativa ao carácter relacional do conceito de identidade. Contudo, a produção social de identidades opera-se pela conjugação de um processo de pertença e de referência com um processo de oposição, face a uma alteridade que se compreende, cada vez melhor, quanto maior for a solidez da pertença, como sustenta Pinto:

“... é importante não se perder nunca de vista que as identidades sociais se constroem por integração e por diferenciação, com e contra, por inclusão e por exclusão, por intermédio de práticas de distinção classistas e estatutárias, e que todo este processo, feito de complementaridades, contradições e lutas, não pode senão conduzir, numa lógica de jogo de espelhos, a identidades impuras, sincréticas e ambivalentes. A construção de identidades alimenta-se sempre de alteridades (reais ou de referência) e por isso nunca exclui em absoluto conviências e infidelidades recíprocas” (Pinto, 1991: 219).

O campo do associativismo juvenil institucional é, porventura, o resultado de uma modalidade para a afirmação das diferentes identidades juvenis e culturas juvenis, ora a individual, ora a colectiva, baseadas numa participação de reciprocidades. Neste sentido, considera-se o desenvolvimento do movimento associativo indicador de liberdade e de participação num contexto afirmativo de cidadania e de democracia e, ao mesmo tempo, de afirmação da transversalidade entre o indivíduo e a sociedade. Por outro lado, pode encontrar-se, também, no associativismo juvenil, um instrumento estratégico para se alcançar, com maior facilidade, muitos dos objectivos inseparáveis das aspirações dos jovens e das necessidades individuais/grupais de intervenção e participação social.

Mas as experiências da mobilização colectiva no campo associativo levam-nos necessariamente à interpretação das razões que possam estar subjacentes ao sentido da acção individual. Segundo Olson (1998), o sentido que conduz à acção individual assenta numa racionalidade funcional e numa moral fundada sobre o interesse. Por outro lado, em íntima ligação à expressão do liberalismo, as teorias do indivíduo racional e dos grupos de interesse sustentam a perspectiva de um individualismo metodológico, segundo a qual o comportamento dos indivíduos se pauta simultaneamente por uma racionalidade instrumental e por um interesse egoísta que leva a privilegiar o serviço de um interesse pessoal (Pereira, 1996: 168-169). Uma posição que, aliás, entronca na clássica distinção de Weber quanto a diferentes formas de acção social, nomeadamente, a acção de tipo racional. Pois, cada indivíduo conduz a sua acção de acordo com os objectivos e preferências por si definidos, de modo a encontrar os meios mais adequados à obtenção do benefício.

De acordo com este pensamento, a acção colectiva e os processos de mobilização são gerados, concertadamente, como espaços de realização dos interesses individuais e as organizações resultantes daí como estruturas mobilizadoras de interesses, recursos, oportunidades e estratégias a favor de um cálculo custo-benefício. Assim, o processo de mobilização compreende então a gestão e a organização de um conjunto de recursos que, por um lado, atenderá à satisfação da participação individual e, por outro, à maximização dos benefícios de quem partilha o interesse comum. Por conseguinte, a acção colectiva explica-se pela função de utilidade que proporciona aos seus membros (Monteiro, 2004). No entanto, Weber ultrapassa o sentido pragmático da acção colectiva e dos processos de mobilização ao apresentar nas formas de acção social a dimensão racional por relação a valores, a par da acção racional por relação a fins. Todavia, em Olson (1998), o sucesso na mobilização da acção colectiva obedece ao

sistema de oportunidades gerados estrategicamente pela organização de modo a favorecer a participação. Ou seja, reside na natureza dos factores geradores da reciprocidade e não na natureza dos interesses nem no carácter que permite a respectiva acção.

A questão da dimensão política da mobilização é introduzida por Charles Tilly, uma vez que não é contemplada na teoria de Mancur Olson. Tilly focaliza a sua análise na evolução do carácter da acção colectiva, pois, considera que “...*toda a população tem um repertório limitado de acções colectivas, isto é, de meios para agir em comum sobre a base de interesses partilhados...*” (Tilly, 1986 in Monteiro, 2004: 121).

Em suma, o paradigma da mobilização de recursos, resultante das leituras de Mancur Olson e Charles Tilly, denuncia fragilidades quanto à explicação dos mecanismos da acção colectiva, nomeadamente, negligencia as dimensões moral e simbólica na explicação dos determinantes da participação. Contudo, tem o mérito pela importância que confere às decisões estratégicas de cada indivíduo, às formas de organização e recursos disponibilizados na configuração de formas de mobilização colectiva.

No contexto da mobilização colectiva, apesar da diversidade e objectivos das associações juvenis e considerando os contornos de uma cultura específica em torno do colectivo e do indivíduo, o modelo proposto por Dominique Mehl, sem a pretensão de propor tipologias, orienta o interesse e a análise para três dimensões relativas ao campo das associações e do movimento associativo, nomeadamente: a) a cultura associativa; b) os papéis e as funções das associações e c) os actores do movimento social. Na significação que faz da cultura associativa como um conjunto de valores comuns que servem de princípio à prática associativa e pelo conjunto de representações que é partilhado pelas diferentes associações, Mehl (1982) considera um conjunto de

perspectivas de análise¹² que sustentam uma valoração do indivíduo, da família e dos grupos de afinidade. A autonomia da sociedade civil, contudo, levanta alguma discussão pelo paradoxo que obvia nas reivindicações que sugerem a interferência do Estado. Todavia, o modelo de Mehl (1982) sublinha, face à necessária participação colectiva no jogo de identidades, o papel específico que o movimento associativo tem na regulação social, em resposta, por um lado, a funções sociais particulares e, em simultâneo, na ocupação de um lugar muito próprio no sistema político e social.

Em resumo, em garantia aos direitos de propriedade à reflexão, concluimos que as associações juvenis têm uma posição de responsabilidade nos contextos da mobilidade individual e colectiva, bem como, nos recursos a disponibilizar em ordem à participação na gestão política local, regional ou global. E porque a interacção é algo que consubstancia a reciprocidade, as associações juvenis são, também, um *laboratório de análise interaccional*, de influências recíprocas, para a identidade dos indivíduos e para a identidade colectiva. Os indivíduos tornam-se *actores* e exercem um direito de cidadania e as associações, com legitimidade de agregação de identidade e identidades, configuram a reestruturação de novas redes de sociabilidade prefigurando novos modelos de participação social.

1.4. Da Problemática em Causa: Modelo de Análise e Hipóteses

No contexto conceptual e teórico que se acaba de delinear, com o contributo de diversos autores, procuramos com a presente investigação compreender o associativismo juvenil como uma forma de participação social dos jovens. Neste sentido, o estudo incide, por um lado, acerca dos contextos de socialização, práticas culturais e representações dos actores sociais do movimento associativo, mas, por outro,

¹² A *qualidade de vida*; as *relações sociais*; o *Estado*; o *jogo político*; o *local* e a *democracia local* são as linhas propostas, por Dominique Mehl, referentes à análise da cultura associativa no quadro das suas representações.

incide acerca das práticas associativas juvenis, considerando os sistemas individuais de valores inerentes ora às representações, ora às aspirações dos respectivos jovens.

Portanto, ao problematizar-se a relação das práticas culturais e das práticas associativas desenvolvemos um esforço analítico no sentido de *desvendar* a proximidade entre o movimento associativo e a assimilação de identidades culturais, pelo pendor identitário que possam apresentar, observando-se a dinâmica da pertença como expressão de uma identidade individual e a própria actividade associativa como produção de uma identidade colectiva. O pressuposto da presente ideia, parte, claro, do reconhecimento do movimento associativo como forma de sociabilidade particularmente emblemática das pessoas se relacionam em condições sociais e de grupo. A presente relação entre associação e identidades culturais, ao invés de forçada, acaba por se apresentar como coerente, enquadrando-se em dimensões como a importância dos grupos de pertença, das redes de sociabilidade e de projectos pessoais na construção da identidade. Assim, considerando as potencialidades estruturantes e de identificação cultural da participação juvenil, ao mesmo tempo, procedente, à edificação de espaços públicos de vivências de uma efectiva *cidadania local*, procuramos verificar a centralidade do associativismo juvenil como garante de uma referência à participação social dos jovens no quadro do desenvolvimento local (Fernandes, 2001).

Nesse sentido, perspectivamos os resultados a partir do modelo de análise com referência aos cenários vivenciais e quotidianos dos jovens, identificando as suas formas de acção e as particularidades dos seus contextos de interacção¹³. Ao articularem-se os diferentes contextos de socialização dos jovens, as representações que possuem do espaço social e os modos como vivenciam as suas práticas sociais, organizamos,

¹³ Consultar Anexos I, Quadro 12, p.II.

portanto, um eixo central para compreender o movimento associativo como uma forma de participação social.

Com efeito, partimos para a investigação com a formulação de algumas hipóteses que procurámos verificar:

Hipótese n.º 1:

As práticas associativas estão interligadas às formas de sociabilidade dos jovens.

Hipótese n.º 2:

As práticas associativas estão interligadas às práticas culturais e configuram o contexto de socialização dos jovens.

Hipótese n.º 3:

A participação social e o associativismo estão ligados a processos identitários socialmente construídos e ao respectivo universo de valores dos jovens.

Assim sendo, ao nível das várias questões ou perguntas propomos os indicadores dos conceitos, implicados na apresentação das hipóteses, facilitadores da operacionalidade e recolha concreta e funcional dos respectivos dados.

2. CAPÍTULO – O ASSOCIATIVISMO JUVENIL E POLÍTICAS PÚBLICAS

As políticas públicas de apoio ao associativismo jovem criam os contextos próprios da interacção entre as associações juvenis e as entidades regionais. Neste sentido, a análise do presente capítulo serve de compreensão ao Registo Regional de Associações Juvenis dos Açores (RRAJA).

Num primeiro ponto, procuramos a origem e as razões subjacentes à criação do registo regional e, num segundo, informar do campo de acção das associações juvenis dos Açores.

2.1. Da Organização Pública do Associativismo: O Registo Regional de Associações Juvenis – Caracterização da População

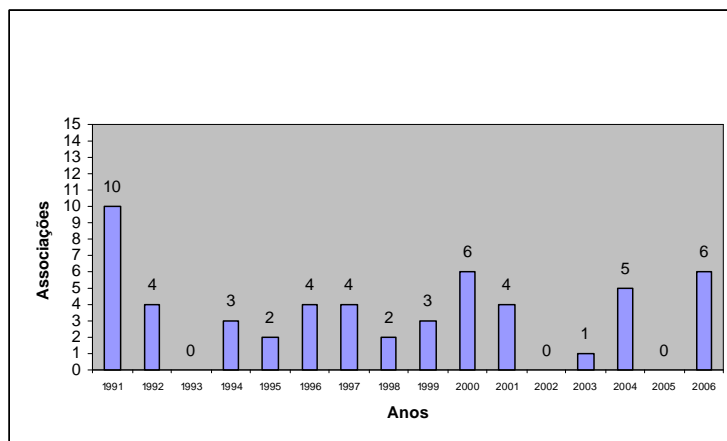
O fomento e apoio ao espírito empreendedor e potencial criativo da juventude açoriana fundamentaram, em 27 de Novembro de 1990, a criação do Registo Regional das Associações Juvenis dos Açores (RRAJA), por iniciativa do Governo Regional – Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos, de modo a assegurar a utilização de critérios justos na atribuição de apoios, salvaguardando os interesses, a autonomia e independência das associações juvenis¹⁴. Verificou-se, pois, que, no contexto do desenvolvimento regional, mas ao mesmo tempo no reconhecimento da dinâmica existente nos jovens, a produção de uma política pública determinou parâmetros e formalizou princípios organizacionais. Tratou-se, portanto, de instituir a organização pública do espaço conferindo-lhe orientações e horizontes no quadro da produção social.

¹⁴ O texto integral da Portaria n.º 59/90, de 27 de Novembro, que cria o Registo Regional das Associações Juvenis dos Açores pode ser consultado em www.azores.gov.pt/jo – I Série – n.º 48 – 27.11.1990.

CAPÍTULO II – O ASSOCIATIVISMO JUVENIL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Com a criação do RRAJA iniciou-se, em 1991, um percurso na constituição e/ou registo de associações juvenis regionais. Importa, por isso, observar o registo anual de associações juvenis no RRAJ /RRAJA¹⁵, entre os anos de 1991 e 30 de Novembro de 2006:

Gráfico 1 – Associações Registadas entre 1991-2006



Fonte: Direcção Regional da Juventude.

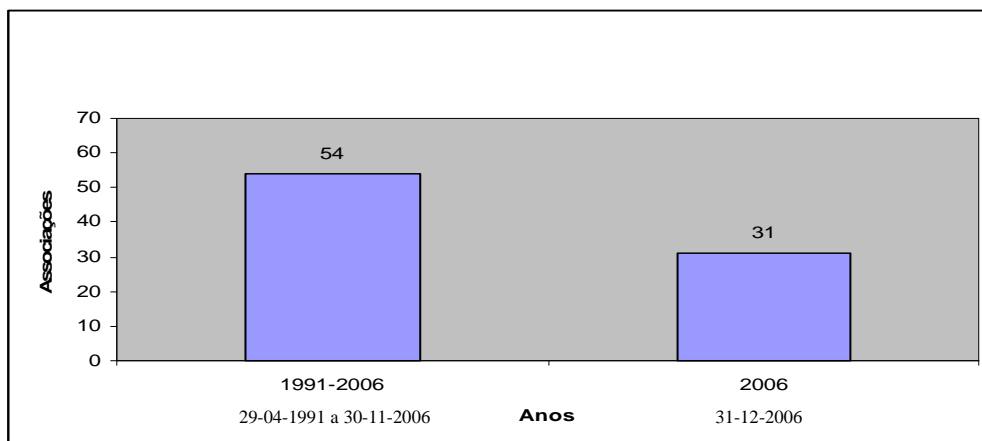
A 31 de Dezembro de 2006 existiam, portanto, 54 associações juvenis registadas. Todavia, face à necessidade de actualizar o RRAJA, a Direcção Regional da Juventude (DRJ) procedeu à actualização de todos os dados relativos às respectivas associações. Assim, finalizado o procedimento administrativo em 31 de Dezembro de 2006, verificou-se uma ausência de respostas que, no quadro de uma verificação de dados, julga-se ser o reflexo da inactividade das próprias associações. Deste modo, considera-se ter existido, em paralelo com o próprio crescimento do RRAJ/RRAJA, uma diminuição de estruturas associativas agora reflectida com os recentes dados da DRJ. O gráfico seguinte é elucidativo da diminuição de 23 estruturas associativas, 29 de Abril de 1991 e 31 de Dezembro de 2006, correspondendo a uma diminuição de 43%, face aos resultados

¹⁵ O Decreto Regulamentar Regional n.º 5/98/A, de 3 de Abril, visando dar cumprimento ao Decreto Legislativo Regional n.º 23/97, de 8 de Novembro, que estabelece o regime de apoios a conceder pela administração regional autónoma dos Açores às entidades ou indivíduos que promovam iniciativas destinadas à juventude, passa a designar o Registo Regional das Associações Juvenis dos Açores (RRAJA) por Registo Regional de Associações Juvenis (RRAJ). O texto integral do Decreto Regulamentar Regional n.º 5/98/A, de 3 de Abril, pode ser consultado em <http://www.azores.gov.pt/jo> – I Série – n.º 16 – 16.04.1998.

CAPÍTULO II – O ASSOCIATIVISMO JUVENIL E POLÍTICAS PÚBLICAS

obtidos e anteriores ao processo único de actualização realizado pela DRJ. Significa, portanto, que existiam 31 associações juvenis nos Açores em acção e/ou em conformidade com o RRAJ¹⁶.

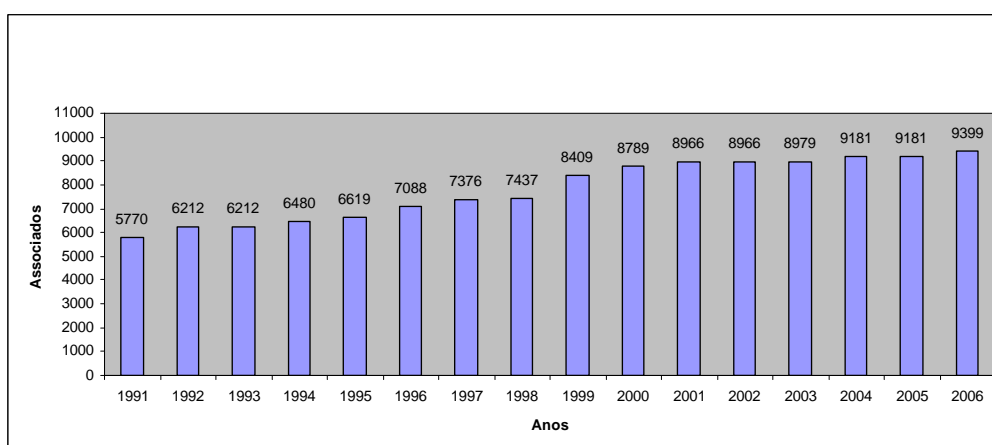
Gráfico 2 – Actualização do RRAJ/RRAJA



Fonte: Direcção Regional da Juventude.

Relativamente ao número de associados existiu também um crescimento significativo ao longo dos anos. Todavia, importa recordar que os números, no que concerne ao presente registo e apresentados no gráfico seguinte, indicam igualmente os totais, sem uma actualização periódica/anual, relativamente a todo o processo entre 29 de Abril de 1991 e 31 de Dezembro de 2006.

Gráfico 3 – Total de Associados (1991-2006)



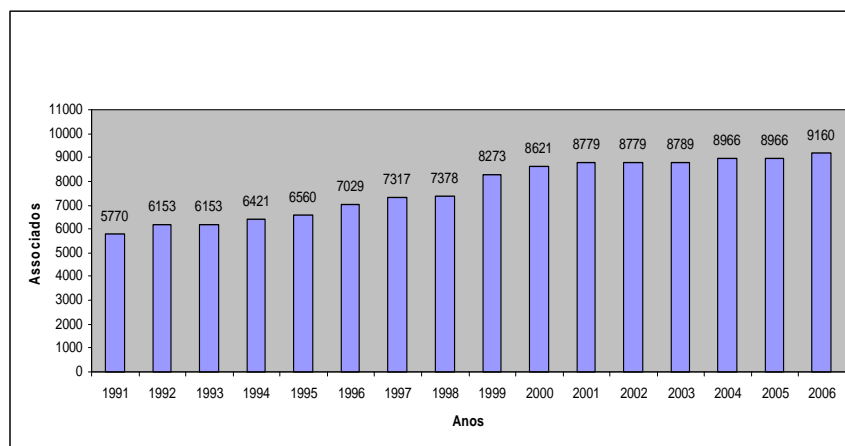
Fonte: Direcção Regional da Juventude.

¹⁶ A informação disponibilizada pela Direcção Regional da Juventude reporta-se a 31 de Dezembro de 2006.

CAPÍTULO II – O ASSOCIATIVISMO JUVENIL E POLÍTICAS PÚBLICAS

No que se refere apenas aos jovens entre os 12 e os 30 anos¹⁷, os números são um pouco mais reduzidos, representando, contudo, 97,5% dos associados do RRAJA/RRAJ, conforme se pode constatar:

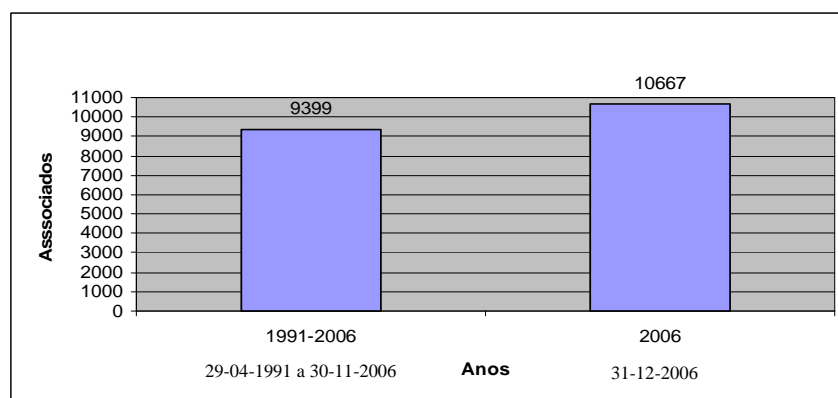
Gráfico 4 – Total de Associados 12-30 Anos (1991-2006)



Fonte: Direcção Regional da Juventude.

Finalizado o processo de actualização a 31 de Dezembro de 2006, mas com o processo iniciado em Abril pela DRJ, verificou-se que houve um aumento de associados, embora, como anteriormente referido, uma diminuição de associações “em vida”. Assim, com um registo inicial consolidado em 9.399 associados passaram-se a registar 10.667 associados, o que corresponde a um aumento de 13,5%:

Gráfico 5 – Total de Associados 12 -30 Anos (1991-2006)

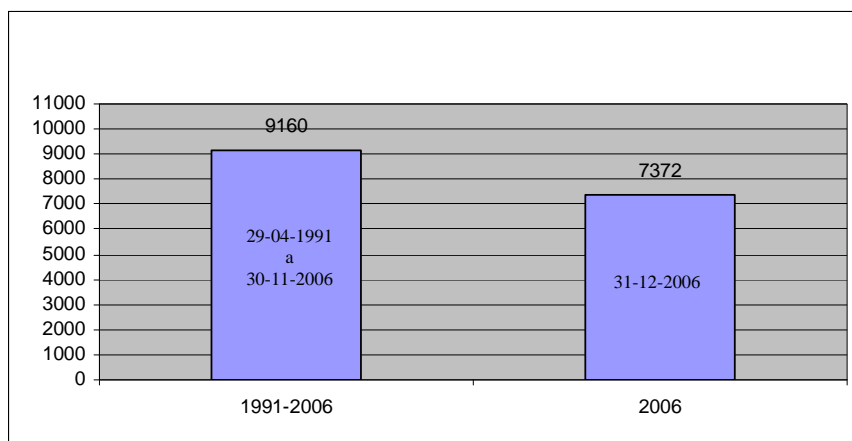


Fonte: Direcção Regional da Juventude.

¹⁷ O registo dos jovens das associações juvenis no Registo Regional de Associações Juvenis dos Açores realiza-se por género e com a indicação à DRJ do número total de jovens e, obrigatoriamente, com o número de jovens entre os 12 e os 30 anos. Pois, os apoios da administração pública regional destinam-se aos últimos, de acordo com a definição de jovem apresentada na alínea a), do ponto 2, do artigo 1º, do Decreto Legislativo Regional n.º 23/97, de 8 de Novembro.

Todavia, quando analisamos os dados relativos à actualização dos associados, entre os 12 e os 30 anos, verificamos que existiu uma diminuição do número efectivo. Dos 9.160 jovens passou-se a verificar o registo de apenas 7.372 jovens, entre os 12 e os 30 anos, correspondendo a uma diminuição de 19,5%¹⁸.

Gráfico 6 – Total de Associados 12-30 Anos (1991-2006)



Fonte: Direcção Regional da Juventude.

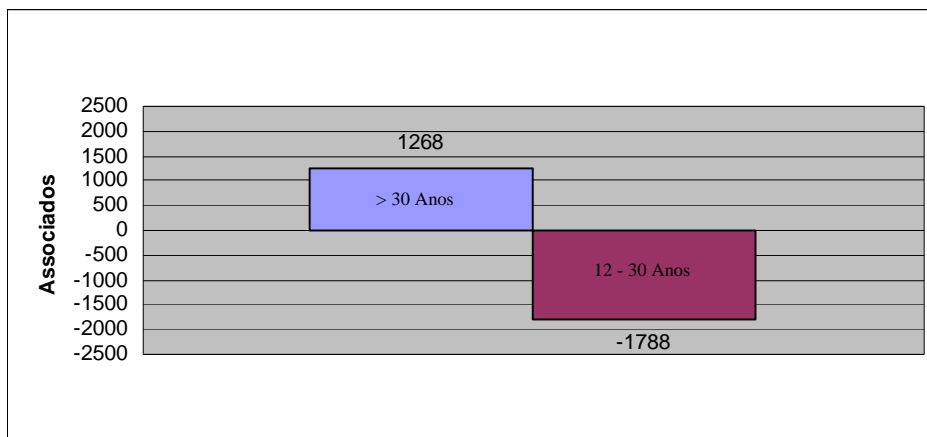
Em suma, observando os registos iniciais e os resultados após a actualização de 31 de Dezembro de 2006, o Registo Regional de Associações Juvenis dos Açores apresenta um maior número de associados nas associações juvenis: um crescimento de 13,5% no total dos associados. Todavia, importa referir que se verificou, por um lado, um aumento de 2,5% para 30,9% dos associados com mais de 30 anos e, por outro, a diminuição de associados, entre os 12 e os 30 anos, representando, actualmente, 69,1% do total dos associados do RRAJA contra os anteriores 97,5%. O gráfico seguinte é elucidativo da variação numérica dos associados após a actualização, registando, face

¹⁸ Face à população jovem açoriana (15-34 anos), de acordo com os resultados referentes a 31 de Dezembro de 2006 e publicados pelo Instituto Nacional de Estatística, *População e Sociedade – Tema B*, Estimativas Provisórias de População Residente, 2006, Portugal, NUTS II, NUTS III, Municípios, verificamos que os jovens pertencentes a associações de juventude do RRAJA (12-30 anos) representam 9,43% do total dos jovens (38.007 indivíduos) e 3,03% do total da população (243.018 indivíduos).

CAPÍTULO II – O ASSOCIATIVISMO JUVENIL E POLÍTICAS PÚBLICAS

aos anteriores resultados, a subida dos associados com mais de 30 anos e a redução significativa dos associados entre os 12 e os 30 anos.

Gráfico 7 – Variação do Número de Associados após Actualização 2006



Fonte: Direcção Regional da Juventude.

Verificados os motivos da constituição e o percurso histórico do Registo Regional de Associações Juvenis dos Açores, é importante assinalar que, face ao incremento do associativismo juvenil e à organização pública das associações juvenis, houve a necessidade de garantir a equidade nos apoios a conceder pela administração regional autónoma dos Açores ao desenvolvimento das actividades associativas. Nesse sentido, criou-se, em 8 de Novembro de 1997, por Decreto Legislativo Regional¹⁹, ainda em vigor, um conjunto de regras genéricas aplicáveis às entidades ou indivíduos que promovam iniciativas destinadas à juventude. Estruturou-se e organizou-se, portanto, um dos modelos de apoio à juventude dos Açores: o modelo de apoio associativo fundamentado por uma política pública regional.

Nesse sentido, podemos aferir que Carmo, Rocha & Medeiros (1990) e Rocha, Medeiros & Diogo (1995) nos inquéritos realizados à juventude açoriana, prefiguram,

¹⁹ O texto integral do Decreto Legislativo Regional n.º 23/97, de 8 de Novembro, pode ser consultado em <http://www.azores.gov.pt/jo> – I Série – n.º 47 – 20.11.1997.

pelos resultados obtidos, a necessidade do desenvolvimento de determinadas políticas públicas ao referir que:

“A grande maioria dos jovens – 66% – não pertence a nenhuma associação, valor que nos parece bastante elucidativo da sua fraca participação e intervenção social.” (Rocha, Medeiros & Diogo, 1995: 77)

2.2. Das Associações Juvenis: O Objecto da Acção e a Oferta Associativa

As iniciativas realizadas pelas associações juvenis do Registo Regional apresentam diferentes tipos de actividades, muitos deles, de acordo com os princípios que nortearam o surgimento da associação ou, simplesmente, influenciados pelo meio social onde se inseriam e/ou inserem. As necessidades juvenis detectadas pelos indivíduos das organizações ou a promoção local da juventude servem de base, também, à constituição das associações, no âmbito e na iniciativa do desenvolvimento local produzido pela juventude. De acordo ainda com o RRAJA, o objecto da acção e a oferta associativa das associações centram-se em actividades, nomeadamente, recreativas, desportivas e de ocupação dos tempos livres dos jovens²⁰. As áreas de formação, educação e informação, relativa a programas de juventude, abrangem também algumas das referências registadas nos estatutos das respectivas associações. Por fim, refiram-se as actividades da solidariedade social, voluntariado e ambiente como um campo de acção e de oferta propostos e desenvolvidos no contexto do associativismo juvenil. Para uma melhor apreensão, a observação do quadro seguinte permite, porém, ler a

²⁰ Consultar a obra *Juventude Açoriana – Caracterização, Valores e Aspirações* (1995: 77-78), onde verificamos que são as associações desportivas (34,7%), as recreativas (designadamente Bandas e Coros, 16,1%) e os escuteiros/escoteiros (10,8%) que captam um maior número de jovens. Deste modo, os resultados são congruentes com o tipo de actividades desenvolvidas ainda hoje pelas associações do RRAJA.

CAPÍTULO II – O ASSOCIATIVISMO JUVENIL E POLÍTICAS PÚBLICAS

distribuição percentual relativa ao tipo de actividades associativas desenvolvidas pelas associações juvenis.

Quadro 2 – Tipo de Actividades das Associações do RRAJA (2006)

Cultural	Recreativa	Desportiva	OTLJ	Formação	Educação	Informação	S. Social	Voluntariado	Outras
14%	12%	11%	7%	11%	8%	8%	11%	8%	12%

Fonte: Direcção Regional da Juventude.

Relativamente aos resultados apresentados, os dados indicativos da caracterização das actividades das associações juvenis provêm dos procedimentos funcionais e dos respectivos parâmetros do registo, pelo que a indicação de outras actividades específicas desenvolvidas pelas respectivas associações são classificadas como “outras” pela Direcção Regional da Juventude.

3. CAPÍTULO – OPÇÕES METODOLÓGICAS

Neste capítulo propomo-nos explicar o desenvolvimento da metodologia, assegurando que nos permite obter resultados passíveis de verificação, através da exposição detalhada dos passos seguidos aquando da formulação e desenvolvimento da investigação, subsidiando, ao mesmo tempo, a sua compreensão e entendimento.

Pois, segundo Bruyne (1991), a metodologia manifesta-se pela lógica dos procedimentos científicos na sua génese e no seu desenvolvimento, pelo que a sua interpretação não se reduz apenas a ser uma medida dos factos científicos.

Neste sentido, a metodologia deve ajudar a explicar, para além dos resultados da investigação científica, o seu próprio processo de obtenção, pois, as suas exigências não são de submissão estrita a procedimentos rígidos mas, pelo contrário, de recolha significativa na produção de resultados.

Assim, o método de pesquisa científica apresenta-se como um conjunto de procedimentos e técnicas utilizados para efectuar a colheita e análise dos dados. Como método científico fornece os meios para alcançar os objectivos previamente propostos, a fim de responder à pergunta de partida (Strauss & Corbin, 1998). A pesquisa científica é, portanto, considerada como a actividade básica das ciências na sua indagação e, por outro lado, na descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo, intrinsecamente inacabado e permanente, ou seja, uma acção de aproximação sucessiva à realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre a teoria e os dados obtidos (Minayo, 1993). A presente definição proporciona caracterizar a respectiva análise como uma actividade sem termo, pois, ao resultado de uma pesquisa não se deve atribuir verdade absoluta, uma vez que as descobertas são sempre renovadas. Nesta perspectiva, todas as análises decorrentes apresentam várias implicações cabendo ao investigador evidenciar o que está

enquadrado no conhecimento empírico e explicar com segurança as suas descobertas através do conhecimento científico.

Deste modo, os objectivos formulados e propostos para o desenvolvimento de um estudo, provenientes do contacto com a realidade social, assumem significativa importância quando determinada a metodologia de investigação. A opção metodológica é, sempre, preconizada em função do objecto de estudo, visando “(...) *um plano lógico criado pelo investigador com vista a obter respostas válidas às questões da investigação colocada (...)*” (Fortin, 1999: 132).

Nesta óptica, a decisão de estudar o associativismo juvenil como forma de participação social, tendo em conta as práticas culturais/lazer e as práticas associativas dos jovens, exigiu a construção de processos e de instrumentos de trabalho e o recurso a procedimentos teóricos, conjugados à implementação de dispositivos técnicos, para conhecer e, em consequência, dar a conhecer a realidade. Todavia, os procedimentos realizados e substanciados pelo modelo da investigação estão, naturalmente, influenciados pela percepção individual que se possui do *espaço*. Nesse sentido, poder-se-á falar que existe, e existiu neste percurso, um modo próprio de olhar a realidade, uma sequência lógica de formular o pensamento e características particulares para a elaboração da investigação. Poder-se-á, portanto, definir a contextualização do estudo como a concretização de um paradigma que, segundo Quellet é:

“(...) um esquema fundamental que orienta a perspectiva que o investigador dá ao seu estudo. Assim, o investigador pode seguir um esquema em harmonia com as suas crenças, os seus valores, a sua percepção das coisas e orientar o seu problema de investigação e a sua metodologia nesse sentido” (in Fortin, 1999: 21).

Assim, em ordem à concretização do objectivo central da investigação, os pressupostos metodológicos aplicados estabelecem, em suma, as diferentes etapas,

procedimentos e estratégias, bem como, os processos seguidos para a obtenção dos respectivos resultados.

3.1. Dos Fundamentos da Abordagem Metodológica

A abordagem pela metodologia do inquérito teve como objectivos principais interpretar os resultados das associações juvenis, de modo a obter informações sobre determinada população e fazer descrições da mesma recorrendo ao tratamento estatístico dos dados. Este desenvolvimento metodológico pressupõe a observação de fenómenos, a formulação de hipóteses explicativas desses mesmos fenómenos, o controlo de variáveis, a selecção da amostra, a verificação ou a rejeição das hipóteses, mediante uma recolha rigorosa de dados que posteriormente foram sujeitos a uma análise estatística. Nesse sentido, foi objectivo do estudo obter uma generalização dos resultados das associações juvenis, a partir da respectiva amostra.

Este estudo integra-se no quadro dos estudos correlacionais, descritivos e observacionais. Pois, para Contandriopoulos, Champagne, Potvin, Denis & Boyle (1994), o objectivo da pesquisa é medir as relações entre variáveis por associações e obter informações sobre determinada população. Fortin (1999), por seu lado, refere que um estudo correlacional permite ao investigador generalizar os resultados, a partir de uma determinada população, verificando a relação entre as variáveis dependentes e as independentes. Contudo, a causalidade, em termos científicos, deverá ser sempre tratada sob o prisma das probabilidades, isto porque dificilmente se torna possível afirmar categoricamente a existência de causalidade, como afirma Mattar: “ (...) o cientista jamais chega a afirmar categoricamente a relação de causalidade” (Mattar, 1999: 97).

Porquanto, o estudo insere-se ainda no âmbito dos estudos descritivos, uma vez que pretende retratar a situação, utilizando para o efeito a técnica de observação: o questionário, predominante em estudos deste tipo (Fortin, 1999). Além disso, pretende

ainda descrever as características de um grupo através da delineação de um determinado fenómeno ou realidade.

Numa proximidade argumentativa, Vergara (2000) defende que a pesquisa descritiva expõe as características de determinada população ou fenómeno, estabelece correlações entre as variáveis e define a sua natureza. Mattar (1999), por seu lado, reforça que este tipo de pesquisa deve ocorrer quando o propósito do estudo for descrever as características de grupos, estimar a proporção de elementos que tenham determinadas características ou comportamentos, dentro de uma população específica, e descobrir ou verificar a existência de relação entre as variáveis. Ou seja, o objectivo do estudo deve assentar no conhecimento do *quê, com quem, como e qual a intensidade do fenómeno* em estudo.

Como terceira nota, registamos que estamos perante um estudo observacional, uma vez que não existe por acção do investigador interferência em variáveis substancialmente independentes.

Em suma, ao pretender-se compreender a relação de reciprocidades representativas no associativismo juvenil, tendo em conta as práticas culturais/lazer e as práticas associativas dos jovens julgamos que a tipologia de estudos descrita foi ao encontro do pretendido para a obtenção dos resultados.

3.2. Da Definição do Plano de Observação

Nesta fase do estudo foi importante definir o objecto do estudo, ou seja, a população e a amostra, bem como, os critérios que nos conduziram a que se efectuasse tal opção. Pois, como refere Fortin (1999), o investigador deverá determinar quais os critérios a utilizar na selecção da amostra assim que a questão em estudo tiver uma base teórica de suporte. Considerando também as fundamentações de Quivy & Campenhoudt (2003), tornou-se necessário definir o campo de análise e as unidades de observação, ou

seja, foi fundamental definir o período espacial, geográfico, social e temporal, a população abrangida no estudo e as técnicas utilizadas na amostragem.

3.3. Do Processo da Construção da Amostra

Segundo Stevenson (1981), o universo da pesquisa ou população da investigação consiste no todo pesquisado, ou seja, “ (...) *numa pequena parte dos elementos que compõem o universo*” (Gil, 2002: 121), da qual se extrai uma parcela que será examinada e que recebe o nome de amostra. A população é, por conseguinte, composta por um grupo de pessoas que são objecto de estudo e representam características comuns e de interligação. Contudo, é importante que uma amostra seja representativa da população em estudo, para que, posteriormente, os dados possam ser generalizados. Nesse sentido, a amostra deverá ser rigorosamente seleccionada para que os resultados obtidos no levantamento tendam a aproximar-se o mais possível dos que seriam obtidos, caso fosse utilizada a população total em causa.

Neste contexto, ao iniciarmos o processo da investigação considerámos que a amostra, enquadra-se, segundo Gil (2002), numa amostra probabilística e estratificada de modo proporcional.

A amostra probabilística permite, pois, uma selecção representativa da população e, ao mesmo tempo, um campo “desconhecido” e incontornável pelo investigador relativamente à selecção dos indivíduos. Por seu lado, a amostra estratificada é frequentemente utilizada em ciências sociais, pois pode aumentar a precisão de uma amostra aleatória simples ou de uma amostra sistemática (Bryman & Cramer, 2003). Caracteriza-se pela selecção de uma amostra de cada subgrupo da população em causa, apurando-se de cada grupo uma amostra aleatória que seja proporcional à extensão de cada subgrupo, determinado por uma característica tida como relevante. Este tipo de amostragem apresenta, como vantagem significativa, o

facto de se assegurar a representatividade em relação às propriedades adoptadas como critério para estratificação.

De acordo com a perspectiva metodológica do inquérito, delimitou-se, portanto, uma população específica – públicos associativos do Registo Regional de Associações Juvenis dos Açores (RRAJA) entre os 12 e 17 anos e os 18 e 30 anos – e definiram-se modos de compreensão da relação estabelecida entre as práticas culturais do universo juvenil e as propostas associativas.

O inquérito adoptado para estudo, ou seja, a metodologia central de recolha de dados, teve como população-alvo os jovens associados do Registo Regional de Associações Juvenis da Região Autónoma dos Açores (RRAJA). Contudo, importa sublinhar que a selecção recaiu apenas nas associações juvenis actualizadas no RRAJA, à data de 31 de Dezembro de 2006. As associações juvenis que, durante o ano de 2006, após três solicitações de actualização por parte da Direcção Regional da Juventude, via postal com registo de recepção e via correio electrónico, ignoraram o registo de actualização dos respectivos dados não constam do processo de amostragem elaborado para o presente estudo. A opção assenta, também, no facto das respectivas associações juvenis não realizarem o processamento de actualização de dados entre os 3 e os 16 anos, coincidindo, na generalidade dos casos, com o momento do seu primeiro registo. Deste modo, de acordo com artigo 13º, do Decreto Regulamentar Regional n.º 5/98/A, de 3 de Abril²¹, as respectivas associações encontram-se em situação irregular no RRAJA. Neste sentido, como opção metodológica e considerando, portanto, a verificação dos dados e a oportunidade de uma verdade de facto, próxima do real momento do movimento associativo, optou-se pela selecção anteriormente assinalada. Porquanto, das 54 associações juvenis registadas²², consideram-se 31 associações para

²¹ O texto integral pode ser consultado em www.azores.gov.pt/jo – I Série – n.º 16 – 16.04.1998.

²² Consultar Anexos III, Quadro 13, p. XIV.

realizar os inquéritos²³, actualizadas no número de associados, bem como, legalmente constituídas, ora pelas idades dos seus associados, ora pela constituição dos seus respectivos órgãos sociais. Mas, considerando numa primeira amostra estratificada existirem 21 associações que, face ao número de associados registados – 20,6% (1.521 associados – masculinos e femininos), representavam entre 0 e 9 inquéritos, admitindo, em algumas situações terem um peso muito significativo e permitirem distorcer a análise em estudo, procedeu-se, então à distribuição proporcional de inquéritos, respeitando os escalões etários e o género dos associados²⁴, pelas associações que representavam na amostragem mais de 10 inquéritos, em virtude do número de associados registados – 79,4% (5.851 associados – masculinos e femininos). Assim sendo, para um universo de 7.372 jovens, a dimensão da amostra foi calculada para cerca de 380 inquéritos²⁵, resultando 10 associações juvenis que, se entendeu, face à distribuição proporcional referida, entre os 12 e os 30 anos²⁶, serem representativas do total de jovens do Registo Regional de Associações Juvenis dos Açores e proporcionarem, convenientemente, a recolha dos respectivos dados essenciais ao objecto da investigação. No entanto, os inquéritos recebidos foram de 289, o que permitiu ter uma taxa de retorno de 76% dos 389 inquéritos previstos²⁷.

No que respeita à associação juvenil Corpo Nacional de Escutas (CNE), os inquéritos realizaram-se nas ilhas de São Miguel e Terceira, pelo facto de representarem

²³ Consultar Anexos III, Quadro 14, p. XV.

²⁴ Os escalões etários foram estipulados tendo em consideração as diversas características da população, isto é, a idade, o género, o direito legal ao trabalho, os níveis de ensino, o direito de voto e o facto de serem ou não dirigentes associativos. Assim resultaram dois escalões etários, nomeadamente, entre os 12 e 17 anos (120 inquéritos) e entre os 18 e 30 anos (260 inquéritos). Optou-se pelo processo de amostragem probabilística onde os estratos são proporcionais aos respectivos escalões etários em cada associação juvenil.

²⁵ Consultar Tabela para a determinação de uma amostra de uma população finita para uma margem de erro +- 5% na hipótese de p=50%. Cf. Bravo, Sierra (2005). *Técnicas de Investigación Social. Teoría y Ejercicios*. (14ª ed.). Madrid: Thomson. (p. 234).

²⁶ Foram considerados na amostra os jovens associados entre os 12 e os 30 anos, pelo facto de, à data do estudo, o Registo Regional de Associações Juvenis dos Açores e os Apoios a conceder ao Associativismo Juvenil basearem-se, nomeadamente, no Decreto Regulamentar Regional n.º 5/98/A, de 3 de Abril e Decreto Legislativo Regional n.º 23/97/A, de 8 de Novembro.

²⁷ Consultar Anexos III, Quadro 15, p. XVI.

mais de 50% dos associados. Os agrupamentos seleccionados representam, também, os três agrupamentos com mais associados de cada uma das ilhas anteriormente mencionadas.

Em suma, para que os dados obtidos no levantamento fossem significativos foi necessário constituir um número específico e adequado de elementos, a partir de cada caso. Assim, a utilização dos procedimentos da metodologia estatística possibilitou calcular a respectiva amostra adequada ao processo da investigação.

3.4. Da Opção Metodológica do Inquérito por Questionário

Qualquer que seja o instrumento utilizado é pertinente evocar que as técnicas de interrogação permitem a obtenção de dados na perspectiva do pesquisado. Assim, o levantamento de dados apresenta com recorrência algumas limitações, no que se refere sobretudo ao estudo das relações sociais mais amplas, sobretudo quando se compreendem variáveis de natureza institucional. Ainda assim, a técnica do questionário, entre outras, revela-se bastante útil para a obtenção de informações acerca do que a pessoa “ (...) *sabe, crê ou espera, sente ou deseja, pretende fazer, faz ou fez, bem como a respeito de suas explicações ou razões para qualquer das coisas precedentes*” (Selltiz, 1967: 273, in Gil, 2002: 115).

Segundo Gil (1999) esta técnica de investigação tem como objectivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vividas, entre outras. Neste pressuposto, a concretização técnica e empírica das intenções teóricas da investigação assentou na técnica do inquérito por questionário. Quer na administração de inquéritos junto dos dirigentes associativos, quer na análise da prática associativa dos jovens, o inquérito por questionário revelou-se a metodologia

mais adequada à prossecução dos objectivos da investigação, do modelo de análise e das características do campo de análise (Quivy e Campenhoudt, 2003)²⁸.

Assim, e tendo como princípio “*garantir a comparabilidade das respostas de todos os indivíduos*” (Ghiglione e Matalon, 1993: 121), a aplicação do inquérito permitiu não só “*interrogar um determinado número de indivíduos tendo em vista uma generalização*” (Ghiglione e Matalon, 1993: 2), mas também analisar e interpretar os resultados obtidos junto desses indivíduos. Pois, segundo Boudon, os inquéritos:

“permitem, por um lado, obter, sobre os elementos de uma população, informações estandardizadas e, por consequência, comparáveis de indivíduo para indivíduo ou de elemento para elemento. Por outro lado, eles permitem observar todas as variáveis introduzidas através de hipóteses e estabelecer directamente as relações entre estas variáveis” (Boudon, 1990: 50).

Na interpretação de Quivy e Campenhoudt, permitem “*quantificar uma multiplicidade de dados e proceder, por seguinte, a numerosas análises de correlação*” (Quivy & Campenhoudt, 2003: 189) e em Ferreira:

“A sua natureza quantitativa e a sua capacidade de «objectivar» informação conferem-lhe o estatuto máximo de excelência e autoridade científica no quadro de uma sociedade e de uma ciência dominadas pela lógica formal e burocrática-racional, mais apropriada à captação dos aspectos contabilizáveis dos fenómenos” (Ferreira, 1986: 167-168).

Apesar das limitações teóricas e metodológicas dirigidas à prática do inquérito por questionário, directamente relacionadas com as condições sociais em que ocorrem os discursos, com os modelos interpretativos de linguagem produzidos em função da

²⁸ Nesta investigação, pelo facto da abrangência da amostra compreender associações juvenis das diferentes ilhas do arquipélago açoriano, os questionários foram auto-aplicados, mas anteriormente, remetidos via correio electrónico e explicados, via telefone e pessoalmente, aos dirigentes associativos. Os questionários foram remetidos a 22 de Janeiro de 2007 e totalmente recolhidos a 4 de Abril de 2007, após se ter validado com os dirigentes associativos que a data última da recolha seria até 4 de Março de 2007.

pertença a categorias sociais e com o carácter individual, ou individualizado, desses discursos, as virtualidades da técnica não podem ser obscurecidos ou negligenciados quando o que está em causa é o estudo sistemático dos discursos produzidos por grupos de indivíduos-jovens ao nível associativo. Se bem que sejam necessárias outras abordagens, nomeadamente de ordem qualitativa, Ghiglione e Matalon afirmam que:

“sem inquirir directamente os interessados não podemos saber quais são as suas representações, as suas normas, os seus quadros de referência, que são evidentemente produtos sociais, mas que é necessário, num determinado momento, interpretar isoladamente” (Ghiglione e Matalon, 1993: 7).

Foi precisamente neste sentido que se procurou actuar: a partir dos discursos produzidos pelos públicos das associações, analisou-se e interpretou-se o conteúdo simbólico das suas práticas culturais e associativas e das suas trajectórias individuais e grupais no espaço comum das práticas vivenciais e da respectiva associação. Em suma, a opção incidiu numa metodologia direccionada, por um lado, para a interpretação das lógicas de acção dos actores sociais, no panorama valorativo subjacente às suas opções, motivações, interesses e práticas, e, por outro, para a explicação das causalidades do fenómeno social, nomeadamente, a(s) lógica(s) do movimento associativo.

A elaboração do questionário atravessou diferentes etapas de construção, permitindo avaliá-lo e reconstruí-lo. Desde logo, partiu-se de uma considerável enumeração de indicadores que, entretanto, pela registada disponibilidade do orientador, foram reconsiderados e filtrados sucessivamente. Mas, o percurso realizado, obedeceu a um número de pesquisas e leituras preliminares sobre os problemas, aspirações, representações e caracterização dos jovens e, ao mesmo tempo, uma investigação relativa aos movimentos associativos, no quadro das suas dinâmicas, respostas e modos de participação singular e colectiva.

A construção do questionário teve em conta os objectivos do estudo em questões específicas, de modo a recolher os respectivos dados e proporcionar os indicadores necessários para testar as hipóteses ou esclarecer a problemática em causa. A formulação das questões foi central e baseou-se num princípio crucial para a elaboração do questionário (Gil, 1999).

Considerando-se, portanto, os respectivos enquadramentos da análise sociológica e os objectivos subjacentes à pesquisa, regista-se a atenção disponibilizada às leituras subjacentes ao domínio da investigação que, pela pertinência e desafios à verificação dos factos, permitiram centrar o questionário aplicado na confluência e no cruzamento das linhas de orientação preconizadas pelos diferentes autores²⁹. Assim, sem um aprofundamento excessivo às dimensões da análise, importa sublinhar, como ponto de partida a caracterização sociográfica da população do associativismo juvenil, pretendendo-se apreender as suas diferentes condições sociais. O inquérito, para além de ter tido em conta variáveis de caracterização geral incluiu, também, variáveis de carácter mais específico, em estreita concordância com os objectivos da pesquisa. Assim sendo, interessou deter outros elementos sobre o percurso escolar do inquirido como também elementos de caracterização do agregado doméstico de origem, de modo a reter determinados perfis sociais que estruturam determinadas práticas culturais e associativas e que, por sua vez, correspondem a determinadas aspirações e valores.

Na linha da investigação da sociologia da cultura e da sociologia da juventude, começou-se por considerar o modo como os jovens das associações juvenis preenchem o seu quotidiano, pormenorizando-se a forma como ocupam os seus tempos livres. Outras variáveis assumiram particular relevância, nomeadamente, a espacialização das actividades e as formas como são vividos os tempos livres. Relativamente às

²⁹ Consultar Anexos II, Modelo de Questionário 1, p. IV.

associações juvenis, foram consideradas variáveis relativas à condição de pertença, participação e actividades desenvolvidas, procurando-se analisar os modelos de estrutura associativa e a sua relação com as variáveis das práticas culturais, aspirações e valores dos jovens associados.

Acrescentaram-se outros eixos considerados estruturadores desta pesquisa como são os casos das representações sociais e das referências identitárias da condição associado. Assim, optou-se por considerar em linha de orientação os valores, representações e aspirações dos inquiridos face, por exemplo, à família, associativismo juvenil, responsabilidade social e cidadania, considerando, à partida, que os valores e as representações sociais enquanto *“associações conotativas cujos segmentos cognitivos, embora muitos deles nos escapem, aparecem necessariamente associados a determinados contextos de vivência social”* (Ferreira, 1993: 6).

3.5. Da Validação do Instrumento e a Recolha de Dados

Após a elaboração do questionário, mas numa fase anterior à sua aplicação definitiva, houve que testá-lo para garantir a fiabilidade. A finalidade deste pré-teste foi procurar, portanto, analisar as possíveis falhas existentes na consistência do raciocínio apresentado, bem como, verificar, se constatada, a presença de complexidade nas questões, a imprecisão de redacção para compreensão dos objectivos indagados, o tempo de preenchimento à totalidade das questões e a postura dos jovens no decorrer do processo, nomeadamente, satisfação e/ou intranquilidade face ao tempo, entre outras. Serviu, ainda, de simulação ao trabalho a realizar, na medida em que permitiu, por um lado, a averiguação dos possíveis resultados a obter e, por outro, a alteração de algumas formulações para que a forma de interpretação das questões se tornasse mais explícita e compreensível. Foi intenção objectiva, de acordo com Gil (1999), assegurar-lhe a validade e a precisão.

A aplicação do pré-teste realizou-se com 19 jovens, a 15 de Dezembro de 2006, de acordo com a orientação de Gil (2002), “ (...) *entre 10 a 20 elementos* (...)” (p.120).

3.6. Das Limitações do Estudo

Uma das principais limitações da investigação por inquérito utilizado nas ciências sociais é inerente à própria natureza dos fenómenos em estudo. A complexidade dos seres humanos, o estímulo que dá origem a diferentes respostas de acordo com os indivíduos, o grande número de variáveis cujo controlo é difícil, a medição indirecta dos dados e a própria subjectividade do investigador são algumas das limitações verificáveis.

Contudo, além das substantivas implicações referidas, uma das limitações do estudo prendeu-se com a dispersão geográfica das associações juvenis representativas da amostra, pelo que a falta de proximidade pessoal para administração dos questionários permitiu, em casos pontuais, uma certa desmobilização particular, solucionada, em parte, pelo interesse e insistência individuais³⁰.

3.7. Das Considerações Éticas

Qualquer estudo de investigação que inclua pessoas levanta questões de ordem moral e ética, presentes desde que se determina a problemática até à conclusão do estudo.

Na dimensão teórica, a ética distingue-se do saber científico pela sua natureza filosófica, pelo facto de lhe proporcionar um carácter crítico e a formulação de juízos de valor perante os resultados factuais. Assim, a reflexão ética convida-nos a indagar sobre o que é bom, justo e legítimo no contexto das relações humanas. Transposta para o campo da pesquisa a necessidade de explicitação dos valores e princípios que orientam

³⁰ O número de questionários da amostra sem retorno foi de 24%.

as normas e as opções da investigação (Fortin, 1999). Por seu lado, Renaud (1996, in Archer, Biscaia & Osswald, 1996) sustenta que “ (...) a ética é a teoria que percorre o itinerário desde a interioridade do agir para a sua fundamentação” (p. 35).

Deste modo, se num estudo, qualquer que seja o método utilizado durante as diversas fases de investigação, as técnicas utilizadas forem susceptíveis de causar prejuízos afigura-se como ética e moralmente inaceitável, tanto para o investigador como para o sujeito ou para a comunidade em geral aplicação do respectivo instrumento (Fortin, 1999). A ética suscita, portanto, problemas particulares aos investigadores que, subsequentes das exigências morais, em determinadas situações, possam entrar em conflito com o rigor da investigação. Por isso, na persecução da aquisição dos conhecimentos, subsistem limites que não devem ser ultrapassados, nomeadamente, o respeito pela pessoa e a protecção do seu direito de liberdade e dignidade (Fortin, 1999).

Numa análise sistematizada, verifica-se, pois, que a ética, por um lado, é a objectivação concreta dos valores, princípios, escolhas, deliberações e posicionamentos produzidos pela acção consciente do Homem, perante situações de afirmação dos direitos e valores humanos e, por outro, uma componente da *praxis*, pela acção crítica do indivíduo que teoricamente reflecte, faz escolhas conscientes, responsabiliza-se e compromete-se socialmente pela análise e pela interacção dos resultados produzidos.

No sentido de respeitar determinados princípios éticos e em consonância com a argumentação essencial à dimensão da protecção dos valores individuais e grupais, a investigação avaliou e definiu como prioritárias as disposições necessárias, de modo a garantir total protecção aos direitos e liberdades dos indivíduos que participaram no processo. Deste modo, num primeiro contacto com os dirigentes das associações juvenis, quer por telefone/telemóvel, e-mail ou pessoalmente, foram devidamente explicados e disponibilizados, por escrito, os objectivos e as finalidades do estudo,

apurando, à partida, da sua disponibilidade e vontade em participar. No que respeita aos jovens das associações juvenis que aceitaram participar, após contacto por intermédio dos seus dirigentes, foi-lhes entregue o questionário e solicitado que fosse efectuada uma primeira leitura, em especial da introdução. Pretendeu-se explicitar os objectivos e finalidades do estudo, as vantagens da participação, o carácter voluntário da acção (o direito à autodeterminação) e o carácter confidencial das informações (o direito à privacidade), com um reforço para a protecção dos dados referentes ao nome e morada, uma vez que o seu registo não se encontrava solicitado. Por fim, foram disponibilizados aos dirigentes das associações todos os meios de contacto do investigador, nomeadamente, telefone/telemóvel, correio electrónico e domicílio profissional com o objectivo manifesto de total disponibilidade para eventualidades surgidas no decurso do processo respeitante à recolha dos dados.

4. CAPÍTULO – PRÁTICAS CULTURAIS E PARTICIPAÇÃO ASSOCIATIVA DOS JOVENS

4.1. Da Caracterização Sociográfica dos Públicos Associativos

Do ponto de vista metodológico a aplicação do inquérito a 289 jovens das associações juvenis dos Açores possibilitou-nos assinalar algumas linhas de distinção importantes quanto às práticas culturais e associativas dos jovens e o seu universo de valores enquanto agentes culturais e sociais³¹.

Se se atentar as características dos públicos associativos inquiridos³² constatamos, desde logo, que a maior parte dos efectivos da amostra são portugueses (98,6%) e existe uma maior propensão dos efectivos femininos, entre os 12 e 30 anos, a participar no movimento associativo (55,0%). Quando atendemos à disponibilidade de participação, verificamos que a condição mais decisiva para a participação está relacionada com o facto de se ser solteiro (90,0%). O nível de instrução elevado surge-nos associado ao universo dos jovens, nomeadamente, 43,9% no ensino secundário ou equivalente e 11,4% no ensino superior. Verificamos, ainda, que os jovens são estudantes (64,7%) e, ao mesmo tempo, exercem ou já exerceram alguma actividade profissional (47,4%). No que se refere ao rendimento disponível, aferimos que 17% dos jovens possuem um rendimento mensal, entre 501 e 1000 euros, apesar de se ter registado que 27,0% não respondeu e 5,9% não sabia. Quando se observam os valores religiosos, constatamos que a pertença religiosa, católico praticante, é maioritária

³¹ Do total de 289 inquiridos foram abrangidos 232 associados e 57 associados dirigentes. No que se refere às idades, foram registados e validados na recepção, entre os 12 e 17 anos, 45 questionários do género masculino e 54 do género feminino (99 questionários). Entre os 18 e 30 anos, foi registado e validado um total de 190 questionários distribuídos 85 pelo género masculino e 105 pelo género feminino.

³² Consultar Anexos III, Quadro 16, p. XVII.

(58,1%)³³ contra os 4,2% que não responderam, deduzindo-se a pertença de alguns jovens a outra confissão religiosa. Todavia, numa análise à intensidade religiosa, os indicadores mostram-nos existir uma diminuição relativa às “obrigações” deduzidas do sentido de pertença à religião. Deste modo, cerca de metade dos jovens do inquérito manifesta uma intensidade mediana (50,5%) que, em conjunto com a pouca manifestação religiosa (20,1%), deduz-nos a concluir de uma prática muito reduzida face ao grau de manifestação aludido na dimensão da identidade religiosa. Existe, portanto, um desequilíbrio entre a prática religiosa e a intensidade com que é vivida a religião pelos jovens.

Quando observamos o grau de instrução dos pais dos públicos associativos³⁴, verificamos uma acentuada predominância no 1º e 2º ciclos do ensino básico ou equivalentes (44,3% e 15,6%). O 3º ciclo do ensino básico ou equivalente é representativo de 13,5% enquanto que o ensino secundário ou equivalente foi frequentado por um número ainda mais reduzido de pais (11,8%). No ensino médio e ensino superior a posse das presentes habilitações são tidas, respectivamente, por 1,7% e 5,2% dos pais. Por outro lado, as mães que possuem o 1º ciclo do ensino básico ou equivalente representam 33,9% do universo e 20,4% as que possuem o 2º ciclo do ensino básico ou equivalente. O 3º ciclo do ensino básico ou equivalente representa 15,9% das habilitações aferidas pelas mães. No ensino secundário ou equivalente, respeitando a observação do quadro, verificamos a posse das respectivas habilitações literárias por 12,5% das mães, enquanto que o ensino médio e ensino superior representam, respectivamente, 3,1 e 8,0% das habilitações adquiridas.

³³ Em 1995, a prática religiosa católica para a população jovem açoriana era de 47,6% e 68,7%, respectivamente, em meio urbano e em meio rural (Rocha, Medeiros & Diogo, 1995: 167).

³⁴ Consultar Anexos III, Quadro 17, p. XVIII.

No que concerne à distribuição do grau de instrução pelos públicos associativos, a configuração assume contornos diferentes. Mas, se é difícil, por um lado, avaliar comparativamente com os pais o grau de instrução dos jovens cujas idades permitam estar a frequentar o 1º e 2º ciclos do ensino básico ou equivalentes, por outro, verifica-se que, a partir do 3º ciclo do ensino básico ou equivalente, período ainda abrangido pela actual escolaridade obrigatória, o grau de instrução dos jovens, em relação aos pais e às mães, regista valores já acima dos resultados aferidos do grau de instrução dos próprios progenitores. Assim sendo, o universo dos jovens associados representa no 3º ciclo do ensino básico ou equivalente 28,4% *versus* 13,5% dos pais e 15,9% das mães. No ensino secundário ou equivalente, 43,9% dos jovens frequenta ou é detentor do respectivo grau de instrução, enquanto que os pais representam 11,8% e as mães 12,5%. No que ao ensino médio e universitário diz respeito, figuram, respectivamente, para os pais 1,7% e 5,2% e para as mães 3,1% e 8%. Para os jovens, na mesma relação de ordem, 2,1% frequenta ou é detentor do ensino médio, enquanto que 11,4% encontra-se a frequentar ou já concluiu o ensino universitário. Em síntese, constatamos que o capital escolar dos jovens é superior aos dos respectivos pais relativamente ao ensino superior, todavia, o grau de escolaridade das mães é superior aos dos filhos e dos próprios pais no que concerne ao ensino médio³⁵.

A situação profissional dos progenitores, ou com quem os jovens possam viver ou ter vivido, manifesta-se, em muitas circunstâncias, um indicador importante para avaliarmos a mobilidade social, mas também, os aspectos centrais das aspirações individuais e de socialização primária. Contudo, com o presente estudo apenas procurámos constatar da situação profissional do pai e da mãe, de modo a obtermos uma caracterização, porventura, útil para o decorrer de outros objectivos inerentes aos

³⁵ Em 1995, as habilitações académicas dos jovens açorianos apresentavam-se bem mais baixas, segundo o estudo consultado (Rocha, Medeiros & Diogo, 1995: 31).

respectivos indicadores globais. Assim, quanto à situação profissional do pai e da mãe³⁶, a amostra revela que 32,9% dos pais e 21,8% das mães trabalham por conta de outrem no sector privado, mas, no sector público, as mães representam valores superiores, ou seja, 34,3% desenvolve a sua força de trabalho na esfera pública contra os 28,0% dos pais. A trabalhar por conta própria sem empregados são, por sua vez, os pais (12,8%) que revelam uma predominância maior relativamente às mães dos jovens (6,6%). Os indicadores manifestos da diferença e da desigualdade, quando se trabalha por conta própria e se possui empregados, mantêm-se também na presente situação, pois, as mães representam 8,3% das situações e, novamente e em maior circunstância, os pais que trabalham por conta própria e com trabalhadores a cargo registam 12,8% dos casos. No que respeita aos trabalhadores familiares não remunerados e os remunerados, as mães representam a maioria com valores de 17,3% e 4,8% respectivamente.

Verificamos, pois, que os pais desenvolvem, na sua maioria, as actividades profissionais no sector público (31,1%), enquanto que o sector privado representa a segunda oportunidade de trabalho no registo da amostra (27,3%). Trabalhar por conta própria sem empregados e ser trabalhador familiar não remunerado representam, em partes iguais, 9,7% das situações profissionais dos pais dos jovens associados. Por outro lado, trabalhar por conta própria com empregados é representativo de 8,3%, enquanto que os trabalhadores familiares remunerados representam, apenas, 3,6% das situações recolhidas pelos dados.

Em suma, os resultados sociográficos dos públicos juvenis permitem-nos constatar a prevalência do género feminino no movimento associativo e a nacionalidade portuguesa como referência dominante dos associados. O facto de se ser solteiro garante também uma maior disponibilidade para a prática associativa ao mesmo tempo que a

³⁶ Consultar Anexos III, Quadro 18, p. XVIII.

condição de estudante é ainda uma característica assinalável no espaço associativo. Por sua vez, a dimensão religiosa dos jovens apresenta uma menor intensidade do que o efectivo registo de pertença, ou seja, os jovens dizem-se identificados em muito com a religião católica, mas na verdade a sua prática reflecte uma participação não coincidente com a dimensão da pertença. No que concerne ao grau de instrução, verificamos que existe um nível residual de baixa escolaridade, permitindo, deste modo, assinalar processos de mobilidade social intergeracional, já que os percursos escolares dos públicos inquiridos reflectem situações diferentes daquelas tidas pelos seus pais. Neste sentido, sendo o nível de instrução dos filhos superior ao dos pais as oportunidades de acesso ao mercado de trabalho podem garantir situações profissionais com diferentes características das adquiridas pelos progenitores. Quando se analisa, por outro lado, a situação profissional dos pais, registamos que na sua grande maioria são trabalhadores remunerados.

As variáveis sociográficas verificadas delimitam, portanto, os contornos da população associativa, em perspectiva às dinâmicas, exigências e respostas no âmbito das práticas culturais e associativas, bem como, do universo simbólico dos jovens.

4.2. Das Práticas Culturais dos Jovens

4.2.1. Das Considerações Iniciais

Importa começar com a análise dos *modos preferidos*³⁷ como os jovens passam o seu tempo livre³⁸. É interessante constatar a forte presença da componente relacional e convival. 88,9% dos inquiridos costumam passar o seu tempo livre com o grupo de amigos e 59,9% com a família. A procura de relações/contactos/experiências

³⁷ A utilização da terminologia corresponde precisamente à designação utilizada no respectivo Questionário.

³⁸ Consultar Anexos III, Quadro 19, XIX.

junto dos grupos de pares juvenis tende a ser uma especificidade juvenil, se bem que 15,2% dos inquiridos afirmem passar os seus tempos livres sozinhos. Por seu turno, a participação associativa parece também constituir uma alternativa privilegiada, pois, 52,9% afirmam ser um dos modos preferidos para passar os seus tempos livres enquanto que o clube desportivo reúne a preferência de 27,0% dos jovens.

Quando se analisam os *espaços preferidos*³⁹ dos jovens para ocupar os tempos livres, apenas se inverte a opção respeitante aos *modos preferidos*, nomeadamente, entre a família e a associação juvenil. A associação juvenil reúne aqui 56,4% e a família 54,3%⁴⁰. Nos *modos e espaços preferidos* para os jovens passarem os seus tempos livres, o grupo de teatro é sempre uma opção com pouca preferência, respectivamente com 6,2% e 6,6%, sendo mesmo preterido em relação a *outras* opções, nomeadamente com 15,2% e 17%⁴¹.

Em contrapartida, “*o fazer coisas que nada têm a ver com o estudo e/ou trabalho*” e “*o contacto com a natureza*” não são dimensões tão presentes no universo valorativo dos jovens para o desenvolvimento das actividades, pois representam respectivamente 6,9% e 12,5%. Por outro lado, “*a convivência com os amigos*” (40,5%) e “*o ter experiências novas*” (37,0%) são os aspectos mais valorizados no desenvolvimento das actividades pelos jovens⁴².

4.2.2. Dos Consumos Sociais na Ocupação dos Tempos Livres

Quando se analisam as actividades e expressões culturais habituais dos jovens na ocupação dos tempos livres, a audiência televisiva quotidiana é francamente elevada,

³⁹ A utilização da terminologia corresponde precisamente à designação utilizada no respectivo Questionário.

⁴⁰ Consultar Anexos III, Quadro 20, p. XIX.

⁴¹ A utilização da terminologia corresponde precisamente à designação utilizada no respectivo Questionário.

⁴² Consultar Anexos III, Quadro 21, p. XIX.

pois, tem valores de 97,9%. Passear ao ar livre (95,5%), ir a casa dos amigos (94,0%), utilizar a Internet (93,5%) e ouvir cd's/MP3 (92,8%) reflectem hábitos ocupacionais baseados na convivialidade e num contexto de partilha de símbolos e culturas juvenis assentes numa interactividade colectiva. O tempo passado em associação ou associações é também muito representativo das características inerentes ao princípio anterior, pois, resulta numa frequência preferida em 81,0% das opções juvenis para a ocupação dos seus tempos livres. Por sua vez, fazer fotografia (55%), tocar algum instrumento musical e/ou cantar (54%), desenhar ou pintar (52,6%) ou escrever prosa ou poesia (30,0%) configuram preferências marcadamente muito mais reduzidas na ocupação dos tempos livres dos jovens⁴³.

A importância da música nos lazeres juvenis é indiscutível. De facto, a audiência musical, por parte dos públicos jovens, orienta-se, sobretudo, para a audição do pop-rock, com valores a rondar os 89,3%⁴⁴. De notar a incidência do rap (78,5%), seguido da música ligeira e popular portuguesa e brasileira, respectivamente com 77,9% e 77,5%, que superam a audição da Techno music (61,6%), Hard-rock (61,2%), Punk (61,2%) e Reggae (60,9%). A música clássica representa uma frequência de 59,5% sendo, portanto, ouvida com mais frequência do que Heavy-metal (56,4%), Música underground (56,1%), Blues (55,0%) e Hard-core (50,2%). O Jazz (47,1%), Fado (47,1%) e o Death metal (44,3%) representam as menores frequências de audiência por parte dos jovens⁴⁵.

Na atenção a outros hábitos juvenis, interessa-nos também dar conta, de entre o elenco das práticas culturais dos públicos associativos, do lugar que é reservado à leitura. Assim, num primeiro registo da análise, abordamos a leitura de livros,

⁴³ Consultar Anexos III, Quadro 22, p. XX.

⁴⁴ Consultar Anexos III, Quadro 23, p. XXI.

⁴⁵ Os resultados obtidos são idênticos aos publicados no estudo realizado por Fernandes, A., & Esteves, A., & Dias, I., & Lopes, J., & Mendes, M., & Azevedo, N. (1998). *Práticas e Aspirações Culturais. Os Estudantes da Cidade do Porto*. Porto: Edições Afrontamento e Câmara Municipal do Porto.

nomeadamente, os géneros literários lidos com maior ou menor frequência⁴⁶, enquanto que, num segundo, privilegiamos a análise do consumo cumulativo de outras modalidades de impresso, como sejam os jornais e as revistas.

Os efectivos da amostra apresentam uma frequência de leitura de livros de aventuras (76,5%) superior a qualquer uma das escolhas dos géneros literários favoritos. Atendendo-se à hierarquia das principais preferências associativas, é fácil verificarmos a concentração de leituras em modalidades mais fluidas, de carácter lúdico, associadas ao divertimento, ao passatempo, como é o caso dos livros de romance (69,9%), banda desenhada (66,1%) e ficção científica (63,3%). Os livros de ciência (58,1%) e os policiais/mistério (57,1%) seguem-se nas escolhas de leituras mais frequentes dos respectivos jovens. As menos frequentes pelos jovens são as leituras de poesia (53,6%), turismo (46,7%), teatro (44,6%) e ensaios políticos/filosóficos/sociais (36,3%). Por fim, verificamos que existem outros géneros literários *não definidos* (36%) que prevalecem na opção dos jovens, registando-se, contudo, a leitura reservada à arte com a menor frequência nos hábitos de leitura (33,9%).

A análise dos resultados, relativos aos assuntos mais lidos em jornais e revistas, permite-nos verificar, em primeiro lugar, existir uma frequência de leitura, embora diversificada, com indicadores relativamente consistentes. Todavia, os valores levam-nos a aferir de uma maior predisposição dos públicos em presença para uma leitura proveniente da indústria do lazer, particularmente, televisão (88,2%), música (86,5%), cinema (84,4%) e informática (78,5%). As leituras relativas à educação (76,5%) e aos assuntos locais/regionais (76,1%) apenas intervalam as primeiras opções, verificando-se, por ordem decrescente, a polarização na preferência relativa às primeiras escolhas de leitura, nomeadamente, desporto (75,8%), sociedade (72,3%), moda/beleza (71,6%) e

⁴⁶ Consultar Anexos III, Quadro 24, XXI.

viagens/turismo (69,9%). Para concluir, verificamos que existe menor predisposição dos públicos juvenis relativamente à frequência de leituras com assuntos especializados nas áreas da ciência (66,8%), economia (57,1%), política (55,7%), literatura (51,9%) e artes plásticas (48,4%)⁴⁷.

Estes resultados reflectem, portanto, os efeitos indutores de transformação por via da penetração massiva de bens, símbolos e disposições produzidos e difundidos pelos *media* que assumem, significativamente, uma função ímpar de socialização entre os indivíduos e, nomeadamente, entre os jovens.

Contudo, a análise aos resultados das práticas culturais atravessa inevitavelmente outros indicadores de referência na ocupação juvenil. Tornou-se assim importante, para nós, recolher a informação relativa a “*outros*” consumos culturais no quadro dos lazeres juvenis.

Nesta orientação, ao abordar-se a presente centralidade verificamos que é manifestamente reduzida a percentagem de jovens cujas práticas e consumos culturais passam pela saída frequente para ir ao teatro (49,8%), museus (48,1%), concertos de música clássica ou jazz (32,9%) e espectáculos de dança e ballet (30,8%). Em contraponto, as actividades lúdicas representam os resultados de maior significado em frequência, nomeadamente, o cinema (91,3%), os concertos de música rock/pop (81,3%), os jogos de futebol (68,5%) e os outros espectáculos desportivos (65,4%). A saída para ir a exposições encontra-se no centro das frequências juvenis com um resultado de 55,0%⁴⁸.

Retomando-se as observações efectuadas relativamente ao universo de referência, verificamos que as oportunidades e os lugares de lazer e de entretenimento

⁴⁷ Consultar Anexos III, Quadro 25, p. XXII.

⁴⁸ Consultar Anexos III, Quadro 26, p. XXII.

são o alvo da preferência dos jovens, aliados, com certeza, ao carácter mais lúdico, evasivo e convivial que manifestamente proporcionam.

Mas, novos contextos de produção de outras sociabilidades têm-se imposto no quotidiano dos tempos livres juvenis⁴⁹. A prática do desporto (91,0%) realça-se no contexto dos consumos culturais, configurando o grau de proximidade, divertimento e convívio entre os jovens. Por outro lado, registamos a ida a bares e discotecas, avaliando-se que a presente prática não pode ser encarada como uma actividade estritamente associada ao consumo. Sendo, portanto, espaços onde coexistem diferentes redes de interacção, são também apropriados, de forma particular, pelos jovens na sua própria convivialidade (82,7%). São locais propícios à renovação das redes de sociabilidade, espaços relacionais, espaços lúdicos e de entretenimento que, associados ao gosto pela dança (78,9%), figuram diferentes palcos do jogo social e de um capital estabelecido em relações simbólicas. É de salientar, ainda, que existem muitas outras opções aliadas à sociabilidade dos jovens (61,6%), mas porventura aquela que no contexto presente menos frequência apresenta é a prática do teatro (28,7%).

Em geral, ao cruzarem-se as razões invocadas pelos jovens e tendo-se em atenção alguns dos motivos apontados, verificamos que as práticas culturais centralizam factores de uma necessária proximidade ao grupo e às oportunidades de convivialidade que se manifestam, em algumas das circunstâncias, pelos consumos simbólicos dos novos, ou actuais, modos de socialização.

⁴⁹ Consultar Anexos III, Quadro 27, p. XXIII.

4.3. Das Práticas Associativas

4.3.1. Da Participação Juvenil: Dinâmicas de Pertença

A motivação é uma questão que não pode deixar de ser explorada na análise das práticas do associativismo⁵⁰. Das razões apresentadas a que suscitou maior adesão reflecte uma motivação baseada no jogo de influências sociais. Pois, o convite realizado pelo amigo (37,0%) é superior à indicação de um familiar envolvido (18,0%) ou de um membro da família mais chegado (10,7%). Verificamos que, desta forma, em termos das referências familiares, a influência raramente provém dos familiares mais próximos. Relativamente ao sentimento de responsabilidade social (18,0%), os resultados indicam detrimento na opção, reforçando a razão em favor das pessoas.

Quando questionados relativamente aos motivos de adesão, os públicos indicam ser uma forma de conviver e de conhecer novas pessoas (57,9%) a principal opção para aderir à associação. O enriquecimento pessoal e a aquisição de novas experiências (54,6%) sobrepõem-se, novamente, às responsabilidades sociais, nomeadamente, à prestação de um serviço à comunidade (30,0%) e ao contributo para a transformação da juventude e da sociedade (29,6%). A participação da juventude na dinâmica opinativa e construtiva da sociedade, relativamente às suas aspirações e/ou problemas fazendo-se ouvir, apenas reflectem 12,9% dos motivos referidos para a adesão à associação juvenil – Quadro 3 (p. 75).

⁵⁰ Consultar Anexos III, Quadro 28, p. XXIII.

CAPÍTULO IV – PRÁTICAS CULTURAIS E PARTICIPAÇÃO ASSOCIATIVA DOS JOVENS

Quadro 3 – Principais Motivos de Adesão à Associação Juvenil

Motivos	Idade									
	12-17				18-30					
	Sexo				Sexo					
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
É uma forma de conviver e de conhecer novas pessoas	32	80,0	35	64,8	45	54,2	50	48,5	162	57,9
É uma forma de prestar um serviço aos outros e à comunidade	10	25,0	11	20,4	26	31,3	37	35,9	84	30,0
É uma forma de me enriquecer pessoalmente e de adquirir novas experiências e competências	17	42,5	35	64,8	42	50,6	59	57,3	153	54,6
É uma forma de poder contribuir para a transformação da juventude e da sociedade	10	25,0	8	14,8	32	38,6	33	32,0	83	29,6
É uma forma de os jovens se fazerem ouvir	5	12,5	9	16,7	10	12,0	12	11,7	36	12,9
Outro	2	5,0	1	1,9	2	2,4	2	1,9	7	2,5
Total	76	100,0	99	100,0	157	100,0	193	100,0	525	100,0

No que concerne ao aspecto mais valorizado na associação pelos jovens reside o facto das experiências novas (44,3%), secundarizando-se, deste modo, a convivência com os amigos (31,1%). O contacto com a natureza é referido, apenas, por 12,8% dos jovens, enquanto que o estudo e/ou o trabalho representam aspectos sem valorização significativa no universo associativo (5,9%)⁵¹.

Os motivos sociais inerentes à participação dos jovens resultam das atitudes de passividade em referência ao conceito de mudança social, justificados, claro, pelos resultados de 10,8% e 17,4%, relativos, respectivamente, à promoção de alterações na acção da associação juvenil e à vontade de mudar a freguesia/ilha. Por outro lado, os motivos intrínsecos à vontade de ter uma juventude participativa no desenvolvimento dos Açores (56,3%) e no desenvolvimento de iniciativas que levem os jovens a participar mais na associação e na freguesia/comunidade (56,3%) valorizam, apenas, o sentido cognitivo relativo ao interesse e à agregação juvenil, manifestando, por sua vez, uma acção residual relativa aos motivos sociais da participação juvenil nas associações juvenis (26%) – Quadro 4 (p. 76).

⁵¹ Consultar Anexos III, Quadro 29, p. XXIII.

CAPÍTULO IV – PRÁTICAS CULTURAIS E PARTICIPAÇÃO ASSOCIATIVA DOS JOVENS

Quadro 4 – Motivos Sociais para a Participação na Associação Juvenil

Motivo	Idade								Total	
	12-17				18-30					
	Sexo				Sexo					
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino			
	N	%	N	%	N	%	N	%		
Vontade de mudar a minha freguesia/ilha	9	20,0	9	16,7	12	14,3	20	19,0	50	17,4
Interesse em contribuir para uma juventude participativa no desenvolvimento dos Açores	24	53,3	30	55,6	45	53,6	63	60,0	162	56,3
Promover alterações à acção da Associação de Juventude	4	8,9	5	9,3	14	16,7	8	7,6	31	10,8
Desenvolver iniciativas que levem os jovens a participar mais na Associação de Juventude e na freguesia/comunidade	14	31,1	33	61,1	49	58,3	66	62,9	162	56,3
Estar simplesmente ocupado e participar nas actividades que a Associação de Juventude promove	16	35,6	15	27,8	24	28,6	20	19,0	75	26,0
Outra	4	8,9	1	1,9	5	6,0	8	7,6	18	6,3
Total	45	100,0	54	100,0	85	100,0	105	100,0	289	100,0

Nas considerações resultantes do inquérito relativo aos fundamentos das principais razões de continuidade na associação juvenil, verificamos diferenças quando consideramos a variável do género e da idade⁵². Assim, constatamos que os jovens do sexo masculino (12 e 17 anos) indicam, como razões centrais da continuidade da participação, o encontro e convívio com os amigos (28,9%) como também o factor na relação directa com a forma de ocupar o tempo (20,0%). O universo do sexo feminino dos 12 aos 17 anos considera, por seu lado, a razão da continuidade aliada ao convívio com os amigos e ao facto da associação ser um espaço de formação (35,2%), novas amizades e novas experiências (31,5%).

Na análise aos resultados dos jovens entre os 18 e 30 anos, verifica-se que se invertem os dois principais motivos em relação às opções por género, nomeadamente, “o convívio com os meus amigos e tenho um espaço de formação” e “uma forma de participar no desenvolvimento da sociedade”. Por um lado, os jovens do sexo

⁵² Consultar Anexos III, Quadro 30, p. XXIV.

masculino optam pela primeira (23,5%) e, posteriormente, pela segunda (22,4%) e, por outro, os jovens do sexo feminino fundamentam as razões de permanência na associação, em primeiro, pelo segundo motivo referido (32,4%) e só depois, e em segundo lugar, pelo primeiro motivo apresentado (27,6%).

Em suma, constata-se que a razão de pertença à associação juvenil, acima de tudo, reside nas influências sociais, estreitamente ligadas aos motivos do convívio e oportunidade para conhecer novas pessoas e, em simultâneo, ao valor atribuído às experiências novas que são possibilitadas no seio associativo. Numa perspectiva social, o motivo que sustenta a participação juvenil é justificado pela ideia de mobilização de outros jovens para o movimento e, ao mesmo tempo, pela promoção adequada de iniciativas, pela juventude, junto da comunidade local. Por fim, constata-se que, na generalidade, a principal razão que suporta a continuidade dos jovens no associativismo juvenil reside em dois aspectos centrais. O primeiro, a dimensão da convivialidade e da formação (26,0%) e, o segundo, a possibilidade ou garantia em participar no desenvolvimento da sociedade (22,1%).

4.3.2. Dos Jovens na Relação Pessoal com a Oferta Associativa

A análise da percepção e da valorização das associações juvenis enquanto espaços relacionais no domínio da juventude, bem como da adequação entre a oferta associativa e as aspirações dos públicos associativos, são dois vectores fundamentais da pesquisa. Desse modo, a análise da relação entre os jovens das associações juvenis e o espaço associativo passa, inevitavelmente, pela análise das actividades associativas, porquanto, relacionadas com o espaço electivo da convivialidade e das novas experiências.

Nesse sentido, a reflexão sobre as transformações sociais impõem-nos um novo olhar sobre a ocupação, promoção e valorização dos tempos dos tempos livres dos jovens, já que o prolongamento da escolaridade e a exigência do mercado de trabalho implicam que se consagre cada vez mais tempo do quotidiano às actividades curriculares e laborais.

Todavia, é possível verificarmos precisamente o invés já que as associações não oferecem grande diversidade de actividades. A sua capacidade de oferta confina-se, na sua maioria, a actividades que prolongam os lazes juvenis. Na análise quadro de resultados relativo às actividades realizadas com maior frequência⁵³, no registo das primeiras dez, seis representam actividades de lazer, duas de formação (desenvolver estratégias de trabalho em equipa e formar para a cidadania), uma de planificação e organização associativa (fazer reuniões) e, finalmente, uma de promoção da cidadania (formar para a cidadania). As restantes actividades promovidas pelas associações, em número de vinte e em ordem descendente, prefiguram também o lazer, ultimando-se pelas actividades com uma dimensão cultural e criativa. Todavia, a observação comparativa, com as actividades mais desejadas pelos jovens nas associações a que pertencem, configura-se um paralelismo na prática com as actividades realmente implementadas, designadamente, as actividades de lazer⁵⁴.

Por fim, constatamos que, embora com menor participação dos jovens à indicação de resultados correspondentes às actividades dos seus interesses⁵⁵, as opções realizadas variam entre o lazer e a cultura, registando-se, porventura, uma preocupação com a formação. O espaço associativo parece, portanto, corresponder ao universo das aspirações dos jovens no plano das actividades e, entre o desejo de outras actividades e

⁵³ Consultar Anexos III, Quadro 31, p. XXV.

⁵⁴ Consultar Anexos III, Quadro 32, p. XXVI.

⁵⁵ Consultar Anexos III, Quadro 33, p. XXVII.

as actividades desenvolvidas efectivamente pelas associações juvenis, a diferença não oferece qualquer tipo de ruptura com as práticas da juventude, tal como, com a exteriorização resultante dos interesses dos públicos inquiridos, confluindo, portanto, com as suas práticas culturais.

Neste sentido, a análise do grau de satisfação dos jovens permite-nos apreender ou reforçar novas dimensões na abordagem, em particular a apreensão da associação, a partir de perspectivas específicas, materiais e humanas⁵⁶.

A consideração em relação aos equipamentos permite-nos concluir que existe uma adequação entre as necessidades dos associados e os meios disponíveis à execução das actividades (56,4% “*muito satisfeito*”). No que se refere às instalações da associação, a tendência mantém-se nos resultados obtidos, pois, 52,2% garante estar “*satisfeito*” e 21,1% “*muito satisfeito*”. Quando as actividades e as práticas culturais são o objecto da avaliação, os jovens inquiridos dizem estar também satisfeitos (61,2%) e muito satisfeitos (29,1%). Os que afirmam pouca satisfação representam no universo 5,2% e os insatisfeitos, apenas, 0,7%. A relação de convívio entre os associados reforça a consensualidade e a principal razão dos jovens continuarem a pertencer à associação, verificado pelo facto de 47,8% estarem satisfeitos e 43,9% considerarem a sua relação associativa muito satisfeita. Quando confrontados com a participação pessoal na vida associativa, o grau de satisfação mantém as tendências anteriores, 57,1% diz-se “*satisfeito*” e 31,8% “*muito satisfeito*”.

As posições dos inquiridos apresentam-nos, portanto, uma distribuição muito equilibrada quanto ao grau de satisfação manifesto, no que diz respeito às diferentes dimensões disponibilizadas pelo inquérito. Porém, a pouca satisfação tende a ser superior, relativamente apenas aos equipamentos e às instalações, junto dos associados:

⁵⁶ Consultar Anexos III, Quadro 34, p. XXVIII.

19,4% e 17,6%, respectivamente. Todavia, a uniformidade de posicionamentos dos jovens na categoria de “*satisfeito*” e “*muito satisfeito*” revela um bem-estar maioritário entre o universo das aspirações e das práticas no contexto do espaço associativo.

4.3.3. Da Participação Associativa

Ao analisarmos a participação associativa dos públicos juvenis partimos do princípio que a diferenciação nos modos de participação é, ao longo da análise, identificada. Porém, o conhecimento acerca da antiguidade dos associados é, ao mesmo tempo, um factor determinante para avaliar a consistência da identificação ou permanência na associação juvenil.

Relativamente ao registo do tempo na associação⁵⁷, podemos dizer que é relativamente maioritária a pertença com mais de 3 anos, já que a maior parte dos jovens afirma ser associado entre 3 e 5 anos (21,1%) e há mais de 5 anos (45,7%). Este último indicador repete-se em todas as idades e géneros.

Quanto à disponibilidade que os jovens têm para participar na associação juvenil, podemos constatar que, em todas as idades e géneros, há um tempo disponível relativamente regular, à excepção dos jovens do sexo feminino, entre os 12 e 17 anos, ao disporem de muito do seu tempo. Na globalidade, para 39,1% dos jovens, a disponibilidade para participar representa um tempo suficiente/médio, enquanto que para apenas 5,2% o tempo é praticamente muito pouco – Quadro 5 (p. 81).

⁵⁷ Consultar Anexos III, Quadro 35, p. XXIX.

CAPÍTULO IV – PRÁTICAS CULTURAIS E PARTICIPAÇÃO ASSOCIATIVA DOS JOVENS

Quadro 5 – Disponibilidade dos Jovens para Participar na Associação Juvenil

Disponibilidade	Idade									
	12-17				18-30					
	Sexo				Sexo					
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Muito Pouco	4	8,9	1	1,9	2	2,4	8	7,6	15	5,2
Pouco	6	13,3	4	7,4	13	15,3	12	11,4	35	12,1
Médio	20	44,4	17	31,5	39	45,9	37	35,2	113	39,1
Muito	9	20,0	25	46,3	20	23,5	28	26,7	82	28,4
Bastante	6	13,3	7	13,0	11	12,9	20	19,0	44	15,2
Total	45	100,0	54	100,0	85	100,0	105	100,0	289	100,0

A participação no planeamento das actividades⁵⁸ é bem mais frequente nos associados há mais de 5 anos (38,6%), conforme se pode constatar. Verificamos também que o grau de participação aumenta na categoria de “muitas vezes” com a evolução registada relativa ao tempo de associado.

Ao considerarmos o grau de pertença relativamente à frequência no planeamento das actividades, constatamos que as actividades associativas são planificadas e organizadas sobretudo pelos associados dirigentes (36,8% “muitas vezes” e 43,9% “sempre”)⁵⁹. Os restantes associados participam “muitas vezes” com 31,9% e “sempre”, apenas, 13,8%, permitindo pensar-se que a dinâmica associativa se encontra mais vocacionada para manter os seus circuitos internos de actuação/manutenção, reflectindo a acção dos dirigentes, do que para procurar alternativas de participação dos restantes associados.

A avaliação da participação no contexto associativo encontra também reflexos no auto-conceito juvenil mediante a postura individual com referências à organização. Assim, verificamos que os jovens que se consideram colaboradores e associados activos têm uma prestação muito boa perante a associação (28,4% e 38,3%), sendo que os

⁵⁸ Consultar Anexos III, Quadro 36, p. XXIX.

⁵⁹ Consultar Anexos III, Quadro 37, p. XXIX.

valores correspondentes à pouca ou falta de participação dos associados activos representam, em ambos os casos, apenas e respectivamente, 0,6% dos associados⁶⁰. No que concerne à avaliação global, a participação associativa tem registos na ordem dos 37,0% para os valores médios, 29,8% para quem participa “muito” e 18,0% para os que participam “*bastante*”, traduzindo-se, por isso, o registo de uma efectiva participação dos associados.

Se atendermos à participação nas actividades, quem nunca participa (1,7%) ou raramente participa (9,0%) não viabiliza o contrário das referências anteriores, pois, apresentam indicadores pouco significantes⁶¹. Todavia, sublinha-se que, tanto os colaboradores como os associados activos “*nunca*” deixam de participar em actividades. Participando “*às vezes*”, os colaboradores fazem-no em 22,1% das possibilidades e “*muitas vezes*” 37,9%. Os associados activos quando participam “*muitas vezes*” registam resultados de 17,5% e quando participam “*sempre*” fazem-no em 50,0% das vezes.

Quando analisamos a participação dos públicos juvenis, de acordo com o seu grau de escolaridade⁶², verifica-se que existe uma linha padronizada, entre os que “*nunca*” participam e os que “*sempre*” participam, verificada nos jovens do 3º ciclo do ensino básico ou equivalente e nos jovens do ensino secundário ou equivalente. Pois, face às idades em análise e ao grau de escolaridade dos associados situado nos presentes níveis de ensino, conforme os resultados apresentados no quadro de perfil sociográfico, as probabilidades de tal se verificar seria muito provável. Contudo, registe-se, o facto dos associados com o ensino superior “*nunca*” deixarem de participar, bem como, os associados detentores do “*ensino médio*”. Há a acrescentar que todos os maiores níveis

⁶⁰ Consultar Anexos III, Quadro 38, p. XXIX.

⁶¹ Consultar Anexos III, Quadro 39, p. XXX.

⁶² Consultar Anexos III, Quadro 40, p. XXX.

de participação (“*sempre*”, “*muitas vezes*” e “*às vezes*”) se verificam nos jovens do 3º ciclo do ensino básico ou equivalente e nos jovens do ensino secundário ou equivalente, à excepção, daqueles que “*raramente*” participam. Pois, ao nível da mínima participação, regista-se uma maior frequência também nos jovens do ensino secundário ou equivalente e nos jovens do 2º ciclo do ensino básico ou equivalente, 46,2% e 23,1% respectivamente.

É de igual interesse constatarmos da participação, em idade e género, com relação às decisões importantes relativas às associações juvenis⁶³. Assim, os jovens dos 12 aos 17 anos do sexo masculino têm um nível de participação mais intensa aos do sexo feminino (26,7% vs. 18,5%). No escalão etário dos 18 aos 30 anos verifica-se precisamente o contrário, pois, o sexo feminino representa 33,3% de participação em relação aos 29,4% dos associados do sexo masculino. A diferença, entre géneros, acentua-se no nível imediatamente superior de decisão. Os jovens dos 12 aos 17 anos do sexo feminino participam “*sempre*” com um maior número de jovens em relação aos do sexo masculino (13,0% vs. 4,4%) e os jovens dos 18 aos 30 anos do sexo feminino participam, também, de forma superior nas decisões do universo (13,3% vs. 10,6%). Neste contexto, revela-se a superioridade efectiva dos jovens do sexo feminino, em ambos os escalões etários, quando se avalia a participação nas decisões importantes relativas à associação juvenil. Contudo, assinalamos que a associação juvenil tem uma participação da grande maioria dos associados, registando-se que apenas 6,6% nunca participa e que 10,7% dos associados raramente participa.

Em outro domínio, e ao analisarem-se os actores das decisões importantes para a vida associativa, verifica-se que se tende a concentrar, mais uma vez, a preponderância dos associados dirigentes relativamente aos restantes associados – Quadro 6 (p. 84).

⁶³ Consultar Anexos III, Quadro 41, p. XXX.

CAPÍTULO IV – PRÁTICAS CULTURAIS E PARTICIPAÇÃO ASSOCIATIVA DOS JOVENS

Observa-se, portanto, pelos resultados dos públicos, que os primeiros participam “sempre” (26,3%) e os segundos com menor frequência (7,3%). Mas, também, os associados que participam “muitas vezes” nas decisões da associação registam novamente uma frequência menor de participação do que os associados dirigentes, respectivamente, 25,4% e 40,4%. As decisões importantes são, sem dúvida, realizadas “muitas vezes” e “sempre” pelos associados dirigentes.

**Quadro 6 – Participação nas Decisões Importantes da Associação
Juvenil segundo o Grau de Pertença**

Participação	Associado		Associado Dirigente		Total	
	N	%	N	%	N	%
Nunca	17	7,3	2	3,5	19	6,6
Raramente	29	12,5	2	3,5	31	10,7
Às vezes	110	47,4	15	26,3	125	43,3
Muitas vezes	59	25,4	23	40,4	82	28,4
Sempre	17	7,3	15	26,3	32	11,1
Total	232	100,0	57	100,0	289	100,0

Em resumo, o quadro geral da participação dos jovens na associação juvenil reveste-se de parâmetros bem identificados. Constatamos que, na sua maioria, os jovens que constituem o movimento associativo são membros há mais de três anos. Todavia, o maior registo de jovens, neste indicador do tempo, encontra-se nos que desenvolvem a sua acção há mais de cinco. Foi possível também reter que o plano de acção relativo à participação no planeamento das actividades é da responsabilidade dos associados com mais de cinco anos na organização e, ao mesmo tempo, sendo associados dirigentes também se identificam com os actores das grandes decisões associativas. No que respeita à generalidade dos associados, foi possível aferir que o tempo disponibilizado para a associação juvenil é aceite como suficiente, o que se reflecte numa participação efectiva de todos, ora na estrutura organizacional, ora nas suas respectivas actividades. Relativamente à participação associativa, o grau de escolaridade dos jovens identifica-se

com a predominância registada no perfil sociográfico das associações juvenis, ou seja, jovens a frequentar ou detentores da habilitação literária correspondente ao 3º ciclo do ensino básico ou equivalente e jovens do ensino secundário ou equivalente.

4.3.4. Das Aspirações dos Jovens e Desenvolvimento Pessoal

Tentar caracterizar o grau de satisfação das aspirações dos públicos juvenis constituiu uma via de interpretação das particularidades relativas à acção das associações juvenis. A consideração da idade e do género revelam variações interessantes entre os inquiridos⁶⁴. São os rapazes entre os 12 e 17 anos que apontam menor satisfação nas aspirações pessoais relativamente às raparigas (6,7% vs. 0,0%). Os rapazes entre os 18 e 30 anos, também, mantêm a mesma tendência de uma satisfação “*muito pouco*” concretizada (1,2% vs. 1,0%). No nível de maior satisfação, as raparigas entre os 12 e 17 anos assumem estar mais satisfeitas (22,2%) do que os rapazes (17,8%), bem como, as raparigas dos 18 aos 30 anos, 22,4% e 23,8%, respectivamente. Deste modo, constatamos que o grau de satisfação das aspirações dos jovens aumenta na proporcionalidade da própria idade. Os resultados indicam, ainda, que os rapazes e as raparigas entre os 12 e 17 anos encontram as suas aspirações “*muito*” satisfeitas, 31,1% e 38,9% respectivamente. Os rapazes entre os 18 e 30 anos têm uma satisfação média (37,6%), enquanto as raparigas demonstram estar “*muito*” satisfeitas (36,2%).

Em suma, o grau de maior satisfação relativamente às aspirações, perante os resultados, verifica-se sempre nas raparigas de ambos os escalões etários, nomeadamente, dos 12 aos 17 anos e dos 18 aos 30 anos. Pelos indicadores, verificamos, pois, existir, face à associação, um grau acentuado de satisfação relativo às aspirações pessoais dos jovens.

⁶⁴ Consultar Anexos III, Quadro 42, p. XXXI.

CAPÍTULO IV – PRÁTICAS CULTURAIS E PARTICIPAÇÃO ASSOCIATIVA DOS JOVENS

Quando se analisam os resultados de satisfação no quadro das aspirações relativas ao grau de pertença – Quadro 7, verificamos que os associados dirigentes estão muito mais satisfeitos do que os restantes associados (42,1% vs. 37,9%). De salientar que não existem associados dirigentes nem “*muito pouco*” satisfeitos (0,0%) nem “*pouco*” satisfeitos (0,0%), enquanto que, pelo contrário, os resultados indicam que os restantes associados estão “*muito pouco*” satisfeitos (2,2%) e “*pouco satisfeitos*” (3,0%). O encontro entre a satisfação dos associados independentemente do seu grau de pertença, permite-nos constatar de uma satisfação geral dos associados no quadro do movimento associativo.

**Quadro 7 – Grau de Satisfação das Aspirações dos Jovens segundo o
Grau de Pertença**

Satisfação	Associado		Associado Dirigente		Total	
	N	%	N	%	N	%
Muito pouco	5	2,2	0	0	5	1,7
Pouco	7	3	0	0	7	2,4
Médio	88	37,9	9	15,8	97	33,6
Muito	77	33,2	22	38,6	99	34,3
Bastante	40	17,2	24	42,1	64	22,1
Não sabe	9	3,9	1	1,8	10	3,5
Não responde	6	2,6	1	1,8	7	2,4
Total	232	100	57	100	289	100,0

No que concerne ao tempo de associado como referência ao grau de satisfação das aspirações pessoais apuramos que os associados entre os 0 e 6 meses (47,4%), entre os 7 e 11 meses (42,1%), entre 1 a 2 anos (44,8%) e entre 3 e 5 anos (36,1%) têm uma satisfação média. Por outro lado, os associados há mais de 5 anos manifestam estar “*bastante*” satisfeitos (43,2%). Os resultados mínimos de satisfação reduzem de 5,3%, nos associados entre os 0 e 6 meses, para os 0,8%, nos associados há mais de 5 anos. Na máxima satisfação observa-se um crescente agrado, proporcional também aos anos de pertença, entre os 10,5% e os 27,3%. Por fim, relativamente aos inquiridos que

assinaram não saber o seu grau de satisfação, ganha relevo, ainda, a diminuição registada entre os 10,5% e os 2,3%, respectivamente, entre os associados dos 0 e 6 meses e os associados há mais de 5 anos⁶⁵.

Quanto ao factor de contribuição da associação para a personalidade dos jovens, os resultados revelam-nos ser “*importante*” a associação juvenil para 48,9% dos jovens do sexo masculino, entre os 12 e 17 anos, e 45,9% também para os jovens do sexo masculino entre os 18 e 30 anos. No que se refere à avaliação realizada pelos jovens do sexo feminino, sublinha-se que 51,9%, entre os 12 e 17 anos, consideram-na “*muito importante*” e “*importante*” 47,6% dos que se situam entre os 18 e 30 anos⁶⁶. Quanto à falta de importância que ela possa ter para a estruturação da personalidade dos jovens, apenas, 4,4% optam por essa avaliação, sendo respectivamente do sexo masculino. Entre os 18 e 30 anos, 2,4% dos jovens do sexo masculino consideram-na não ser “*nada importante*” e, apenas, 1,0% do sexo feminino confirma a mesma opinião. Contudo, a avaliação global dos resultados permite avaliar quão “*importante*” (46,0%) e “*muito importante*” (41,2%) é a associação juvenil para a personalidade dos seus membros. Pois, apenas, 1,7% dos associados consideram-na “*nada importante*” e 7,3% “*pouco importante*”. 1,0% dos inquiridos “*não sabe*” e 2,8% preferiu não responder.

A concluir, constatamos que o grau de satisfação relativo às aspirações dos jovens, verifica-se mais elevado no género feminino e nos dois escalões etários (12 e 17 anos e 18 e 30 anos). Quando a avaliação integra a variável do grau de pertença, constata-se que são os associados dirigentes os mais satisfeitos. Por outro lado, o tempo de pertença dos públicos à associação reflecte o aumento de satisfação gradual na proporção correspondente ao número de meses e anos de associado. Finalmente, observa-se que a associação diminui o seu contributo para o desenvolvimento da

⁶⁵ Consultar Anexos III, Quadro 43, p. XXXI.

⁶⁶ Consultar Anexos III, Quadro 44, p. XXXI.

personalidade dos jovens, em ambos os géneros e escalões etários, nomeadamente, dos 12 e 17 anos para os 18-30 anos, reflexo, com certeza, do maior contributo a que lhe está associada a importância dos jovens mais novos entre os 12 e os 17 anos.

4.4. Do Universo Simbólico dos Jovens

4.4.1. Dos Valores face à Família

Em primeiro lugar, analise-se, a concepção global que os jovens das associações juvenis possuem da instituição familiar⁶⁷. Mas, à partida, importa reter, valorizando, o número reduzido de *não respostas* entre 1,4% e 6,9%. Assim, a família é concebida pelos jovens, fundamentalmente, na sua dimensão afectiva e simbólica, já que a maioria das respostas de “*concordo totalmente*” se situa nas seguintes afirmações: “*um local de segurança afectiva*” (62,6%), “*um grupo de pessoas que se ajudam mutuamente em todas as circunstâncias*” (55,0%) e “*um lugar importante porque é nela que se encontram as raízes de cada um*” (52,9%).

A dimensão educativa e formativa constitui também uma das dimensões mais valorizadas: 57,8% dos inquiridos assinalam que a família é “*um lugar onde as pessoas aprendem a preparar-se para a vida*” enquanto que 62,6% concordam com a afirmação de que tal instituição é também “*um meio indispensável para a formação da personalidade*”. Por outro lado, as particularidades educativas e afectivas da família são assumidas pelos jovens quando afirmam discordar da ideia de que a família poderá ser “*um grupo que se substitui facilmente por um grupo de amigos*” (42,6% “*discordo*” e 34,3% “*discordo totalmente*”). A dimensão social e institucional da família, nomeadamente no papel que poderá ter na mudança/manutenção social e no espaço de conflito geracional e social que poderá constituir, não parecem fazer parte do universo

⁶⁷ Consultar Anexos III, Quadro 45, p. XXXII.

juvenil. De facto, os inquiridos não concebem a família como um lugar onde se verifique a “*falta de liberdade*” (55,0% discordam e 19,7% discordam totalmente), nem tão pouco como “*uma fonte de conflitos por causa do dinheiro e dos bens*” (50,5% “*discordo*” e 24,6% “*discordo totalmente*”). Para além disso, 41,5% dos jovens afirmam, ainda, que a família não é “*a causa de muitos problemas sociais e morais*”, se bem que a uniformidade de posições seja menos linear (28,0% explicita a posição contrária).

4.4.2. Dos Valores face à Realização Pessoal

De acordo com a análise às dimensões de realização pessoal dos públicos⁶⁸, as mais valorizadas (“*muita realização*”) pelos jovens são a família e os amigos (81,7% e 80,3%). Saliente-se, contudo, que as dimensões religião e política são aquelas onde os jovens têm menos expectativas de realização pessoal: apenas 25,6% e 3,5% dos inquiridos pensam vir a obter “*muita realização*”. É também importante na observação, o facto conclusivo relativo às dimensões religião e política no sentido de representarem os valores menos significativos das expectativas de realização pessoal dos jovens: “*nenhuma realização*” (14,5% e 43,3%), bem como, “*pouca realização*” (34,9% e 35,6%). A dimensão do emprego na realização pessoal dos jovens representa o terceiro motivo de muita realização (52,2%).

Em suma, constatamos que as dimensões de maior realização pessoal dos jovens assentam na família (81,7%), nos amigos (80,3%) e no emprego (52,2%), obtendo a religião uma importância de dimensão muito reduzida (25,6%) e, muito residual, a dimensão política (3,5%)⁶⁹.

⁶⁸ Consultar Anexos III, Quadro 46, XXXIII.

⁶⁹ Estes dados são congruentes com os inquéritos anteriores realizados nos Açores. Cf. Rocha, Gilberta, Santos, Amélia & Tomás, Licínio (2005: 118; 186 e 253).

4.4.3. Das Representações de Cidadania e Participação Juvenil

No âmbito das práticas culturais e associativas dos jovens, a observação dos valores e das representações de cidadania garantem uma melhor compreensão acerca das suas respectivas práticas e aspirações como sujeitos/actores sociais. No plano associativo, a análise baseia-se em duas variáveis. Por um lado, com a primeira procuramos captar uma certa visão do mundo (*“Pensa que as pessoas estão hoje mais ou menos dispostas a ajudar os outros do que no passado?”*)⁷⁰ e, por outro, com a segunda, a responsabilidade social perante os outros (*“Devo ser responsável e participar no melhoramento da sociedade ou melhoramento da sociedade é da responsabilidade do governo?”*)⁷¹. Da primeira pergunta ressalta sobretudo a visão de uma sociedade relativamente pouco solidária⁷². Pois, 41,5% dos jovens converge no sentido de acharem que as pessoas estão hoje *“menos dispostas”* do que no passado para ajudarem os outros. Apesar de tudo, a outra metade dos jovens não está tão pessimista, repartindo-se mais ou menos de forma idêntica pelos que opinam positivamente (26,6%), ou seja, que consideram as pessoas *“mais dispostas”* a ajudarem os outros. Todavia, registamos que uma parte dos jovens exprime-se de forma neutra no contexto da solidariedade (21,8%)⁷³. Mas, admitindo mesmo uma representação mais pessimista do que optimista das relações com os outros, os jovens não recusam a responsabilidade da mudança social. Maioritariamente consideram que o melhoramento da sociedade passa mais por eles próprios, enquanto cidadãos, do que pelo governo (81,3% vs. 5,5%) – Quadro 8 (p. 91). Assim sendo, os jovens das associações tendem a considerar que a mudança social passa sobretudo pela vontade dos cidadãos.

⁷⁰ Consultar Anexos III, Pergunta n.º 37 do Questionário.

⁷¹ Consultar Anexos III, Pergunta n.º 38 do Questionário.

⁷² Consultar Anexos III, Quadro 47, p. XXXIII.

⁷³ *Ibidem*.

Quadro 8 – Modos de Participação Cívica segundo os Públicos Juvenis

Participação	Total	
	N	%
Devo ser responsável e participar no melhoramento da sociedade.	235	81,3
O melhoramento da sociedade é da responsabilidade do governo.	16	5,5
Não sabe	19	6,6
Não responde	19	6,6
Total	289	100,0

Nesse sentido, o inquérito procura aprofundar o estudo relativo às representações de cidadania dos jovens⁷⁴. A avaliação sustenta-se através de um conjunto amplo de indicadores que vão desde as obrigações legais, como o pagamento de impostos, até às regras de convivência democrática, como a tolerância ou o reconhecimento das diferenças, passando ainda pelas manifestações e comportamentos cívicos. A observação dos indicadores mostra-nos que a maior parte deles obtém uma pontuação elevada, o que reflecte, à partida, a orientação dos jovens, no sentido de considerarem que a cidadania envolve um número vasto de responsabilidades e obrigações. Numa perspectiva de recorrer à categorização dimensional das representações, verificamos que a representação dos jovens, no contexto dos deveres de cidadão, destaca-se pelo sentido elevado no quadro da avaliação política, cívica e solidária. Porquanto, constata-se, da observação à dimensão política, que “*votar nas eleições regionais*” é “*muito importante*” para 61,9% dos jovens, bem como, “*vigiar a acção do governo regional*” (41,5%). Todavia, “*participar activamente em associações sociais ou políticas*” é considerado por 43,9%, apenas, “*importante*” e relativamente à consideração que realizam da dimensão cívica, apreende-se que todos os indicadores, relativos às práticas e acções dos jovens, resultam como muito importantes. Daí verificarmos que “*não danificar a propriedade pública*” reúna 82,4% de intenções, “*contribuir para um ambiente melhor separando o lixo e colocando-o nos locais correctos*” (81,0%,

⁷⁴ Consultar Anexos III, Quadro 48, p. XXXIV.

“cumprir as regras de trânsito” (78,2%), *“obedecer sempre às leis e regulamentos”* (75,1%), *“ser tolerante com as pessoas que são diferentes de mim”* (74,7%), *“pagar sempre impostos”* (72,3%) e *“escolher produtos por razões políticas, éticas ou ambientais, mesmo que custem um pouco mais”* (44,3%) são requisitos aceites pela grande maioria dos associados.

No que se subtrai à dimensão solidária, verificamos que 65,1% dos jovens refere como sendo muito importante *“ajudar as pessoas que vivem pior do que eu nos Açores”*. *“Ajudar as pessoas que no resto do mundo vivem pior do que eu”* reúne a indicação de 61,2% dos jovens e, por fim, 52,9% dos inquiridos considera também *“muito importante”* a tomada da atitude solidária em *“procurar compreender o pensamento das pessoas com outras opiniões”*. As posições dos inquiridos permitem-nos concluir da disponibilidade cognitiva e dos valores inerentes ao sentido da solidariedade manifestos na dimensão da cidadania, enquanto jovens inseridos no movimento associativo.

Em suma, verifica-se que a os resultados atribuem valorizações diferentes às três dimensões consideradas. Constatamos, porém e de imediato, a posição preponderante da dimensão cívica, bastante à frente da política e da solidariedade que surgem relativamente próximas uma da outra. Assim sendo, no quadro das práticas dos jovens como cidadãos, aparentemente, o civismo constitui a dimensão que mais se destaca na concepção de cidadania.

De modo a completar a análise relativa aos deveres de cidadania, verificamos, perante as diferentes alternativas de resposta e apesar de um grande desequilíbrio, uma clara preferência pelo modo consubstanciado na terceira opção, nomeadamente, *“realizar trabalho voluntário na comunidade para resolução de problemas sociais”* (63,8%) – Quadro 9 (p. 93). Os jovens consideram, portanto, ser seu dever intervir na

CAPÍTULO IV – PRÁTICAS CULTURAIS E PARTICIPAÇÃO ASSOCIATIVA DOS JOVENS

resolução dos problemas que se manifestam a nível local. A intervenção a nível nacional através de organizações que contribuam para a mudança social aparece como a segunda opção mais privilegiada (19,2%) e displicente é o número dos que consideram ou privilegiam a acção de âmbito político e governamental como deveres de cidadania (2,3%). Por último, registamos o facto de 3,8% dos jovens declarar que não se identifica com nenhuma das actividades propostas, ou seja, nenhuma das respostas constitui uma representação adequada dos deveres de cidadania ou, simplesmente, a opção representa o prenúncio de um envolvimento muito limitado com as realidades do associativismo.

Quadro 9 – Participação Cívica segundo os Públicos Juvenis

Participação	Sexo			
	Masculino		Feminino	
	N	%	N	%
Envolver-se em política e/ou governação	3	2,3	3	1,9
Participar em organizações regionais e nacionais que procuram mudar a sociedade	25	19,2	26	16,4
Realizar trabalho voluntário na comunidade para resolução de problemas sociais	83	63,8	112	70,4
Em nenhuma destas	5	3,8	5	3,1
Não sabe	7	5,4	6	3,8
Não responde	7	5,4	7	4,4
Total	130	100,0	159	100,0

No quadro das expectativas, quando confrontados com o futuro dos Açores – Quadro 10 (p. 94), 48,8% dos jovens manifestam estar optimistas e 37,4% registam estar preocupados. Neste contexto, evidencia-se, portanto, a consciencialização da cidadania perante os modelos da acção individual e colectiva sustentados nos deveres e responsabilidades dos jovens na construção do destino regional. Todavia, aqueles que revelam *não saber* ou *não responder* representam, respectivamente, em ambas as hipóteses, 6,9%. Neste sentido, os resultados da consciência cívica dos jovens configuram à partida, uma disponibilidade para a participação no futuro e, ao mesmo tempo, uma consciência de dimensão política assente na oportunidade e capacidade de projectarem as suas expectativas e práticas como cidadãos no espaço regional.

Quadro 10 – Expectativa dos Públicos Juvenis relativamente ao Futuro dos Açores

Expectativa	Total	
	N	%
Optimismo em relação ao futuro	141	48,8
Sinto existirem razões para que se olhe o futuro com preocupação	108	37,4
Não sabe	20	6,9
Não responde	20	6,9
Total	289	100,0

Porém, a referência à ideia de cidadania parece-nos, contudo, concretizar-se por um sentimento de responsabilidade e de intervenção no espaço circunscrito em que desenrolam as suas vidas⁷⁵. A referência local (freguesia) esboça a ideia de pertença (34,9%) e de eficácia pessoal na acção comunitária (50,2%)⁷⁶, deixando bem atrás a identificação com a Região que recolhe um apoio muito reduzido (6,9%). A pertença local é, também, mais forte do que a nacional (5,2%) e a identificação com a União Europeia, mesmo após longos anos de adesão, convence apenas uma minoria dos jovens (2,4%), inferior mesmo ao sentimento de pertença relativo ao mundo (2,8%).

A confiança é também um indicador para se poder avaliar o clima cooperativo existente numa sociedade. Sendo compreendida como um factor facilitador das relações sociais, permite, à partida, as relações interpessoais e estimula as tendências associativas, contribuindo, deste modo, para a melhoria da qualidade de vida. Mas, quando verificados os resultados do inquérito, entendendo que as manifestações associativas dos indivíduos traduzem uma das formas do espírito cooperativo manifestar-se, constatamos que os jovens das associações juvenis não manifestam um elevado nível de confiança. Relativamente às opções apresentadas, a maioria dos jovens (54,0%) opta pela frase *“todo o cuidado é pouco quando se lida com as pessoas”* em detrimento da que expressa a atitude de confiança (*“pode-se confiar na maioria das*

⁷⁵ Consultar Anexos III, Quadro 49, p. XXXIV.

⁷⁶ Consultar Anexos III, Quadro 50, p. XXXV.

peças”), confirmada por 32,2% dos inquiridos⁷⁷. Mas, curiosamente, revisitando os conceitos associativos e cooperativos assentes na confiança interpessoal, quando se realiza o cruzamento dos indicadores de participação com as atitudes de confiança, verificamos que a participação nas actividades associativas é manifestamente superior por aqueles que possuem menos confiança em relação aos outros⁷⁸.

Por fim, circunscrevendo a dimensão de cidadania associada às representações, temos a percepção, com a análise dos resultados, de que a geração actual reflecte valores em mudança, presente na forma de conceber a moral, ou seja, enquanto sistema de distinções claras e fronteiras definidas ou como juízo contingente e circunstancial. Relativamente à concepção do *certo* e do *errado*, a maior parte dos jovens sustenta uma posição relativista, pois, admite que essa distinção pode ser diferente de jovem para jovem (62,4%), enquanto 37,4% reúnem a indicação de que prevalece a existência de indicação clara para o *certo* e o *errado* – Quadro 11.

Quadro 11 – Avaliação dos Valores relativos às Opções dos Públicos Juvenis

Atitude	Total	
	N	%
Há geralmente indicações claras em relação ao que é certo e é errado para os jovens	108	37,4
O que é certo ou errado pode ser diferente de jovem para jovem	181	62,6
Total	289	100,0

Em forma de conclusão, os desafios respeitantes à cidadania, colocados pelo inquérito aos jovens das associações juvenis, perduram em análises de muitas outras variáveis. Mas com a compreensão das responsabilidades permite-se, pois, avaliar a ideia de uma participação activa na sociedade. No entanto, essa ideia de participação verifica-se, pelos resultados, mais focalizada na esfera cívica do que nas esferas da política e da solidariedade e a preferência local justifica-se pelo facto de representar o

⁷⁷ Consultar Anexos III, Quadro 51, p. XXXV.

⁷⁸ Consultar Anexos III, Quadro 52, p. XXXV.

espaço em que os jovens estabelecem as suas referências e sentimentos de pertença. Todavia, a falta de confiança e a fluidez das fronteiras entre o *certo* e o *errado* determinam práticas respeitantes às atitudes cívicas e ao espírito associativo que, provindas da análise, permanecem subjacentes à concepção de cidadania, ou seja, a falta de confiança e a relatividade moral determinam, por sua vez, a acção cívica e associativa dos jovens numa concepção de cidadania.

CONCLUSÃO

Procurar fazer um balanço, uma síntese, uma conclusão, provisória ou parcial que seja, de um percurso suportado por múltiplas vias de abordagem e alguns obstáculos torna-se, por vezes, imperativa, no sentido de encontrar as demonstrações mais significativas, reconhecendo, todavia, que nem sempre é o mais fácil

A contribuição e conseqüente construção de um quadro teórico-conceitual constituiu um elemento preponderante, senão central, na explanação da produção científica que aqui se pretendeu explicitar.

Ao longo dos capítulos anteriores, fizemos uma abordagem às questões teóricas relacionadas com a problemática, levantámos um conjunto de hipóteses de trabalho, definimos uma metodologia de investigação e apresentámos os seus resultados. Na verdade, para uma melhor percepção seguiu-se, ou pelo menos tentou seguir-se, o percurso dos jovens desde os seus contextos de socialização até à sua participação social, nomeadamente, cultural e associativa. Resta-nos, agora, fazer o balanço final, tanto em termos da confirmação (ou não) das hipóteses levantadas, como da apresentação das conclusões relativas à questão que norteou todo o presente estudo.

Assim, em primeiro lugar, partiu-se, para uma análise sociográfica dos públicos do associativismo juvenil. Revelou-se importante verificar que estávamos perante uma população essencialmente estudante, a frequentar, ou tendo já obtido, o 3º ciclo do ensino básico ou equivalente e o ensino secundário ou equivalente. A maioria dos jovens é também proveniente de famílias cujo grau de instrução se fixou no 1º e 2º ciclos do ensino básico ou equivalente. Neste quadro, as probabilidades de se estar perante uma população agente/objecto de trajectórias individuais de mobilidade social ascendente parecem pertinentes. Os públicos inquiridos, ao frequentarem os níveis de ensino acima referidos, evidenciaram, desde logo, situações maioritariamente diferentes

das dos seus pais, o que só por si dá mostras da diversidade de capitais escolares em presença. Ao nível profissional, o desempenho de funções por parte dos pais nem sempre é linear, mas com destaque para ocupação de lugares na administração pública.

No que se refere à 1ª hipótese da investigação, verificámos que, por um lado, o convívio *inter pares* e o desafio em conhecer novas pessoas fundamentam a relação com a associação de juventude, numa relação directa aos grupos de pertença e às redes de sociabilidade, e, por outro, as relações de proximidade social, aliadas ao reconhecimento do valor das pessoas, nomeadamente, os amigos, tornam-se também sujeitos da participação associativa. Foi também relevante aferir que as continuidades de sociabilidade consideram-se projectadas do espaço individual para o espaço colectivo, permitindo garantir, assim, a participação e dedicação à associação juvenil com a mesma fidelidade manifesta nas relações interpessoais. Por fim, verificámos que a dinâmica cultural e associativa dos jovens está directamente associada a um universo de valores e representações que acentua as lógicas da convivialidade e da relação.

Na avaliação dos resultados relativos à 2ª hipótese da investigação, apurámos que existe uma sintonia entre as práticas culturais/actividades dos jovens, centralizadas e corporizadas nas associações juvenis. A prática associada à ética do lazer prefigura os cenários da convivialidade e das referências de proximidade aos amigos, em contextos de novas experiências e modos sociais de ocupação do tempo e do espaço. O espaço associativo representa, pois, a correspondência factual no domínio das actividades ao universo das aspirações dos jovens.

Quando centrados na verificação da 3ª hipótese, constatámos que os valores dos jovens, tipificados na valorização da família e dos amigos, projectam à participação social e ao associativismo uma dimensão simbólica de referenciais e apropriações que manifestamente se verificam no campo da realização das aspirações pessoais e da

realização individual. Verificámos também que a mobilização social dos jovens assenta, sobretudo, ao nível da relação imediata com os outros e que a participação política, embora reconhecida como muito importante no contexto dimensional da cidadania, não constituiu uma área de projecção de interesses dos jovens, pois, foram muito reduzidas as expectativas de realização pessoal dos jovens por via da actividade política. Todavia, a dimensão que mais se evidencia pelas práticas dos jovens, no universo de valores relativos à concepção de cidadania e aos processos de identidade, reside na participação cívica, individual e colectiva, considerando a disponibilidade em participarem no futuro e, ao mesmo tempo, a oportunidade e a capacidade em projectarem as suas expectativas e práticas como cidadãos no espaço local e regional. O facto de ser possível realizar experiências novas no espaço pessoal, colectivo e quotidiano reforçou, por fim, no quadro dos processos identitários, a expressão de sociabilidade e de autonomização do jovem na construção da sua identidade e na promoção de uma identidade colectiva. Dos resultados substanciados à verificação da presente hipótese, constatámos, ainda, que os jovens preferiram aludir à aquisição de novas competências, quando reconhecidas pelos motivos sociais, referentes à dinamização da associação e ao desenvolvimento da comunidade local, perfazendo requisitos centrais na adequação das suas estratégias individuais às colectivas, no âmbito da dimensão cívica da cidadania e das representações que possuem no quadro da participação social. Deste modo, às principais razões e motivos de participação social e participação nas associações juvenis não deixam de estar aliados os diferentes factores assinalados e expostos, mas também as variáveis correspondentes à valorização individual com implicações directas e substanciais à continuidade da acção dos jovens.

Em suma, a reflexão proveniente das hipóteses colocadas fizeram-nos concluir que a pertença às associações juvenis corporiza-se por resultados, acima de tudo de

convivialidade, lazer e satisfação pessoal, verificados, por sua vez, pela proximidade e reciprocidade, em contextos de socialização inerentes ao sistema de valores e às práticas culturais dos jovens.

Mas, ao retomarmos a dupla função do associativismo juvenil, nomeadamente, a função organizacional e a função social, verificamos ainda que o sistema de representações e de acção dos jovens pauta-se por uma acentuada passividade, no contexto da mudança interna da associação, assente nos meios e nos fins da organização, mas, ao mesmo tempo, da relação com o espaço local em ordem a processos de desenvolvimento. A participação na associação traduz-se, quase, pelo facto de se ser associado, distanciando-se, desta forma, os actores da função social inerente às organizações. No entanto, verificamos que existe, pelos associados, uma forte vontade de reunir mais jovens no associativismo juvenil, de modo a que possam participar dos objectivos organizacionais, contrariando, por outro lado, a sua própria vontade relativamente aos motivos sociais que demonstram no movimento associativo. A participação associativa dos jovens tem, portanto, uma intencionalidade, mas o significado atribuído às acções altera o sentido inicial de pertença, ou seja, existem no decorrer do processo associativo outros objectivos internos, formulados pela participação, que desvinculam, ou não permitem fluir, os motivos iniciais de adesão.

Importa, também, sublinhar que a identidade dos jovens conflui para a identidade das associações ou, noutro sentido, as associações juvenis permitem-se diluir a própria identidade nos interesses e aspirações dos jovens, desvinculando-se da sua função organizacional, mas garantindo a sua permanência e actividade.

Para além da centralidade objectiva da investigação, os modelos de participação social dos jovens despertaram-nos alguns resultados interessantes. Verificámos, pois, que o primado dos *media* na ocupação dos tempos livres dos jovens foi um facto

indiscutível. Assistir à programação televisiva, disponibilizar tempo para os amigos e utilizar a *internet* foram as práticas culturais que reuniram maior adesão. Em contrapartida, foi inegável a reduzida expressividade de actividades mais conotadas com a definição de “expressão cultural”, também, apelidada de “grande cultura”, como a ida ao teatro, aos museus a concertos de música clássica ou jazz, o que espelha a predominância dos modos/consumos massificados e democratizados. Os géneros literários que maiores frequências têm na presença dos públicos, manifestaram, também, uma dimensão de leituras brandas destinadas ao lazer e ao bem-estar. Musicalmente, os jovens destacaram a audição das tendências contemporâneas para ocupação dos tempos livres e a importância do desporto reflectiu a forma de sociabilidade mais verificada nos “outros” consumos culturais.

A participação dos jovens na associação configurou, por outro lado, diferentes características e abordagens. A primeira prendeu-se com o facto da disponibilidade existente para a configuração do meio associativo. Assim, verificámos que a dimensão do tempo disponível pelos jovens, revela resultados indicativos de grande ocupação do tempo na associação de juventude. Contudo, constatámos que existiam responsabilidades e funções bem distintas entre os associados, nomeadamente, em contextos de planeamento e decisões importantes. A prevalência das acções manifestou-se nos associados com mais tempo de pertença e com a titularidade ou funções de dirigentes, salvaguardando-se, todavia, a participação assídua de todos os associados com desempenhos activos. A predominância do género feminino em todos estes processos foi também incontestável, julgando-se, com a observação, não incorrer à alusão de uma feminização do movimento associativo.

Apesar das associações de juventude representarem modelos de organização juvenil e social, observámos que, face aos desafios da actualidade, a oferta associativa,

leia-se actividades, é muito pouco diversificada, mas muito participada, concretizando, por isso, um prolongamento dos lares juvenis. No mesmo sentido, os dados da pesquisa revelam que os interesses exteriorizados pelos jovens consolidam as dinâmicas existentes ou, porventura, registam oportunamente o desenvolvimento de outras actividades centradas no mesmo prisma da continuidade presente.

No contexto da participação juvenil relativamente ao grau de satisfação dos associados verificámos que, face aos diferentes níveis em análise, tais como, os equipamentos, as instalações, as actividades, o convívio e a participação pessoal, existia uma satisfação preponderante e uma residual insatisfação, por parte de alguns jovens.

No que se refere à relativa proximidade entre as aspirações individuais e os resultados obtidos na associação, os indicadores registam um encontro de muita proximidade, apenas, nos associados dirigentes e associados cujo tempo de presença na associação ultrapassa os cinco anos de actividade. Porém, foi importante notar, também, o impacto positivo e relevante da associação, no que concerne aos contributos desejáveis para a personalidade dos jovens.

O movimento associativo insere-se numa dinâmica social, porventura, facilitador de muitas interpretações e de um enorme espaço de análise. Mas, o trabalho desenvolvido levou-nos a concluir que estamos perante uma juventude ou juventudes. Na nossa opinião, dada a construção conceptual, parece-nos que os contextos sociais, as redes de sociabilidade e os cenários vivenciais do quotidiano estão directamente ligados às práticas associativas que, por sua vez, se inserem tanto nos mecanismos de identificação juvenis como também na concepção juvenil de participação social no desenvolvimento local e regional. Este facto é tanto mais significativo quanto mais podemos verificar que a lógica de funcionamento das associações juvenis é marcada por um sentido de lógica de convivialidade, na qual os jovens “confortam” a sua própria

percepção (auto-conceito) de juventude, caracterizada, por si mesma, por uma prática de manutenção das suas redes sociais.

Aliás, nos trabalhos anteriormente realizados acerca da juventude (1990 e 1995), verificou-se que os jovens *“apesar do pouco interesse manifestado em fazerem parte das associações... os que participam o fazem com frequência...”* (Rocha, Medeiros & Diogo, 1995: 81).

Confirma-se o facto do espaço relacional definido pelo associativismo juvenil ser, marcadamente, um espaço de forte implicação social, multidimensional e culturalmente significativo na formação de representações sociais acerca da juventude enquanto protagonista num contexto de modernidade. Nesse sentido, tal como refere Pais (1999), *“é apontada como característica da “cultura moderna” uma certa propensão dos indivíduos para centrarem as suas identidades no domínio das relações privadas e redes associativas de sociabilidade comunitária...”* (Pais, 1999: 171) concluindo que *“os interesses familiares/amicais sobrepõem-se aos demais”* (Pais, 1999: 172), tanto para os jovens europeus como em especial para os jovens portugueses.

São, portanto, dados congruentes com a hipótese levantada neste trabalho acerca dos factores explicativos do associativismo juvenil nos Açores e mostram, ao mesmo tempo, a relevância desta temática na compreensão das transformações sociais.

Este trabalho foi, pois, uma trajectória possível das muitas que poderiam ser seguidas para a abordagem da investigação. Procurámos, por um lado, caracterizar o público, e não as associações juvenis e, por outro, tentar verificar a acção desenvolvida nas e pelas associações juvenis. Foi um percurso desenvolvido com algum esforço, apesar de algumas fragilidades. Contudo, estamos conscientes que não esgotámos a reflexão sobre esta matéria. Outras linhas de orientação podem percorrer os dados da

investigação, cientes que estamos também da lógica de valorização crescente da condição social da juventude.

Neste sentido, novos desafios e reflexões podem ser deixados pela investigação, nomeadamente, no que se refere ao enquadramento das associações juvenis dos Açores, no âmbito dos movimentos sociais, se se verificar a conciliação entre o conceito e a prática, uma vez que não foi possível detectar no presente trabalho. Mas, face à verificação dos contextos de sociabilidade e aos modos de participação social dos jovens, outros desafios perduram no espaço da inquietação. E, numa conciliação entre os recursos financeiros disponibilizados pelo sistema político e as práticas associativas, sentimos a importância de se analisarem os desafios colocados às políticas públicas, de modo a aprofundar as lógicas que estão por detrás das políticas de juventude. Claro que são inquietações provindas do contacto próximo com a realidade do associativismo juvenil, mas são também o reencontro com a dimensão atemporal da juventude e das juventudes.

Bibliografia

ABRANTES, Pedro (2003). Identidades Juvenis e Dinâmicas de Escolaridade. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 41, 93-115.

AZEVEDO, José (1992). Perspectivas Psicossociais no Estudo da Identidade. *Revista da Faculdade de Letras, Série de Sociologia*, vol. II, 111-117.

BALSA, Casimiro, & SIMÕES, José, & NUNES, Pedro, & CARMO, Renato, & CAMPOS, Ricardo (2001). *Perfil dos estudantes do ensino superior: desigualdades e diferenciação*. Lisboa: Editora Colibri.

BARBALET, J. M. (1989). *A Cidadania*. Lisboa: Editorial Presença.

BARRETO, António (orgs.), (1996). *A situação social em Portugal, 1960 – 1995*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.

BERGER, Peter, & LUCKMANN, Thomas (1993). *A Construção Social da Realidade*. Petrópolis: Vozes.

BERIAIN, Joxetxo (1996). *La integración en las sociedades modernas*. Barcelona: Anthropos.

BOUDON, Raymond (1990). *Os Métodos em Sociologia*. Lisboa: Edições Rolim.

BOUDON, Raymond (1995). *Tratado de Sociologia*. Lisboa : Edições Asa.

BOURDIEU, Pierre (1980). La jeunesse n'est qu'un mot. *Questions de Sociologie*, 223-242.

BOURDIEU, Pierre (1989). *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel.

BOURDIEU, Pierre (1990). Coisas ditas. São Paulo: Brasiliense. In L. JUNQUEIRA (Org), A noção de representação social na sociologia contemporânea. *Estudos de Sociologia*, 18 (19), 145-161.

BOURDIEU, Pierre (1997). *Razões Práticas – Sobre a Teoria da Acção*. Oeiras: Celta Editora.

BRILHANTE, Miguel (2000). *As Representações Sociais do Repatriado*. Lisboa: Edições Salamandra.

BRAVO, Sierra (2005). *Técnicas de Investigación Social. Teoría y Ejercicios*. (14ª ed.). Madrid: Thomson.

BRUYNE, Paul de, et al. (1991). *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos*

- da prática metodológica*. (5ª ed.). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S.A.
- BRYMAN, Alan, & CRAMER, Duncan. (2003). *Análise de dados em ciências sociais*. (3ª ed). Oeiras: Celta Editora.
- CABRAL, Manuel Villaverde, & PAIS, José Machado (1998). *Jovens Portugueses de Hoje*. Oeiras: Celta Editora.
- CARMO, Francisco, & ROCHA, Gilberta, & MEDEIROS, Octávio (1990). *Situação e Aspirações da Juventude nos Açores*. Ponta Delgada: Secretaria Regional da Juventude e Recursos Humanos – Direção Regional da Juventude/Universidade dos Açores/Centro de Estudos Sociais.
- CASTRO, Lúcia Rabello de (2001). *Subjectividade e Cidadania*. Rio de Janeiro: Editora Lidador.
- CONTANDRIOPOULOS, A. P., & CHAMPAGNE, F., & POTVIN, L. , & DENIS, J. L., & BOYLE, P. (1994). *Saber preparar uma pesquisa*. São Paulo: Hucitec-Abrasco.
- CRUZ, Manuel Braga (1984). A Condição Social da Juventude Portuguesa. *Análise Social*, vol. XX (81-82), 285-307.
- CUCHE, Denys (1999). *A noção de cultura nas ciências sociais*. Lisboa: Fim de Século Edições, Lda.
- DUBET, François, & MARTUCCELLI, Danilo (1996). *À l'École : Sociologie de l'Éxperience Scolaire*. Paris: Seuil.
- DURKHEIM, Émile (1984). *A Divisão do Trabalho Social*. (Vol. I). Lisboa: Editorial Presença.
- EISENSTADT, S. (1971). *Da Generazione a Generazione*. In P. Berger (1977). *Sociologia, Dimensione Sociale della Vita Quotidiana*. Bologna, Il Mulino.
- FERNANDES, António Teixeira (1988). *Os Fenómenos Políticos*. Porto: Edições Afrontamento.
- FERNANDES, António Teixeira (1992). Espaço Social e suas Representações. *Sociologia*, Vol. V, 7-67.
- FERNANDES, António Teixeira, & ESTEVES, A., & DIAS, I., & LOPES, J., & MENDES, M., & AZEVEDO, N. (1998). *Práticas e Aspirações Culturais. Os Estudantes da Cidade do Porto*. Porto: Edições Afrontamento e Câmara Municipal do Porto.
- FERNANDES, António Teixeira (coord.) (2001). *Estudantes do Ensino Superior no*

- Porto – Representações e Práticas Culturais*. Porto: Edições Afrontamento.
- FERNANDES, José (2003). *O Associativismo de Pais: no Limiar da Virtualidade*. Lisboa: Ministério da Educação.
- FERREIRA, J. M. C. (1993). Desenvolvimento Local e Construção de Identidades. In *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, [Actas], Lisboa, APS, pp. 495-516.
- FERREIRA, J. M. C., & PEIXOTO, João, & CARVALHO, Anabela, & RAPOSO, Rita, & GRAÇA, João, & MARQUES, Rafael (1995). *Sociologia*. Alfragide: McGraw-Hill de Portugal.
- FERREIRA, Paulo Antunes (1993). *Valores dos Jovens Portugueses nos Anos 80*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais/Instituto da Juventude.
- FERREIRA, Pedro Moura (2003). Situações Juvenis de Transição para a Idade Adulta. In José Machado Pais, & Manuel Villaverde Cabral (orgs.), *Condutas de Risco, Práticas Culturais e Atitudes Perante o Corpo: Inquérito aos Jovens Portugueses*, (pp. 1-40), Oeiras: Celta Editora.
- FERREIRA, Virgínia (1986). O Inquérito por Questionário. In A. Santos Silva, & José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, (pp. 165-196). Porto: Edições Afrontamento.
- FORTIN, M. F. (1999). *O Processo de Investigação: Da concepção à Realização*. Loures: Lusociência.
- FRANCK, Thomas M. (1999). *The Empowered Self: Law and Society in the Age of Individualism*. Oxford: Oxford University Press.
- FURLONG, Andy, & CARTMEL, Fred (1997). *Young People and Social Change: Individualization and Risk in Late Modernity*. Buckingham e Filadelfia: Open University Press.
- GALLAND, O. (1991). *Sociologie de la jeunesse. L'Entrée dans la Vie*. Paris : Armand Colin.
- GEERTZ, Clifford. (1989). *A interpretação das culturas*. (2ª ed). Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A.
- GHIGLIONE, Rodolphe, & MATALON, Benjamin (1993). *O Inquérito. Teoria e Prática*. Oeiras: Celta Editora.
- GIDDENS, Anthony (1997). *Modernidade e Identidade Pessoal*. Oeiras: Celta Editora.

- GIL, António Carlos (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (5ª ed.). São Paulo: Editora Atlas S.A.
- GIL, António Carlos (2002). *Como elaborar projectos de pesquisa*. (4ª ed.). São Paulo: Editora Atlas S.A.
- GORZ, André (1997). *Misères du Présent. Richesse du Possible*. Paris : Éditions Galilée.
- GUERRA, Isabel Carvalho (2000). *Fundamentos e Processos de uma Sociologia da Acção – O Planeamento em Ciências Sociais*. Cascais: Principia.
- GUERREIRO, Maria das Dores, & ABRANTES, Pedro (2005). Como tornar-se adulto: processos de transição na modernidade avançada. *RBCS*, 20 (58), 157-175.
- GUERREIRO, Maria das Dores, & ABRANTES, Pedro (2004). *Transições Incertas – Os Jovens perante o Trabalho e a Família*. Lisboa: Direcção Geral Estudos, Estatística e Planeamento.
- GURVITCH, Georges (1977). *Tratado de Sociologia*. (3ª ed.). Lisboa: Iniciativas Editoriais
- HAENFLER, Ross (2004). Rethinking subcultural resistance. *Journal of Contemporary Ethnography*, 33 (4), 406-436.
- HALL, Stuart (2003). *Representation: Cultural Representations and Signifying Practices*. London: SAGE Publications.
- HILL, Manuela, & HILL, Andrew (2005). *Investigação por Questionário*. (2ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2007). Estimativas Provisórias de População Residente, 2006, Portugal, NUTS II, NUTS III e Municípios. *População e Sociedade – Tema B*. Publicação Anual.
- KENNETH, Roberts, & PARSELL, Glennys (1990). Culturas da Juventude, Transformação Social e a Transição para a Vida Adulta. *Análise Social*, Vol. XXV (105-106), 167-192.
- MARCONI, Marina, & PRESOTTO, Zélia. (1989). *Antropologia: uma introdução*. (2ª ed.). São Paulo: Atlas.
- MARTINEZ, E. (1987). «Juventude». *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.

- MARTINS, Susana da Cruz (2001). *Associações e Modos de Acção Colectiva no Âmbito dos Novos Movimentos Sociais em Portugal*. Tese de mestrado em comunicação, cultura e conhecimento. Lisboa, ISCTE.
- MARTINS, Susana da Cruz (2003). Novos Associativismos e Tematizações na Sociedade Portuguesa. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43, 103-132.
- MATTAR, Frauze Najib (1999). *Pesquisa de marketing: metodologia, planeamento*. (5ª ed.). São Paulo: Editora Atlas S.A.
- MEAD, George Herbert (1963). *Mind, self and society from the standpoint of a social behaviourist*. (trad.), Jean Cazeneuve, Eugène Kaelin & Georges Thibault. Paris : PUF
- MEAD, Margaret (1970). *O conflito de gerações*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- MEHL, Dominique (1982). Culture et Action Associatives. *Sociologie du Travail*, 1.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (1993). *O desafio do conhecimento científico: pesquisa qualitativa em saúde*. (2ª ed.). Rio de Janeiro: Hucitec – Abrasco.
- MONTEIRO, Alcides A. (2004). *Associativismo e Novos Laços Sociais*. Coimbra: Quarteto.
- MOSCOVICI, S. (1989). Des représentations collectives aux Représentations Sociales. In : D. Jodelet (ed.), *Les Représentations Sociales*. Paris : PUF.
- MUCCHIELLI, Alex (2002). *L'identité*. (5ª ed.). Paris : PUF.
- OLSON, Mancur (1998). *A Lógica da Acção Colectiva – Bens Públicos e Teoria dos Grupos*. Oeiras: Celta Editora.
- PAIS, José Machado (1989). *Juventude Portuguesa: Situações, Problemas e Aspirações – Usos dos Tempos e Espaços de Lazer*. (vol. V). Lisboa: Instituto de Juventude e Instituto de Ciências Sociais.
- PAIS, José Machado (1990). A construção sociológica da juventude – alguns contributos. *Análise Social*, vol. XXV (105-106), 139-166.
- PAIS, José Machado (1996). *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- PAIS, José Machado (1999). *Consciência Histórica e Identidade: Os Jovens Portugueses num Contexto Europeu*. Oeiras: Celta Editora.
- PAIS, José Machado (2001). *Ganchos, Tachos e Biscates: Jovens, Trabalho e Futuro*. Porto: Âmbar.

- PAIS, José Machado (2003). *Culturas Juvenis*. (2ª ed.). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- PAIS, José Machado, & CABRAL, Manuel Villaverde (orgs.) (2003). *Condutas de Risco, Práticas Culturais e Atitudes Perante o Corpo: Inquérito aos Jovens Portugueses*. Oeiras: Celta Editora.
- PAIS, José Machado (2005). Jovens e Cidadania. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49, 53-70.
- PEREIRA, Alexandre, & POUPA, Carlos (2004). *Como escrever uma tese, monografia ou livro científico usando o Word*. (3ª ed.). Lisboa: Edições Sílabo.
- PEREIRA, Inês (2002). Identidades em Rede: Construção Identitária e Movimento Associativo. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 40, 107-121.
- PEREIRA, Paulo Trigo (1996). A acção colectiva voluntária e o papel do Estado. In J.M. Carvalho Ferreira et al. (Org), *Entre a Economia e a Sociologia*. Oeiras: Celta Editora.
- PINTO, José Madureira (1991). Considerações Sobre a Produção Social de Identidades. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 32.
- Porto Editora (1999). *Dicionário da Língua Portuguesa*. (8.ª ed.) Porto: Porto Editora.
- QUIVY, Raymond, & CAMPENHOUDT, Luc Van (2003). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- RENAUD, Michel, & RENAUD, Isabel (1996). Ética e moral. In L. Archer, J. Biscaia & W. Osswald (Org.), *Bioética* (pp. 34-41). Lisboa: Editorial Verbo.
- ROCHA, Gilberta, & MEDEIROS, Octávio, & DIOGO, Fernando (1995). *Juventude Açoriana – Caracterização, Valores e Aspirações*. Ponta Delgada: Secretaria Regional da Juventude, Emprego, Comércio, Indústria e Energia – Direcção Regional da Juventude/Universidade dos Açores.
- ROCHA, Gilberta, & SANTOS, Amélia, & TOMÁS, Licínio (2005). *Entre Margens: Percursos para uma Vida Activa*. Ponta Delgada: Direcção Regional da Juventude, Emprego e Formação Profissional e Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores.
- RODRIGUES, Walter (1992). Urbanidade e Novos Estilos de Vida. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 12, 91-107.

- ROUDET, Bernard (1996). *Des Jeunes et des Associations*. Paris: L'Harmattan.
- SCHUTZ, Alfred (1979). *Fenomenologia e Relações Sociais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- SELLTIZ, C. (1967). *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. São Paulo: Herder. In GIL, António Carlos. (Org). *Como elaborar projectos de pesquisa*. (4ª ed.). São Paulo: Editora Atlas S.A.
- SERRANO, António, & GONÇALVES, Fernando, & NETO, Paulo (2005). *Cidades e Territórios do Conhecimento – Um novo referencial para a competitividade*. Lisboa: Edições Sílabo.
- SIMMEL, Georg (1981). *Sociologie et Épistemologie*. Paris: PUF.
- SIMMEL, Georg (1986). *Sociología, 2 – Estudios sobre las formas de socialización*. Madrid: Alianza Editorial.
- STEVENSON, W. (1981). *Estatística aplicada à administração*. São Paulo: Harper & Row.
- STRAUSS, A. L., & CORBIN, J. (1998). *Basics of qualitative Research: techniques and procedures for developing Grounded Theory*. (2ª ed.). Thousand Oaks: Sage.
- STROBEL, Pierre (1996). De la pauvreté à l'exclusion : société salariale ou société des droits de l'homme ? *Revue Internationale des Sciences Sociales*, 148, 201-218.
- TOMÁS, Licínio (2003). *Novos velhos: idade e actividade na conjugação dos tempos de trabalho*. Dissertação de Doutoramento em Ciências Sociais na especialidade de Sociologia. Ponta Delgada: Universidade dos Açores.
- TÖNNIES, Ferdinand (1989). Comunidade e Sociedade. In M. B. da Cruz (org.), *Teorias Sociológicas*. Vol I. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- TOURAINÉ, Alain (1992). *Crítica da Modernidade*. Lisboa: Instituto Jean Piaget.
- TURNER, Bryan (2002). *Teoria Social*. Algés: Difel 82 – Difusão Editorial, S.A.
- VALA, Jorge (1993). Representações Sociais – para uma Psicologia Social do Pensamento Social. In J. Vala e M.ª Benedicta Monteiro (org.), *Psicologia Social* (2ª ed.) (pp. 353-384), Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- VERGARA, Sylvia Constant (2000). *Projectos e relatórios de pesquisa em administração*. São Paulo: Editora Atlas.
- VIDAL, Paul (coord.) et al. (2004). *El movimiento asociativo juvenil: escuelas de ciudadanía. La valoración social de los aprendizajes en las organizaciones juveniles*.

Madrid, Consejo de la Juventud de España.

VIEGAS, José Manuel Leite (1986). Associativismo e Dinâmica Cultural. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 1, 103-122.

VIEGAS, José Manuel Leite, & DIAS, Eduardo Costa (2000). Globalização e Novos Horizontes de Cidadania. In J. M. L. Viegas, & E. C. Dias (Org.) *Cidadania, Integração e Globalização* (pp. 1-8). Oeiras: Celta Editora.

VIEGAS, José Manuel Leite (2004). Implicações democráticas das associações voluntárias: o caso português numa perspectiva comparativa europeia. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 46, 33-50.

VILAÇA, Helena (1994). As Associações de Moradores Enquanto Aspecto Particular do Associativismo Urbano e da Participação Social. *Sociologia*, 4, 49-96.

VILAÇA, Helena (1993). Actas do Encontro de Vila do Conde Associação Portuguesa de Sociologia, 1-3 de Abril. *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, APS, 401-422.

WEBER, Max (1984). *Economia e Sociedad*. (7ª ed.). México: Fondo de Cultura Económica.

XIBERRAS, Martine (1996). *As Teorias da Exclusão – Para Uma Construção do Imaginário do Desvio*. Lisboa: Instituto Piaget.

Sites consultados

<http://www.azores.gov.pt/jo>

<http://www.drjuventude.eu>

ANEXOS

ANEXOS I

Dimensões do Modelo de Análise

Quadro 12 – Dimensões do Modelo de Análise

Conceitos	Dimensões	Variáveis	Indicadores	Questão	
Juventude	Contexto individual	Sexo (género sexual)	Masculino / Feminino	1	
		Idade	12-17 Anos e 18-30 Anos	2	
		Naturalidade	Concelho/Ilha	3	
		Nacionalidade	Portuguesa/Outra	4	
	Sistema de valores	Valores	Atitudes face à amizade		52a
			Atitudes face à família		52b
			Atitudes face à política		52c
			Atitudes face ao emprego		52d
			Atitudes face à religião		52e
		Representações	Face aos jovens		60
			Face aos outros		59
			Face à família: valor, papeis familiares; concepção de família		53
			Face à participação política		54: a; d; e;
			Face à participação cívica		54: f; h; i;
Aspirações	Face à participação solidária		54: b; c; g; j; l; m; n;		
	Face à identidade geográfica		57		
		Face ao futuro dos Açores		56	
Socialização	Individual	Estado civil/ Situação conjugal		5	
		Residência habitual		6	
		Situação face ao ensino	Estudante / Não estudante	7	
		Nível de ensino a frequentar ou frequentado	Ano de escolaridade	8	
		Situação profissional		10; 11; 12	
		Opinião sobre a situação económica	Rendimento	13	
		Prática religiosa	Identificação religiosa		14
	Intensidade religiosa			15	
	Familiar	Condição cultural intergeracional	Grau de instrução dos pais	16	
			Situação Profissional dos pais	17	
	Cultural	Espacialização das actividades	Local onde as actividades são praticadas: Grupo de amigos; Família; Sózinho; Associação de juventude; Clube desportivo; Grupo de teatro; Outro.		18
			Formas como são vivenciados os tempos livres	Formas não institucionalizadas e mais ou menos individualizadas: Grupo de amigos; Família; Sózinho; Formas institucionalizadas: Associação de juventude; Clube desportivo; Grupo de teatro; Outro.	19
		Aspectos valorizados	A importância das actividades: Ter experiências novas; o contacto com a natureza; A convivência com os amigos; o fazer coisas que nada têm a ver com o estudo e/ou trabalho; outro.		20
	Associativo	Motivação/Razões	Tipos de motivos: pessoais e sociais		25; 43
			Razão de adesão		33
			Razão de continuação		36
		Implicação	Personalidade		42
			Desenvolvimento		39
			Identidade		41
		Identificação	Intensidade		34
			Contacto		35
	Altruísmo	Pessoas		37	
Individualismo e responsabilização	Prática social		38		

Quadro 12 – Continuação				
Conceitos	Dimensões	Variáveis	Indicadores	Questão
Práticas culturais	Contexto individual de ocupação dos tempos livres / actividades	Modos de ocupação (37 itens)	Tipo de actividades / Expressões culturais: Ler revistas; ler jornais; ler livros; ver televisão; ouvir rádio...; passear ao ar livre; ir passar tempo no café, pastelaria ou cervejaria...; ir a casa de amigos; ir a bares e discotecas; praticar desporto; dançar; fazer teatro...; ir a exposições; ir ao cinema; ir ao teatro...; ir a concertos de música rock/pop; ir a concertos de música clássica ou de jazz.	21; 21.1; 21.2
		Intensidade/Frequência dos modos de ocupação dos tempos livres	Regularidade com que são praticadas: Todos os dias; entre 3 e 4 vezes por semana; 1 vez por semana; ocasionalmente; outra...	21; 21.1; 21.2
		Expressões / Produtos / Consumos culturais preferidos pelos jovens (gostos)	Hábitos de leitura: Assuntos específicos em jornais e revistas; Géneros literários.	22; 23
			Géneros musicais.	24
	Intensidade/Frequência das Expressões / Produtos / Consumos culturais preferidos pelos jovens (gostos)	Regularidade de leitura e géneros musicais: Frequentemente; algumas vezes; raramente; nunca.	22; 23; 24	
Práticas associativas	Contexto individual da prática associativa	Satisfação	Actividades	40
		Implicação nas actividades	Frequência no planeamento	44
			Frequência na participação	29
		Implicação na Associação	Tempo de permanência	26
			Tipo de participação	27; 28
			Frequência da disponibilidade de participação	30
			Frequência da disponibilidade de participação activa	31
			Opinião nas decisões	45
			Participação financeira	32
			Equipamentos	47
			Instalações	48
		Actividades / Práticas culturais	49	
Convívio	50			
Vida associativa	51			

ANEXOS II

Modelo de Questionário 1

QUESTIONÁRIO

O presente questionário enquadra-se no âmbito de um trabalho de investigação para Mestrado em Ciências Sociais da Universidade dos Açores.

Assim sendo, pretende-se realizar uma caracterização dos jovens face ao associativismo juvenil na Região Autónoma dos Açores. Acreditando que é possível e empenho por alguns minutos. Importa referir que os resultados serão anónimos e apenas para avaliação científica. Muito Obrigada.

Relativamente ao preenchimento solicita-se que a opção seja definida por cruz (x) ou círculo (o) no respectivo campo.

I – CARACTERIZAÇÃO INDIVIDUAL

Q1

Sexo	
Masculino	1
Feminino	2

Q2

Idade	
-------	--

Q3

Naturalidade	
1 Concelho	
2 Ilha	

Q4

Nacionalidade	
Portuguesa	1
Outra	2

Q5

Situação conjugal actual?	
Solteiro/a	1
Casado/a pela Igreja	2
Casado/a pelo civil	3
Vive conjugalmente sem ser casado/a	4
Separado/a ou Divorciado/a	5
Vitvo/a	6
Não responde	99

Q6

Com quem é que vive habitualmente? (*Assinalar apenas 1 hipótese*)

Tipo de Relação com o Inquirido	
1	Pai/Mãe
2	Irmão/ã
3	Avô/ó

4	Tio/a
97	Outro
99	Não responde

Q7

Qual é actualmente a sua situação perante o ensino?

Estudante	1
Não estudante	2

Q8

Qual o grau de instrução mais elevado que completou, se já não estuda, ou frequenta, se neste momento está a estudar?

Nunca frequentou a escola	1
Frequentou, mas não completou o 1.º ciclo do ensino básico ou equivalente	2
1º ciclo do ensino básico ou equivalente (4º ano de escolaridade, antigo ensino primário, 4ª classe)	3
2º ciclo do ensino básico ou equivalente (5º e 6º ano de escolaridade, antigo 1º e 2º anos do ciclo preparatório ou do liceu)	4
3º ciclo do ensino básico ou equivalente (7º ao 9º ano de escolaridade, antigo ensino secundário, antigo 3º ao 5º ano do liceu)	5
Ensino secundário ou equivalente (10º ao 12º ano de escolaridade, antigo ensino complementar, antigo 6º e 7º ano do liceu, antigo ano propedéutico)	6
Ensino médio (bacharelato)	7
Ensino superior (licenciatura ou pós-graduação)	8
Não sabe	98
Não responde	99

Q9

Que outra/s formação/ões complementar/es certificadas possui?

--

Q10

Exerce ou alguma vez exerceu uma actividade profissional, mesmo que a tempo parcial?

1	Sim
2	Não
98	Não sabe
99	Não responde

Q11 Qual é/era a sua situação nessa profissão (actual ou última)?

Trabalhador/a por conta própria sem empregados	1
Trabalhador/a por conta própria com empregados	2
Trabalhador/a por conta de outrem sector privado	3
Trabalhador/a por conta de outrem sector público	4
Trabalhador/ familiar não remunerado	5
Trabalhador/ familiar remunerado	6
Não sabe	98
Não responde	99

Q12 Qual é actualmente a sua situação perante o trabalho?

Estudante	1
Trabalhador-estudante	2
Exerço uma profissão/tenho um emprego	3
Ajudo familiares sem receber ordenado	4
Procuo o meu primeiro emprego	5
Estou desempregado à procura de novo emprego	6
Não trabalho nem procuro emprego	7
Ocupo-me exclusivamente das tarefas domésticas (domésticova)	8
Outra situação	97
Não sabe	98
Não responde	99

Q13 Aproximadamente quanto dinheiro recebe por mês, quer através do trabalho, quer da família ou de outros meios? (*Assinale o escalão correspondente à sua situação económica*).

Até 50 euros	1
51-100 euros	2
101-250 euros	3
251-500 euros	4
501-1000 euros	5
Mais de 1000 euros	6
Não sabe	98
Não responde	99

(NOTA: Por quantia de referência entende-se o ordenado líquido, depois de feitos os descontos, mais outras eventuais fontes de rendimento.)

Q14 Como se classifica relativamente à religião?

Não crente/ateu (não acredito em nenhum Deus)	1
Agnóstico (não sei se existe algum Deus)	2
Indiferente	3
Católico praticante	4
Católico não praticante	5
Crente de outra religião não católica	6
Não sabe	98
Não responde	99

Q15 Pessoalmente considera-se uma pessoa ...

Extremamente religiosa	1
Muito religiosa	2
Mais ou menos religiosa	3
Pouco religiosa	4
Nada religiosa	5
A religião é-me indiferente	6
Não sabe	98
Não responde	99

Passando agora a falar dos pais...

Q16 Qual o grau de instrução mais elevado que o seu pai e a sua mãe atingiram?

	Pai (A)	Mãe (B)
Frequentou, mas não completou o 1.º ciclo do ensino básico ou equivalente	1	1
1.º ciclo do ensino básico ou equivalente (4.º ano de escolaridade, antigo ensino primário, 4.ª classe)	2	2
2.º ciclo do ensino básico ou equivalente (5.º e 6.º ano de escolaridade, antigo 1.º e 2.º anos do ciclo preparatório ou do liceu)	3	3
3.º ciclo do ensino básico ou equivalente (7.º ao 9.º ano de escolaridade, antigo ensino secundário, antigo 3.º ao 5.º ano do liceu)	4	4
Ensino secundário ou equivalente (10.º ao 12.º ano de escolaridade, antigo ensino complementar, antigo 6.º e 7.º ano do liceu, antigo ano propedéutico)	5	5
Ensino médio (bacharelato)	6	6
	7	7

Ensino superior (licenciatura ou pós-graduação)	8	8
Não sabe	98	98
Não responde	99	99

Q17 Qual é/era a situação profissional principal do seu **pai** e da sua **mãe** (actual ou última)? (Em situação actual de desemprego, assinalar a última situação profissional principal)

	Pai	Mãe
Trabalhador/a por conta própria sem empregados	1	1
Trabalhador/a por conta própria com empregados	2	2
Trabalhador/a por conta de outrem sector privado	3	3
Trabalhador/a por conta de outrem sector público	4	4
Trabalhador/ familiar não remunerado	5	5
Trabalhador/ familiar remunerado	6	6
Não sabe	98	98
Não responde	99	99

II – OCUPAÇÃO DOS TEMPOS LIVRES E PRÁTICAS CULTURAIS DOS JOVENS

Q18 Quais são os modos preferidos para passar os seus tempos livres? (Assinalar apenas 3 hipóteses)

Grupo de amigos	1
Família	2
Sozinho	3
Associação de juventude	4
Clube desportivo	5
Grupo de teatro	6
Outro	7

Q19 Quais são os seus espaços preferidos para desenvolver as actividades dos tempos livres? (Assinalar apenas 3 hipóteses)

Grupo de amigos	1
Família	2
Sozinho	3
Associação de juventude	4
Clube desportivo	5
Grupo de teatro	6
Outro	7

Q20

Qual o aspecto mais valorizado nas actividades que desenvolve para passar os tempos livres? (Assinalar apenas 1 hipótese)

O ter experiências novas	1
O contacto com a natureza	2
A convivência com os amigos	3
O fazer coisas que nada têm a ver com o estudo e/ou trabalho	4
Outro	97
Não sabe	98
Não responde	99

Q21

Com que frequência ocupa os tempos livres com as seguintes actividades/expressões culturais?

	21	Todos os dias ou quase todos	1 ou 2 dias por semana	Ocasional mente	Nunca
1 Ler revistas	1	2	3	4	
2 Ler jornais	1	2	3	4	
3 Ler livros	1	2	3	4	
4 Ver televisão	1	2	3	4	
5 Ouvir rádio	1	2	3	4	
6 Ouvir cd's / MP3	1	2	3	4	
7 Jogar computador	1	2	3	4	
8 Utilizar a internet	1	2	3	4	
9 Jogar xadrez, damas ou outros jogos de mesa	1	2	3	4	
10 Desenhar ou pintar	1	2	3	4	
11 Escrever (poesia ou prosa)	1	2	3	4	
12 Tocar algum instrumento musical e/ou cantar (Não necessariamente profissional)	1	2	3	4	
13 Fazer fotografia	1	2	3	4	
14 Ver dvd - filmes	1	2	3	4	
15 Passear pelas ruas, lojas ou centro comercial	1	2	3	4	
16 Passear ao ar livre	1	2	3	4	
17 Ir passar tempo no café, pastelaria ou cervejaria	1	2	3	4	

18	Ir passar tempo na/s associação/ões	1	2	3	4
19	Receber amigos em casa	1	2	3	4
20	Ir a casa de amigos	1	2	3	4
21	Não fazer nada	1	2	3	4
22	Outra actividade	1	2	3	4

21.1		¼ vezes semana	1 vez semana	Ocasional mente	Nunca
1	Ir a bares e discotecas	1	2	3	4
2	Praticar desporto	1	2	3	4
3	Dançar	1	2	3	4
4	Fazer teatro (incluindo ensaios)	1	2	3	4
5	Outra actividade	1	2	3	4

21.2		¾ vezes por mês	1 vez por mês	Ocasional mente	Nunca
1	Ir a exposições	1	2	3	4
2	Ir ao cinema	1	2	3	4
3	Ir ao teatro	1	2	3	4
4	Ir a museus	1	2	3	4
5	Ir a jogos de futebol desportivo	1	2	3	4
6	Ir a outro espectáculo desportivo	1	2	3	4
7	Ir a espectáculos de dança e ballet	1	2	3	4
8	Ir a concertos de música rock/pop	1	2	3	4
9	Ir a concertos de música clássica ou de jazz	1	2	3	4
10	Outra actividade	1	2	3	4

Q22. Com que frequência lê os seguintes assuntos em jornais e revistas?

	Frequente mente	Algumas vezes	Raramente	Nunca	
1	Política	1	2	3	4
2	Economia	1	2	3	4
3	Desporto	1	2	3	4

4	Educação	1	2	3	4
5	Música	1	2	3	4
6	Televisão	1	2	3	4
7	Cinema	1	2	3	4
8	Artes plásticas	1	2	3	4
9	Literatura	1	2	3	4
10	Ciência	1	2	3	4
11	Informática	1	2	3	4
12	Moda/Beleza	1	2	3	4
13	Viagens/Turismo	1	2	3	4
14	Sociedade	1	2	3	4
15	Local/Regional	1	2	3	4
16	Outro/s	1	2	3	4

Q23. Com que frequência lê os seguintes tipos de livros?

	Frequente mente	Algumas vezes	Raramente	Nunca	
1	Poesia	1	2	3	4
2	Teatro	1	2	3	4
3	Policiais/Mistério	1	2	3	4
4	Romances	1	2	3	4
5	Aventuras	1	2	3	4
6	Ficção científica	1	2	3	4
7	Banda desenhada	1	2	3	4
8	Ciência	1	2	3	4
9	Ensaios políticos / Filosóficos / Sociais	1	2	3	4
10	Arte	1	2	3	4
11	Turismo	1	2	3	4
12	Outro/s	1	2	3	4

Q24. Com que frequência ouve **intencionalmente** os seguintes géneros musicais?

	Frequente mente	Algumas vezes	Raramente	Nunca	
1	Jazz	1	2	3	4
2	Blues	1	2	3	4
3	Música popular portuguesa e/ou brasileira	1	2	3	4

4	Heavy-metal	1	2	3	4
5	Rap	1	2	3	4
6	Pop-rock	1	2	3	4
7	Música clássica	1	2	3	4
8	Música lírica portuguesa e/ou brasileira	1	2	3	4
9	Fado	1	2	3	4
10	Death metal	1	2	3	4
11	Techno music	1	2	3	4
12	Hard-rock	1	2	3	4
13	Punk	1	2	3	4
14	Música underground	1	2	3	4
15	Hard-core	1	2	3	4
16	Reggae	1	2	3	4
17	Outra/s	1	2	3	4

III – PRÁTICA ASSOCIATIVA

Q25 Qual é o principal motivo que o/a leva a ser membro da Associação de Juventude?

[Assinalar 2 motivos]		1
É uma forma de conviver e de conhecer novas pessoas		2
É uma forma de prestar um serviço aos outros e à comunidade		3
É uma forma de me enriquecer pessoalmente e de adquirir novas experiências e competências		4
É uma forma de poder contribuir para a transformação da juventude e da sociedade		5
Outro		97
Não sabe		98
Não responde		99

Q26 Há quanto tempo é membro da Associação de Juventude?

0 a 6 meses	1
7 a 11 meses	2
1 a 2 anos	3
3 a 5 anos	4
Mais de 5 anos	5

Q27 Como é sua participação na Associação de Juventude?

1	Associado
2	Associado Dirigente

Q28 Como considera a sua participação na/s actividade/s da Associação de Juventude?

1	Colaborador nas actividades
2	Associado activo
3	Associado passivo

Q29 Em que medida participa nas actividades da Associação de Juventude?

Nunca	Raramente	Às vezes	Muitas vezes	Sempre
1	2	3	4	5

Q30 O seu tempo disponível para participar na Associação de Juventude é...

Muito Pouco	Pouco	Médio	Muito	Bastante
1	2	3	4	5

Q31 A sua participação na Associação de Juventude como associado activo é...

Muito Pouco	Pouco	Médio	Muito	Bastante
1	2	3	4	5

Q32 Participa com contribuição financeiramente para Associação de Juventude?

Sim	1
Não	2
Não responde	99

Q33 Que razão o/a leva a envolver neste tipo de Associação de Juventude?

1	Um familiar meu já estava envolvido
2	Um membro da minha família mais chegada estava ligado à Associação de Juventude
3	Um amigo convidou-me
4	Sinto-me responsável por procurar fazer com que a juventude e a sociedade se torne melhor
97	Outra razão
98	Não sabe
99	Não responde

Q34 Em que medida as suas aspirações estão identificadas com a sua Associação de Juventude?

Muito pouco	1
Pouco	2
Médio	3
Muito	4
Bastante	5
Não sabe	98
Não responde	99

Q35 Como estabeleceu o primeiro contacto com a Associação de Juventude?

Eles contactaram-me	1
Contactei-os eu	2
Uma terceira pessoa pôs-me em contacto com a Associação	3
Outro	97
Não sabe	98
Não responde	99

Q36 Qual a principal razão para continuar a participar na Associação de Juventude?

Não tenho mais nada para fazer	1
Uma forma de ocupar o tempo	2
Uma forma de sair de casa	3
Encontro os meus amigos e convivo	4
Convivo com os meus amigos e tenho um espaço de formação	5
Uma forma de participar no desenvolvimento da sociedade	6
Faço novas amizades e tenho novas experiências	7
Não sabe	98
Não responde	99

Q37 Pensa que as pessoas estão hoje mais ou menos dispostas a ajudar os outros do que no passado?

Mais dispostas	1
Menos dispostas	2
Têm a mesma disposição	3
Não sabe	98
Não responde	99

Q38

Qual das duas afirmações vai mais ao encontro da sua maneira de pensar?

Devo ser responsável e participar no melhoramento da sociedade.	1
O melhoramento da sociedade é da responsabilidade do governo.	2
Não sabe	98
Não responde	99

Q39 Qual é o aspecto que mais valoriza na Associação de Juventude?

O ter experiências novas	1
A convivência com os amigos	2
O contacto com a natureza	3
O fazer coisas que nada têm a ver com o estudo e/ou trabalho	4
Não sabe	98
Não responde	99

Q40

Das seguintes actividades assinala, relativamente à Associação de Juventude:

- as que são mais frequentemente realizadas (Coluna A)
- as que deveriam ser mais desenvolvidas (Coluna B)
- as que deveriam corresponder mais aos seus interesses de jovem (Coluna C)

	Q40_A	Q40_B	Q40_C
1 Praticar desporto	1	1	1
2 Compor música	2	2	2
3 Dançar	3	3	3
4 Promover e realizar exposições	4	4	4
5 Organizar eventos - Festas /Comemorações	5	5	5
6 Formar para a cidadania	6	6	6
7 Desenvolver estratégias de trabalho em equipa	7	7	7
8 Realizar filmes	8	8	8
9 Ver televisão	9	9	9
10 Fazer campismo	10	10	10
11 Ver e debater conteúdos de filmes	11	11	11
12 Elaborar textos para jornal/revista	12	12	12
13 Fazer colóquios	13	13	13
14 Realizar reuniões	14	14	14
15 Fazer peditórios / Apoto a necessidades -	15	15	15
16 Solidariedade Social	16	16	16
17 Realizar programa de rádio	17	17	17
18 Estudar	18	18	18
19 Passar ao ar livre	18	18	18

6

19	Ir à praia	19	19	19
20	Concursos/jogos educativos e lúdicos	20	20	20
21	Fazer teatro	21	21	21
22	Visitar museus	22	22	22
23	Promover concertos musicais	23	23	23
24	Desenvolver actividades com outras associações juvenis <i>dentro</i> da ilha	24	24	24
25	Desenvolver actividades com outras associações juvenis <i>fora</i> da ilha	25	25	25
26	Jogar jogos de computador	26	26	26
27	Fazer fotografia	27	27	27
28	Ensinar e promover o conhecimento dos computadores	28	28	28
29	Navegar na Internet	29	29	29
30	Outra	30	30	30

Q41 Em sua opinião, quais os aspectos mais valorizados na Associação de Juventude? [Assinalar no máximo 4 aspectos]

1	A amizade	1
2	A importância do associativismo	2
3	O convívio com os colegas	3
4	O desporto	4
5	A importância da família	5
6	A cultura	6
7	A promoção da comunidade	7
8	A cidadania	8
9	Outra	9

Q42 Como considera a importância da Associação de Juventude para a construção da sua personalidade?

Nada importante	1
Pouco importante	2
Importante	3
Muito importante	4
Não sabe	98
Não responde	99

Q43 A que motivo/s se deve a sua participação na Associação de Juventude? [Assinalar no máximo 2 motivos]

Vontade de mudar a minha freguesia/ilha.	1
Interesse em contribuir para uma juventude participativa no desenvolvimento dos Açores.	2
Promover alterações à acção da Associação de Juventude.	3
Desenvolver iniciativas que levem os jovens a participar mais na Associação de Juventude e na freguesia/comunidade.	4
Estar simplesmente ocupado e participar nas actividades que a Associação de Juventude promove.	5
Outra	6

Q44 Com que frequência participa no planeamento das actividades anuais da sua Associação de Juventude?

Nunca	1
Raramente	2
As vezes	3
Muitas vezes	4
Sempre	5

Q45 A sua opinião é considerada nas decisões importantes da Associação de Juventude?

Nunca	1
Raramente	2
As vezes	3
Muitas vezes	4
Sempre	5

Q46 Costuma participar com a sua opinião/contributo relativamente aos programas do governo regional destinados a juventude?

Nunca	1
Raramente	2
As vezes	3
Muitas vezes	4
Sempre	5

Q47 Como se sente em relação aos *equipamentos* que possui a Associação de Juventude para as actividades/práticas culturais?

Nada satisfeito	1
Pouco satisfeito	2
Satisfeito	3
Muito Satisfeito	4
Não sabe	98
Não responde	99

Q48 Como se sente em relação às *instalações* que possui Associação de Juventude para as actividades/práticas culturais?

Nada satisfeito	1
Pouco satisfeito	2
Satisfeito	3
Muito Satisfeito	4
Não sabe	98
Não responde	99

Q49 Como se sente em relação às *actividades/práticas culturais* desenvolvidas pela Associação de Juventude?

Nada satisfeito	1
Pouco satisfeito	2
Satisfeito	3
Muito Satisfeito	4
Não sabe	98
Não responde	99

Q50 Como se sente em relação ao *convívio com os associados* da Associação de Juventude?

Nada satisfeito	1
Pouco satisfeito	2
Satisfeito	3
Muito Satisfeito	4
Não sabe	98
Não responde	99

Q51 Como se sente em relação à sua *participação na vida associativa*?

Nada satisfeito	1
Pouco satisfeito	2
Satisfeito	3
Muito Satisfeito	4
Não sabe	98
Não responde	99

IV – REALIZAÇÃO PESSOAL, FAMÍLIA E CIDADANIA

Realização pessoal

Indica os lugares onde pensa obter realização pessoal. (*Assinalar nas 5 colunas abaixo apresentadas*)

	Q52a Amigos	Q52b Família	Q52c Política	Q52d Emprego	Q52e Religião
Muita realização	1	1	1	1	1
Pouca realização	2	2	2	2	2
Nenhuma realização	3	3	3	3	3
Não responde	99	99	99	99	99

Família

Qual o significado que a família tem para si?

Q53a	Um lugar de segurança afectiva
1	Concordo totalmente
2	Concordo
3	Discordo
4	Discordo totalmente
99	Não responde

Q53

Q53b	Um lugar onde as pessoas aprendem a preparar-se para a vida
1	Concordo totalmente
2	Concordo
3	Discordo
4	Discordo totalmente
99	Não responde

Q53c Um grupo de pessoas que se ajudam mutuamente em todas as circunstâncias

1	Concordo totalmente
2	Concordo
3	Discordo
4	Discordo totalmente
99	Não responde

Q53d Um meio indispensável para a formação da personalidade

1	Concordo totalmente
2	Concordo
3	Discordo

4	Discordo totalmente
99	Não responde

Um lugar importante porque é nela que se encontram as raízes de cada um

1	Concordo totalmente
2	Concordo
3	Discordo
4	Discordo totalmente
99	Não responde

A causa de muitos problemas sociais e morais

1	Concordo totalmente
2	Concordo
3	Discordo
4	Discordo totalmente
99	Não responde

Um lugar onde encontramos falta de liberdade

1	Concordo totalmente
2	Concordo
3	Discordo
4	Discordo totalmente
99	Não responde

Uma fonte de conflitos por causa do dinheiro e dos bens

1	Concordo totalmente
2	Concordo
3	Discordo
4	Discordo totalmente
99	Não responde

Um grupo que se substitui facilmente por um grupo de amigos

1	Concordo totalmente
2	Concordo
3	Discordo
4	Discordo totalmente
99	Não responde

Um meio de garantir a segurança económica

1	Concordo totalmente
---	---------------------

2	Concordo
3	Discordo
4	Discordo totalmente
99	Não responde

Q54

Cidadania

Existem diferentes opiniões em relação ao que é necessário fazer para se ser um bom cidadão. No que lhe diz, pessoalmente respeito, numa escala de 1 a 7, em que 1 significa *nada importante* e 7 *muito importante*, que importância atribui a:

	Nada importante	Importante	Muito importante	Não sabe	Não responde
1	Votar sempre nas eleições regionais	1	2	3	99
2	Pagar sempre os impostos	1	2	3	99
3	Obedecer sempre às leis e regulamentos	1	2	3	99
4	Vigiar a acção do governo regional	1	2	3	99
5	Participar activamente em associações sociais ou políticas	1	2	3	99
6	Procurar compreender o pensamento das pessoas com outras opiniões	1	2	3	99
7	Escolher produtos por razões políticas, éticas ou ambientais, mesmo que custem um pouco mais.	1	2	3	99
8	Ajudar nos Açores as pessoas que vivem pior do que eu.	1	2	3	99
9	Ajudar as pessoas que, no resto do mundo, vivem pior do que eu.	1	2	3	99
10	Cumprir as regras de trânsito seja como peão	1	2	3	99

9

11	ou como automobilista Contribuir para um ambiente melhor separando o lixo e colocando-o nos locais correctos	1	2	3	98	99
12	Não danificar a propriedade pública (não deitar lixo para o chão, não escrever nas paredes, etc.)	1	2	3	98	99
13	Ser tolerante com as pessoas que são diferentes de mim	1	2	3	98	99

Q55 Na sua opinião, em qual das seguintes actividades é mais importante um cidadão participar?

1	Envolver-se em política e/ou governação
2	Participar em organizações regionais e nacionais que procuram mudar a sociedade
3	Realizar trabalho voluntário na comunidade para resolução de problemas locais
4	Em nenhuma destas
98	Não sabe
99	Não responde

Q56 Quando pensa nos Açores, sente optimismo em relação ao futuro da Região ou pelo contrario considera existirem razões para que se olhe o futuro com preocupação?

1	Optimismo em relação ao futuro.
2	Sinto existirem razões para que se olhe o futuro com preocupação.
98	Não sabe
99	Não responde

Q57 Com que local geográfico se sente mais próximo?

1	Freguesia onde vive
2	Concelho onde vive
3	Ilha onde vive
4	Região onde vive

5	País onde vive
6	A União Europeia
7	O mundo
98	Não sabe
99	Não responde

Q58 Em sua opinião, como considera a sua acção na comunidade onde reside?

1	Muito eficaz
2	Eficaz
3	Pouco eficaz
4	Nada eficaz
98	Não sabe
99	Não responde

Q59 Em sua opinião, qual é a atitude que se deve tomar quando se lida com as pessoas?

1	Todo o cuidado é pouco quando se lida com as pessoas
2	Pode-se confiar na maioria das pessoas
98	Não sabe
99	Não responde

Q60 De seguida, para terminar, vou-lhe apresentar duas frases e peço-lhe que escolha a que vai mais ao encontro da sua forma de pensar.

1	Há geralmente indicações claras em relação ao que é certo e errado para os jovens.
2	O que é certo ou errado pode ser diferente de jovem para jovem.

Q61 Qual é a Freguesia e a Ilha da sua Associação?

Freguesia	•
Ilha	•

Q62 Qual é o nome da sua Associação de Juventude?

•

Muito Obrigado.

ANEXOS III

Quadros de Valores Absolutos

Quadro 13 – Registo Regional das Associações Juvenis dos Açores

Atualização do Registo Regional das Associações Juvenis dos Açores (1981-2006)

N.º	Id	Designação	ANO	D.T.R.G.T	REGISTO INICIAL						ACTUALIZAÇÃO ANO 2006							
					TLA	F	M	TLA 12-30	F 12-30	M 12-30	TLA	F	M	TLA 12-30	F 12-30	M 12-30		
1	R-03-09-001	CORPO NACIONAL DE ESCUTAS - CNE - REGIÃO AÇORES	1991	29-04-1991	3482				3482			4023	1935	2088	2286	1138	1128	
2	I-02-03-002	ASSOCIAÇÃO ECOLÓGICA - AMIGOS DOS AÇORES	1991	23-05-1991	97				97			0	0	0	0	0	0	
3	R-02-02-003	ASSOCIAÇÃO DE GUÍAS DE PORTUGAL	1991	21-06-1991	369	369	0	369	369	0	250	250	0	201	201	0	0	
4	R-02-02-004	ASSOCIAÇÃO DE ESCOTEIROS DE PORTUGAL - REGIÃO ORIENTAL	1991	10-07-1991	1100				1100			868	373	495	391	198	223	
5	I-02-03-005	ASSOCIAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES MICAELENSES	1991	15-07-1991	231				231			341	22	319	40	1	39	
6	R-02-02-006	MOVIMENTO JUVENTUDE DE NOVA - AÇORES	1991	24-07-1991	100				100			260	200	60	260	192	68	
7	I-02-02-007	ASSOCIAÇÃO JUVENIL FETEIRENSE	1991	04-10-1991	27				27			0	0	0	0	0	0	
8	I-04-11-008	ASSOCIAÇÃO DA JUVENTUDE EM DEFESA DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, CULTURAL E NATURAL DE SÃO JORGE	1991	15-10-1991	225				225			94	19	75	33	19	74	
9	R-02-02-009	MOVIMENTO CATÓLICO DE ESTUDANTES	1991	16-10-1991	98				98			0	0	0	0	0	0	
10	I-02-03-010	ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE S. BRÁS - HORIZONTES	1991	30-12-1991	41				41			0	0	0	0	0	0	
11	I-02-02-011	BANDA JUVENIL LIRA Nº 5ª DA ESTRELA	1992	29-02-1992	136				136			0	0	0	0	0	0	
12	I-03-08-012	ASSOCIAÇÃO CULTURAL, RECREATIVA E DESPORTIVA DA JUVENTUDE DE SÃO SEBASTIÃO	1992	06-06-1992	50				50			0	0	0	0	0	0	
13	I-02-05-013	ASSOCIAÇÃO JUVENIL ESTRELA VERMELHA	1992	26-10-1992	191	70	121		132	61	71	0	0	0	0	0	0	
14	I-02-02-014	ASSOCIAÇÃO DA JUVENTUDE DOS GINETES	1992	22-12-1992	65				65			0	0	0	0	0	0	
15	R-02-02-015	ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS EMPRESÁRIOS DOS AÇORES	1994	30-05-1994	0				0			0	0	0	0	0	0	
16	I-05-12-016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL, DESPORTIVA E RECREATIVA DA GRACIOSA	1994	20-07-1994	63				63			429	175	254	403	168	235	
17	I-02-02-017	CLUBE CULTURAL E RECREATIVO JUVENTUDE E CULTURA	1994	21-12-1994	205				205			496	325	171	467	298	169	
18	I-02-03-018	ASSOCIAÇÃO JUVENIL OS VALENTES	1995	20-06-1995	80				80			493	196	307	404	147	257	
19	I-02-02-019	ASSOCIAÇÃO JUVENIL DA CANDELÁRIA	1995	07-12-1995	59				59			190	68	124	164	55	109	
20	R-02-02-020	AIIESEC AÇORES - ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE ESTUDANTES DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E EMPRESARIAIS	1995	12-01-1995	103				103			0	0	0	0	0	0	
21	I-02-07-021	ASSOCIAÇÃO JUVENIL DE CULTURA E RECREIO SPORT LAGOA E BENFICA	1996	05-02-1996	56				56			0	0	0	0	0	0	
22	I-02-02-022	ARCÁDIA - ASSOCIAÇÃO JUVENIL	1996	17-06-1996	25				25			168	165	3	170	170	0	
23	I-06-13-023	AZÓRICA - ASSOCIAÇÃO DE DEFESA DO AMBIENTE	1996	17-07-1996	285				285			0	0	0	0	0	0	
24	I-07-15-025	ASSOCIAÇÃO DINAMIZADORA DE JOVENS	1997	02-05-1997	20				20			568	231	337	420	173	247	
25	R-03-08-024	ASSOCIAÇÃO DE ESCOTEIROS DE PORTUGAL - REGIÃO CENTRAL / OCIDENTAL	1997	02-05-1997	197				197			723	488	237	641	443	198	
26	I-02-07-026	GRUPO JOVEM PAUENSE	1997	06-06-1997	31				31			0	0	0	0	0	0	
27	I-02-02-027	ESCOLA DE PATINAGEM DE PONTA DELGADA	1997	20-06-1997	40				40			0	0	0	0	0	0	
28	I-02-04-028	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE NORDESTE	1998	31-03-1998	39				39			47	35	12	36	20	7	
29	I-02-07-029	GRUPO DE JOVENS DE SANTA CRUZ	1998	04-05-1998	22				22			25	15	10	22	13	9	
30	I-02-02-030	ASSOCIAÇÃO DE JUVENTUDE E BITO	1999	31-05-1999	785	220	965	751	210	541	187	69	118	157	59	98	0	
31	I-02-06-031	ASSOCIAÇÃO DE JOVENS UNIDOS DA RIBEIRA SECA	1999	14-06-1999	136	74	62	123	74	49	0	0	0	0	0	0	0	
32	I-02-02-032	ASSOCIAÇÃO JUVENIL CRUZ AZUL - AÇORES	1999	16-07-1999	51	27	24	21	11	10	0	0	0	0	0	0	0	
33	I-02-02-033	ASSOCIAÇÃO DE JUVENTUDE GENTE SEM TABACO	2000	18-01-2000	53	28	25	51	28	23	165	104	81	165	83	82	0	
34	I-03-08-034	ASSOCIAÇÃO DE JUVENTUDE "JAÇOR - JUVENTUDE DOS AÇORES"	2000	01-02-2000	11	0	11	9	0	9	0	0	0	0	0	0	0	
35	I-02-03-035	FORÇA VIVA - ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO, PROMOÇÃO E INTEGRAÇÃO DE JOVENS EM RISCO	2000	30-03-2000	55	23	32	53	23	30	0	0	0	0	0	0	0	
36	I-01-01-036	ASSOCIAÇÃO JUVENIL DA ILHA DE SANTA MARIA	2000	12-04-2000	64	21	43	61	19	42	176	61	115	142	56	86	0	
37	I-02-07-038	ASSOCIAÇÃO JUVENIL DO CLUBE OPERÁRIO DESPORTIVO	2000	10-07-2000	152	11	141	137	11	126	114	63	51	95	82	33	0	
38	I-02-02-037	GRUPO FOLCLÓRICO DE CANTARES E BAILADOS DA RELVA	2000	10-07-2000	45	23	22	37	21	16	45	23	22	37	21	16	0	
39	I-07-15-039	ASSOCIAÇÃO GRUPO DE JOVENS DA SILVEIRA	2001	19-02-2001	28	9	19	26	8	18	43	9	34	40	7	33	0	
40	I-03-08-041	ASSOCIAÇÃO DE JUVENTUDE PALMO & LETRAS	2001	21-05-2001	65	42	23	59	38	21	507	259	246	406	204	204	0	
41	I-03-08-040	ASSOCIAÇÃO DE JOVENS DE VILA NOVA	2001	22-05-2001	18	9	9	15	9	6	0	0	0	0	0	0	0	
42	I-03-08-042	ASSOCIAÇÃO DOS JOVENS DAS CIDADES PATRIMÓNIO MUNDIAL DE ANGRA	2001	13-07-2001	66	40	26	58	39	19	0	0	0	0	0	0	0	
43	I-03-08-044	ASSOCIAÇÃO JUVENIL DA ILHA TERCEIRA	2003	01-10-2003	13	5	8	10	3	7	75	18	57	56	13	43	0	
44	I-02-06-046	ASSOCIAÇÃO JOVENS ACTIVOS DA RIBEIRA DAS TÁINHAS	2004	13-02-2004	22	12	10	20	11	9	22	12	10	20	11	9	0	
45	I-02-02-045	NORTE CRESCENTE - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DE SANTO ANTÓNIO	2004	13-02-2004	50	21	29	47	20	27	100	55	45	90	60	40	0	
46	I-02-02-043	ASAS - ASSOCIAÇÃO JUVENIL DE SANTA CLARA	2004	10-05-2004	11	6	5	11	6	5	0	0	0	0	0	0	0	
47	I-08-18-047	ASSOCIAÇÃO DE JOVENS DAS FLORES	2004	23-06-2004	90	28	62	75	24	51	0	0	0	0	0	0	0	
48	I-02-02-048	ASSOCIAÇÃO JUVENIL DO LIVRAMENTO	2004	28-10-2004	29	11	18	24	9	15	0	0	0	0	0	0	0	
49	I-02-02-049	ASSOCIAÇÃO DE JUVENTUDE DE PONTA DELGADA	2006	04-01-2006	11	3	8	8	3	5	11	3	8	8	3	5	0	
50	I-02-03-050	ASSOCIAÇÃO DE JUVENTUDE DA RIBEIRA GRANDE	2006	13-04-2006	30	14	16	30	14	16	30	14	16	30	14	16	0	
51	I-02-03-051	ASSOCIAÇÃO JUVENIL DE RABO DE PEIXE	2006	29-06-2006	99	45	54	83	39	44	99	45	54	83	39	44	0	
52	I-02-02-052	ASSOCIAÇÃO DE JOVENS DO TETRAPI	2006	24-07-2006	22	12	10	22	12	10	22	12	10	22	12	10	0	
53	I-02-07-054	ASSOCIAÇÃO DE JOVENS DA RIBEIRA CHÁ	2006	13-11-2006	16	9	7	14	7	7	16	9	7	14	7	7	0	
54	I-02-02-055	ASSOCIAÇÃO JUVENIL DOS REMÉDIOS	2006	13-11-2006	40	9	31	37	8	29	40	9	31	37	8	29	0	
Total					9399	1141	1381	9160	1077	1206	10667	5268	5399	7372	3864	3598		

Observação:

- Os Totais Feminino e Masculino do Registo Inicial é parcial pelo facto dos Registos até 1996 apenas constar o Total dos Associados.
- Nos arquivos da DRJ apenas 2 Associações de Juventude até 1999 possuem o Registo Total por género dos respectivos associados.

Quadro 14 – Associações Juvenis dos Açores objecto da Amostra do Inquérito

ACTUALIZAÇÃO FINAL - RRAJ dos AÇORES

1. IDENTIFICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO					1ºRG	RA 1	ACTUALIZAÇÃO ANO 2006					
N.º	Id	Designação	Concelho	Ilha	ANO	DT RGT	TLA	F	M	TLA 12-30	F 12-30	M 12-30
1	R-03-09-001	CORPO NACIONAL DE ESCUTAS - CNE - REGIÃO AÇORES	Praia da Vitória	Terceira	1991	29-04-1991	4023	1935	2088	2266	1138	1128
2	R-02-02-003	ASSOCIAÇÃO DE GUIAS DE PORTUGAL	Ponta Delgada	São Miguel	1991	21-06-1991	250	250	0	201	201	0
3	R-02-02-004	ASSOCIAÇÃO DE ESCOTEIROS DE PORTUGAL - REGIÃO ORIENTAL	Ponta Delgada	São Miguel	1991	10-07-1991	868	373	495	391	168	223
4	I-02-03-005	ASSOCIAÇÃO DE JOVENS AGRICULTORES MICAELENSES	Ponta Delgada	São Miguel	1991	15-07-1991	341	22	319	40	1	39
5	R-02-02-006	MOVIMENTO JUVENTUDE NOVA - AÇORES	Ponta Delgada	São Miguel	1991	24-07-1991	260	200	60	250	192	58
6	I-04-11-008	ASSOCIAÇÃO DA JUVENTUDE EM DEFESA DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO, CULTURAL E NATURAL DE SÃO JORGE	Velas	São Jorge	1991	15-10-1991	94	19	75	93	19	74
7	I-05-12-016	ASSOCIAÇÃO CULTURAL, DESPORTIVA E RECREATIVA DA GRACIOSA	Sta. Cruz Graciosa	Graciosa	1994	20-07-1994	429	175	254	403	168	235
8	I-02-02-017	CLUBE CULTURAL E RECREATIVO JUVENTUDE E CULTURA	Ponta Delgada	São Miguel	1994	21-12-1994	496	325	171	467	298	169
9	I-02-03-018	ASSOCIAÇÃO JUVENIL OS VALENTES	Ribeira Grande	São Miguel	1995	20-06-1995	493	186	307	404	147	257
10	I-02-02-019	ASSOCIAÇÃO JUVENIL DA CANDELÁRIA	Ponta Delgada	São Miguel	1995	07-12-1995	190	66	124	164	55	109
11	I-02-02-022	ARCÁDIA - ASSOCIAÇÃO JUVENIL	Ponta Delgada	São Miguel	1996	17-06-1996	188	185	3	170	170	0
12	I-07-15-025	ASSOCIAÇÃO DINAMIZADORA DE JOVENS	Lajes do Pico	Pico	1997	02-05-1997	568	231	337	420	173	247
13	R-03-08-024	ASSOCIAÇÃO DE ESCOTEIROS DE PORTUGAL - REGIÃO CENTRAL / OCIDENTAL	Angra do Heroísmo	Terceira	1997	02-05-1997	723	486	237	641	443	198
14	I-02-04-028	ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DESPORTIVA DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA DE NORDESTE	Nordeste	São Miguel	1998	31-03-1998	47	35	12	36	29	7
15	I-02-07-029	GRUPO DE JOVENS DE SANTA CRUZ	Lagoa	São Miguel	1998	04-05-1998	25	15	10	22	13	9
16	I-02-02-030	ASSOCIAÇÃO DE JUVENTUDE BIT 9	Ponta Delgada	São Miguel	1999	31-05-1999	187	69	118	157	59	98
17	I-02-02-033	ASSOCIAÇÃO DE JUVENTUDE GENTE SEM TABACO	Ponta Delgada	São Miguel	2000	18-01-2000	185	104	81	165	83	82
18	I-01-01-036	ASSOCIAÇÃO JUVENIL DA ILHA DE SANTA MARIA	Vila do Porto	Santa Maria	2000	12-04-2000	176	61	115	142	56	86
19	I-02-07-038	ASSOCIAÇÃO JUVENIL DO CLUBE OPERÁRIO DESPORTIVO	Lagoa	São Miguel	2000	10-07-2000	114	63	51	95	62	33
20	I-02-02-037	GRUPO FOLCLÓRICO DE CANTARES E BAILADOS DA RELVA	Ponta Delgada	São Miguel	2000	10-07-2000	45	23	22	37	21	16
21	I-07-15-039	ASSOCIAÇÃO GRUPO DE JOVENS DA SILVEIRA	Lajes do Pico	Pico	2001	19-02-2001	43	9	34	40	7	33
22	I-03-06-041	ASSOCIAÇÃO DE JUVENTUDE PALMO & LETRAS	Vila Franca do Campo	São Miguel	2001	21-05-2001	507	259	248	408	204	204
23	I-03-09-044	ASSOCIAÇÃO JUVENIL DA ILHA TERCEIRA	Praia da Vitória	Terceira	2003	01-10-2003	75	18	57	56	13	43
24	I-02-06-046	ASSOCIAÇÃO JOVENS ACTIVOS DA RIBEIRA DAS TAINHAS	Vila Franca do Campo	São Miguel	2004	13-02-2004	22	12	10	20	11	9
25	I-02-02-045	NORTE CRESCENTE - ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DE SANTO ANTÓNIO	Ponta Delgada	São Miguel	2004	13-02-2004	100	55	45	90	50	40
26	I-02-02-049	ASSOCIAÇÃO DE JUVENTUDE DE PONTA DELGADA	Ponta Delgada	São Miguel	2006	04-01-2006	11	3	8	8	3	5
27	I-02-03-050	ASSOCIAÇÃO DE JUVENTUDE DA RIBEIRA GRANDE	Ribeira Grande	São Miguel	2006	13-04-2006	30	14	16	30	14	16
28	I-02-03-051	ASSOCIAÇÃO JUVENIL DE RABO DE PEIXE	Ribeira Grande	São Miguel	2006	29-06-2006	99	45	54	83	39	44
29	I-02-02-052	ASSOCIAÇÃO DE JOVENS DO TETRAPI	Ponta Delgada	São Miguel	2006	24-07-2006	22	12	10	22	12	10
30	I-02-07-054	ASSOCIAÇÃO DE JOVENS DA RIBEIRA CHÃ	Lagoa	São Miguel	2006	13-11-2006	16	9	7	14	7	7
31	I-02-02-055	ASSOCIAÇÃO JUVENIL DOS REMÉDIOS	Lagoa	São Miguel	2006	13-11-2006	40	9	31	37	8	29
Total							10667	5268	5399	7372	3864	3508

Quadro 15 – Mapa Final de Resultados da Aplicação dos Inquéritos

AMOSTRA RELATIVA AOS AGRUPAMENTOS DO CNE DA RELAÇÃO 1

CNE	12 - 17 anos			18 - 30 anos		
	tl amostra	fem	masc	tl	fem	masc
LAIJES	26	4	4	8	9	18
P JUDEU	24	4	4	8	8	16
PRAIA	23	4	3	7	8	16
Total	73	12	11	23	25	50
FETEIRAS	24	4	4	8	8	16
FAJBAIXO	26	4	4	8	9	18
ARRIFES	25	4	4	8	9	17
Total	148	24	23	47	51	101

AMOSTRA RELATIVA AOS AGRUPAMENTOS DO CNE DA RELAÇÃO 2

CNE	12 - 17 anos			18 - 30 anos		
	tl amostra	fem	masc	tl	fem	masc
LAIJES	20	4	4	8	9	12
P JUDEU	13	3	3	6	6	7
PRAIA	19	4	3	7	5	12
Total	52	11	10	21	20	31
FETEIRAS	24	4	4	8	8	16
FAJBAIXO	19	4	4	8	5	11
ARRIFES	23	4	3	7	8	16
Total	118	23	21	44	41	74

AMOSTRA RELATIVA AOS AGRUPAMENTOS DO CNE DA RELAÇÃO 3

CNE	12 - 17 anos			18 - 30 anos		
	tl amostra	fem	masc	tl	fem	masc
LAIJES	-6	0	0	0	0	-6
P JUDEU	-11	-1	-1	-2	-2	-9
PRAIA	-4	0	0	0	-3	-4
Total	-21	-1	-1	-2	-5	-19
FETEIRAS	0	0	0	0	0	0
FAJBAIXO	-7	0	0	0	-4	-7
ARRIFES	-2	0	0	-1	-1	0
Total	-30	-1	-2	-3	-10	-27

RELAÇÃO 1 - AMOSTRA RELATIVA AO NÚMERO DE QUESTIONÁRIOS POR ASSOCIAÇÃO

	12 - 17 anos			18 - 30 anos		
	tl amostra	fem	masc	tl	fem	masc
1 Associação Cultural Graciosa	26	3	5	8	8	10
2 Associação Dinamizadora - Pico	28	4	5	9	8	11
3 Guias de Portugal	13	4	0	4	9	0
4 Movimento Juventude Nova	16	4	1	5	8	3
5 AEP ORIENTAL	25	4	4	8	7	10
6 AJOs Valentis	26	3	5	8	7	11
7 Palmo & Letras	26	4	4	8	9	9
8 Clube Juventude e Cultura	31	6	4	10	13	8
9 AEP CENTRAL/OCCIDENTAL	41	9	4	13	19	9
10 CNE	148	24	23	47	51	50
Total	380	65	55	120	139	121

RELAÇÃO 2: NÚMERO DE QUESTIONÁRIOS COM RETORNO

	12 - 17 anos			18 - 30 anos		
	tl amostra	fem	masc	tl	fem	masc
1 Associação Cultural Graciosa	26	3	5	8	8	10
2 Associação Dinamizadora - Pico	26	4	5	9	7	10
3 Guias de Portugal	13	4	0	4	9	0
4 Movimento Juventude Nova	16	4	1	5	8	3
5 AEP ORIENTAL	25	4	4	8	7	10
6 AJOs Valentis	0	0	0	0	0	0
7 Palmo & Letras	26	4	4	8	9	9
8 Clube Juventude e Cultura	31	6	4	10	13	8
9 AEP CENTRAL/OCCIDENTAL	8	2	1	3	3	2
10 CNE	118	23	21	44	41	33
Total	289	54	45	99	105	85

RELAÇÃO 3: NÚMERO DE QUESTIONÁRIOS SEM RETORNO

	12 - 17 anos			18 - 30 anos		
	tl amostra	fem	masc	tl	fem	masc
1 Associação Cultural Graciosa	0	0	0	0	0	0
2 Associação Dinamizadora - Pico	-2	0	0	-1	-1	-2
3 Guias de Portugal	0	0	0	0	0	0
4 Movimento Juventude Nova	0	0	0	0	0	0
5 AEP ORIENTAL	0	0	0	0	0	0
6 AJOs Valentis	-26	-3	-5	-8	-7	-11
7 Palmo & Letras	0	0	0	0	0	0
8 Clube Juventude e Cultura	0	0	0	0	0	0
9 AEP CENTRAL/OCCIDENTAL	-33	-7	-3	-10	-16	-7
10 CNE	-30	-1	-2	-3	-10	-17
Total	-91	-11	-10	-21	-34	-36

RELAÇÃO 4 - AVALIAÇÃO DO RETORNO DA AMOSTRA

Total QT	380	100%
Total RT	289	76%

- Legenda
- QT: Questionários
 - RT: Retorno
 - AEP: Associação de Escoteiros de Portugal
 - CNE: Corpo Nacional de Escutas

Quadro 16 – Perfil Sociográfico do Associativismo Juvenil dos Açores

	Associados	
	N	%
<i>Sexo</i>		
Masculino	130	45,0
Feminino	159	55,0
<i>Idade</i>		
12-17	99	34,3
18-30	190	65,7
<i>Nacionalidade</i>		
Portuguesa	285	98,6
Outra	4	1,4
<i>Estado civil</i>		
Solteiro/a	260	90,0
Casado/a pela Igreja	16	5,5
Casado/a pelo civil	6	2,1
Vive conjugalmente sem ser casado/a	4	1,4
Separado/a ou Divorciado/a	2	0,7
Não responde	1	0,3
<i>Perante o ensino</i>		
Estudante	187	64,7
Não estudante	102	35,3
<i>Grau de instrução</i>		
Nunca frequentou a escola	5	1,7
Frequentou, mas não completou o 1.º ciclo do ensino básico ou equivalente	1	0,3
1º ciclo do ensino básico ou equivalente	1	0,3
2º ciclo do ensino básico ou equivalente	24	8,3
3º ciclo do ensino básico ou equivalente	82	28,4
Ensino secundário ou equivalente	127	43,9
Ensino médio (bacharelato)	6	2,1
Ensino superior (licenciatura ou pós-graduação)	33	11,4
Não sabe	1	0,3
Não responde	9	3,1
<i>Actividade profissional</i>		
Sim	137	47,4
Não	133	46,0
Não sabe	4	1,4
Não responde	15	5,2
<i>Rendimento mensal disponível</i>		
Até 50 euros	47	16,3
51-100 euros	17	5,9
101-250 euros	23	8,0
251-500 euros	41	14,2
501-1000 euros	49	17,0
Mais de 1000 euros	17	5,9
Não sabe	17	5,9
Não responde	78	27,0
<i>Religião</i>		
Não crente/ateu	3	1,0
Agnóstico (não sei se existe algum Deus)	4	1,4
Indiferente	15	5,2
Católico praticante	168	58,1
Católico não praticante	83	28,7
Não sabe	4	1,4
Não responde	12	4,2
<i>Intensidade religiosa</i>		
Extremamente religiosa	2	0,7
Muito religiosa	42	14,5
Mais ou menos religiosa	146	50,5
Pouco religiosa	58	20,1
Nada religiosa	8	2,8
A religião é-me indiferente	14	4,8
Não sabe	4	1,4
Não responde	15	5,2

Quadro 17 – Grau de Instrução do Pai e da Mãe dos Públicos Juvenis

Grau de Instrução	Pai		Mãe		Associados	
	N	%	N	%	N	%
Nunca frequentou a escola	2	0,7	0	0,0	5	1,7
Frequentou, mas não completou o 1.º ciclo do ensino básico	9	3,1	11	3,8	1	0,3
1º ciclo do ensino básico ou equivalente	128	44,3	98	33,9	1	0,3
2º ciclo do ensino básico ou equivalente	45	15,6	59	20,4	24	8,3
3º ciclo do ensino básico ou equivalente	39	13,5	46	15,9	82	28,4
Ensino secundário ou equivalente	34	11,8	36	12,5	127	43,9
Ensino médio	5	1,7	9	3,1	6	2,1
Ensino superior	15	5,2	23	8,0	33	11,4
Não sabe	2	0,7	2	0,7	1	0,3
Não responde	10	3,5	5	1,7	9	3,1
Total	289	100,0	289	100,0	289	100,0

Quadro 18 – Situação Profissional do Pai e da Mãe dos Públicos Juvenis

Situação Profissional	Pai		Mãe		Total	
	N	%	N	%	N	%
Trabalhador/a por conta própria sem empregados	37	12,8	19	6,6	56	9,7
Trabalhador/a por conta própria com empregados	37	12,8	11	3,8	48	8,3
Trabalhador/a por conta de outrem sector privado	95	32,9	63	21,8	158	27,3
Trabalhador/a por conta de outrem sector público	81	28,0	99	34,3	180	31,1
Trabalhador/ familiar não remunerado	6	2,1	50	17,3	56	9,7
Trabalhador/ familiar remunerado	7	2,4	14	4,8	21	3,6
Não sabe	15	5,2	21	7,3	36	6,2
Não responde	11	3,8	12	4,2	23	4,0
Total	289	100,0	289	100,0	578	100,0

Quadro 19 – Modos Preferidos dos Jovens para Passar os Tempos Livres

Modos	Total	
	N	%
Grupo de amigos	257	88,9
Família	173	59,9
Sozinho	44	15,2
Associação de Juventude	153	52,9
Clube Desportivo	78	27,0
Grupo de Teatro	18	6,2
Outro	44	15,2

Quadro 20 – Espaços Preferidos dos Jovens para Desenvolver as Actividades dos Tempos Livres

Espaços	Total	
	N	%
Grupo de amigos	256	88,6
Família	157	54,3
Sozinho	49	17,0
Associação de Juventude	163	56,4
Clube Desportivo	78	27,0
Grupo de Teatro	19	6,6
Outro	49	17,0

Quadro 21 – Aspectos Mais Valorizados pelos no Desenvolvimento das Actividades

Aspectos	Total	
	N	%
O ter experiências novas	107	37,0
O contacto com a natureza	36	12,5
A convivência com os amigos	117	40,5
O fazer coisas que nada têm a ver com o estudo e/ou trabalho	20	6,9
Outro	9	3,1
Total	289	100,0

Quadro 22 – Actividades e Expressões Culturais Habituais na Ocupação dos Tempos Livres

Frequência	I		II		III		IV				Frequência	
	Total		Total		Total		Total		Total		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Ver televisão	218	75,4	40	13,8	25	8,7	6	2,1	289	100,0	283	97,9
Passear ao ar livre	62	21,5	107	37,0	107	37,0	13	4,5	289	100,0	276	95,5
Ir a casa de amigos	14	4,8	94	32,5	164	56,7	17	5,9	289	100,0	272	94,0
Utilizar a internet	186	64,4	45	15,6	39	13,5	19	6,6	289	100,0	270	93,5
Ouvir cd's / MP3	175	60,6	54	18,7	39	13,5	21	7,3	289	100,0	268	92,8
Passear pelas ruas, lojas ou centro comercial	40	13,8	89	30,8	138	47,8	22	7,6	289	100,0	267	92,4
Ver dvd – filmes	52	18,0	114	39,4	101	34,9	22	7,6	289	100,0	267	92,3
Receber amigos em casa	18	6,2	79	27,3	167	57,8	25	8,7	289	100,0	264	91,3
Jogar computador	98	33,9	69	23,9	82	28,4	40	13,8	289	100,0	249	86,2
Ouvir rádio	116	40,1	61	21,1	65	22,5	47	16,3	289	100,0	242	83,7
Ler revistas	20	6,9	56	19,4	163	56,4	50	17,3	289	100,0	239	82,7
Ir passar tempo na/s associação/ões	41	14,2	122	42,2	71	24,6	55	19,0	289	100,0	234	81,0
Ler livros	45	15,6	40	13,8	147	50,9	57	19,7	289	100,0	232	80,3
Ir passar tempo no café, pastelaria ou cervejaria	56	19,4	79	27,3	90	31,1	64	22,1	289	100,0	225	77,8
Ler jornais	56	19,4	47	16,3	104	36,0	82	28,4	289	100,0	207	71,7
Outra actividade	37	13	52	18	93	32	107	37	289	100,0	182	63,0
Jogar xadrez, damas ou outros jogos de mesa	5	1,7	26	9,0	132	45,7	126	43,6	289	100,0	163	56,4
Fazer fotografia	5	1,7	42	14,5	112	38,8	130	45,0	289	100,0	159	55,0
Tocar algum instrumento musical e/ou cantar (Não necessariamente profissional)	38	13,1	49	17,0	69	23,9	133	46,0	289	100,0	156	54,0
Desenhar ou pintar	13	4,5	22	7,6	117	40,5	137	47,4	289	100,0	152	52,6
Não fazer nada	15	5,2	22	7,6	67	23,2	185	64,0	289	100,0	104	36,0
Escrever (poesia ou prosa)	5	1,7	18	6,2	64	22,1	202	69,9	289	100,0	87	30,0
I - Todos os dias ou quase todos	III - Ocasionalmente											
II - 1 ou 2 dias por semana	IV - Nunca											

Quadro 23 – Frequência de Audição dos Gêneros Musicais

Frequência	I		II		III		IV				Frequência		
	Total		Total		Total		Total		Total		Total		
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Pop-rock	93	32,2	119	41,2	46	15,9	31	10,7	289	100,0	258	89,3	
Rap	50	17,3	94	32,5	83	28,7	62	21,5	289	100,0	227	78,5	
Música ligeira portuguesa e/ou brasileira	42	14,5	106	36,7	77	26,6	64	22,1	289	100,0	225	77,9	
Música popular portuguesa e/ou brasileira	35	12,1	99	34,3	90	31,1	65	22,5	289	100,0	224	77,5	
Techno music	43	14,9	67	23,2	68	23,5	111	38,4	289	100,0	178	61,6	
Hard-rock	42	14,5	49	17,0	86	29,8	112	38,8	289	100,0	177	61,2	
Punk	26	9,0	70	24,2	81	28,0	112	38,8	289	100,0	177	61,2	
Reggae	22	7,6	67	23,2	87	30,1	113	39,1	289	100,0	176	60,9	
Música clássica	30	10,4	51	17,6	91	31,5	117	40,5	289	100,0	172	59,5	
Heavy-metal	37	12,8	59	20,4	67	23,2	126	43,6	289	100,0	163	56,4	
Música underground	21	7,3	63	21,8	78	27,0	127	43,9	289	100,0	162	56,1	
Blues	23	8,0	42	14,5	94	32,5	130	45,0	289	100,0	159	55,0	
Hard-core	21	7,3	43	14,9	81	28,0	144	49,8	289	100,0	145	50,2	
Jazz	19	6,6	41	14,2	76	26,3	153	52,9	289	100,0	136	47,1	
Fado	10	3,5	36	12,5	90	31,1	153	52,9	289	100,0	136	47,1	
Outra/s	30	10,4	43	14,9	62	21,5	154	53,3	289	100,0	135	46,7	
Death metal	22	7,6	39	13,5	67	23,2	161	55,7	289	100,0	128	44,3	
I – Frequentemente				III - Raramente									
II - Algumas vezes				IV - Nunca									

Quadro 24 – Frequência de Leitura dos Gêneros Literários

Frequência	I		II		III		IV				Frequência		
	Total		Total		Total		Total		Total		Total		
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	
Aventuras	57	19,7	90	31,1	74	25,6	68	23,5	289	100,0	221	76,5	
Romances	41	14,2	73	25,3	88	30,4	87	30,1	289	100,0	202	69,9	
Banda desenhada	29	10,0	72	24,9	90	31,1	98	33,9	289	100,0	191	66,1	
Ficção científica	25	8,7	67	23,2	91	31,5	106	36,7	289	100,0	183	63,3	
Ciência	26	9,0	62	21,5	80	27,7	121	41,9	289	100,0	168	58,1	
Policiais/Mistério	20	6,9	64	22,1	81	28,0	124	42,9	289	100,0	165	57,1	
Poesia	7	2,4	46	15,9	102	35,3	134	46,4	289	100,0	155	53,6	
Turismo	9	3,1	43	14,9	83	28,7	154	53,3	289	100,0	135	46,7	
Teatro	4	1,4	39	13,5	86	29,8	160	55,4	289	100,0	129	44,6	
Ensaios Políticos / Filosóficos / Sociais	7	2,4	26	9,0	72	24,9	184	63,7	289	100,0	105	36,3	
Outro/s	20	6,9	23	8,0	61	21,1	185	64,0	289	100,0	104	36,0	
Arte	7	2,4	18	6,2	73	25,3	191	66,1	289	100,0	98	33,9	
I – Frequentemente				III - Raramente									
II - Algumas vezes				IV - Nunca									

Quadro 25 – Frequência dos Assuntos Lidos em Jornais e Revistas

Frequência	I		II		III		IV				Frequência	
	Total		Total		Total		Total		Total		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Televisão	87	30,1	110	38,1	58	20,1	34	11,8	289	100,0	255	88,2
Música	78	27,0	106	36,7	66	22,8	39	13,5	289	100,0	250	86,5
Cinema	71	24,6	101	34,9	72	24,9	45	15,6	289	100,0	244	84,4
Informática	53	18,3	95	32,9	79	27,3	62	21,5	289	100,0	227	78,5
Educação	47	16,3	92	31,8	82	28,4	68	23,5	289	100,0	221	76,5
Local/Regional	78	27,0	79	27,3	63	21,8	69	23,9	289	100,0	220	76,1
Desporto	75	26,0	81	28,0	63	21,8	70	24,2	289	100,0	219	75,8
Sociedade	45	15,6	80	27,7	84	29,1	80	27,7	289	100,0	209	72,3
Moda/Beleza	39	13,5	86	29,8	82	28,4	82	28,4	289	100,0	207	71,6
Viagens/Turismo	39	13,5	77	26,6	86	29,8	87	30,1	289	100,0	202	69,9
Ciência	43	14,9	65	22,5	85	29,4	96	33,2	289	100,0	193	66,8
Economia	22	7,6	65	22,5	78	27,0	124	42,9	289	100,0	165	57,1
Política	21	7,3	62	21,5	78	27,0	128	44,3	289	100,0	161	55,7
Literatura	21	7,3	45	15,6	84	29,1	139	48,1	289	100,0	150	51,9
Artes plásticas	15	5,2	33	11,4	92	31,8	149	51,6	289	100,0	140	48,4
Outro/s	26	9,0	34	11,8	78	27,0	151	52,2	289	100,0	138	47,8
I – Frequentemente	III - Raramente											
II - Algumas vezes	IV - Nunca											

Quadro 26 – Frequência dos Consumos Culturais

Frequência	I		II		III		IV				Frequência	
	Total		Total		Total		Total		Total		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Ir ao cinema	32	11,1	90	31,1	142	49,1	25	8,7	289	100,0	264	91,3
Ir a concertos de música rock/pop	9	3,1	28	9,7	198	68,5	54	18,7	289	100,0	235	81,3
Ir a jogos de futebol	45	15,6	52	18,0	101	34,9	91	31,5	289	100,0	198	68,5
Ir a outro espectáculo desportivo	21	7,3	55	19,0	113	39,1	100	34,6	289	100,0	189	65,4
Ir a exposições	2	0,7	24	8,3	133	46,0	130	45,0	289	100,0	159	55,0
Outra actividade	28	9,7	35	12,1	90	31,1	136	47,1	289	100,0	153	52,9
Ir ao teatro	3	1,0	22	7,6	119	41,2	145	50,2	289	100,0	144	49,8
Ir a museus	1	0,3	13	4,5	125	43,3	150	51,9	289	100,0	139	48,1
Ir a concertos de música clássica ou de jazz	4	1,4	17	5,9	74	25,6	194	67,1	289	100,0	95	32,9
Ir a espectáculos de dança e ballet	1	0,3	14	4,8	74	25,6	200	69,2	289	100,0	89	30,8
I - 3 a 4 vezes por mês	III - Ocasionalmente											
II - 1 vez por mês	IV - Nunca											

Quadro 27 – Frequência de “Outros” Consumos Culturais de Sociabilidade

Frequência	I		II		III		IV				Frequência	
	Total		Total		Total		Total		Total		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Praticar desporto	96	33,2	64	22,1	103	35,6	26	9,0	289	100,0	263	91,0
Ir a bares e discotecas	15	5,2	77	26,6	147	50,9	50	17,3	289	100,0	239	82,7
Dançar	13	4,5	47	16,3	168	58,1	61	21,1	289	100,0	228	78,9
Outra actividade	37	12,8	49	17,0	92	31,8	111	38,4	289	100,0	178	61,6
Fazer teatro (incluindo ensaios)	8	2,8	16	5,5	59	20,4	206	71,3	289	100,0	83	28,7
I - 3 a 4 vezes por semana	III - Ocasionalmente											
II - 1 vez por semana	IV - Nunca											

Quadro 28 – Razões de Adesão à Associação Juvenil

Razão de Adesão	Idade											
	12-17					18-30						
	Sexo					Sexo						
	Masculino		Feminino			Masculino		Feminino			Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Um familiar meu já estava envolvido	12	26,7	15	27,8	10	11,8	15	14,3	52	18,0		
Um membro da minha família mais chegada estava ligado à Associação	5	11,1	7	13,0	5	5,9	14	13,3	31	10,7		
Um amigo convidou-me	17	37,8	15	27,8	37	43,5	38	36,2	107	37,0		
Sinto-me responsável por procurar fazer com que a juventude e a sociedade se tornem melhores	4	8,9	12	22,2	13	15,3	23	21,9	52	18,0		
Outra	2	4,4	4	7,4	11	12,9	12	11,4	29	10,0		
Não sabe	2	4,4	1	1,9	2	2,4	1	1,0	6	2,1		
Não responde	3	6,7	0	0,0	7	8,2	2	1,9	12	4,2		
Total	45	100,0	54	100,0	85	100,0	105	100,0	289	100,0		

Quadro 29 – Aspecto Mais Valorizado na Associação Juvenil

Valores	Idade											
	12-17					18-30						
	Sexo					Sexo						
	Masculino		Feminino			Masculino		Feminino			Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
O ter experiências novas	13	28,9	28	51,9	34	40,0	53	50,5	128	44,3		
A convivência com os amigos	17	37,8	20	37,0	25	29,4	28	26,7	90	31,1		
O contacto com a natureza	10	22,2	4	7,4	12	14,1	11	10,5	37	12,8		
O fazer coisas que nada têm a ver com o estudo e/ou trabalho	1	2,2	2	3,7	7	8,2	7	6,7	17	5,9		
Não sabe	3	6,7	0	0,0	4	4,7	2	1,9	9	3,1		
Não responde	1	2,2	0	0,0	3	3,5	4	3,8	8	2,8		
Total	45	100,0	54	100,0	85	100,0	105	100,0	289	100,0		

Quadro 30 – Principal Razão para Continuar a Participar na Associação Juvenil

Participação	Idade								Total	
	12-17				18-30					
	Sexo				Sexo					
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino			
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Não tenho mais nada para fazer	1	2,2	0	0,0	2	2,4	1	1,0	4	1,4
Uma forma de ocupar o tempo	9	20,0	4	7,4	10	11,8	12	11,4	35	12,1
Uma forma de sair de casa	1	2,2	0	0,0	1	1,2	2	1,9	4	1,4
Encontro os meus amigos e convivo	13	28,9	8	14,8	18	21,2	12	11,4	51	17,6
Convivo com os meus amigos e tenho um espaço de formação	7	15,6	19	35,2	20	23,5	29	27,6	75	26,0
Uma forma de participar no desenvolvimento da sociedade	5	11,1	6	11,1	19	22,4	34	32,4	64	22,1
Faço novas amizades e tenho novas experiências	7	15,6	17	31,5	11	12,9	15	14,3	50	17,3
Não sabe	2	4,4	0	0,0	2	2,4	0	0,0	4	1,4
Não responde	0	0,0	0	0,0	2	2,4	0	0,0	2	0,7
Total	45	100,0	54	100,0	85	100,0	105	100,0	289	100,0

Quadro 31 – As Actividades Desenvolvidas na Associação Juvenil

Actividades	Total	
	N	%
Fazer campismo	140	50,2
Realizar reuniões	134	48,0
Praticar desporto	112	40,1
Passear ao ar livre	106	38,0
Desenvolver estratégias de trabalho em equipa	96	34,4
Organizar eventos: Festas e Comemorações	88	31,5
Fazer peditórios / Apoio a necessitados	86	30,8
Formar para a cidadania	77	27,6
Navegar na Internet	69	24,7
Concursos/jogos educativos e lúdicos	64	22,9
Desenvolver actividades com outras associações juvenis fora da ilha	58	20,8
Ver televisão	56	20,1
Ir à praia	55	19,7
Desenvolver actividades com outras associações juvenis dentro da ilha	55	19,7
Compor música	43	15,4
Dançar	43	15,4
Jogar jogos de computador	43	15,4
Fazer teatro	41	14,7
Ensinar e promover o conhecimento dos computadores	37	13,3
Fazer colóquios	32	11,5
Ver e debater conteúdos de filmes	31	11,1
Estudar	31	11,1
Promover concertos musicais	29	10,4
Promover e realizar exposições	26	9,3
Realizar filmes	22	7,9
Visitar museus	22	7,9
Fazer fotografia	20	7,2
Elaborar textos para jornal/revista	19	6,8
Realizar programa de rádio	15	5,4
Outra	4	1,4
Total	1654	100,0

Quadro 32 – As Actividades que Deveriam ser Mais Desenvolvidas na Associação Juvenil

Actividades	Total	
	N	%
Promover e realizar exposições	101	39,0
Praticar desporto	88	34,0
Desenvolver estratégias de trabalho em equipa	86	33,2
Desenvolver actividades com outras associações juvenis fora da ilha	78	30,1
Desenvolver actividades com outras associações juvenis dentro da ilha	75	29,0
Passear ao ar livre	74	28,6
Elaborar textos para jornal/revista	73	28,2
Compor música	71	27,4
Dançar	71	27,4
Concursos/jogos educativos e lúdicos	71	27,4
Fazer campismo	69	26,6
Fazer fotografia	69	26,6
Ensinar e promover o conhecimento dos computadores	69	26,6
Organizar eventos: Festas e Comemorações	67	25,9
Formar para a cidadania	67	25,9
Realizar programa de rádio	65	25,1
Fazer peditórios / Apoio a necessitados	64	24,7
Fazer colóquios	59	22,8
Realizar reuniões	59	22,8
Ver e debater conteúdos de filmes	57	22,0
Visitar museus	56	21,6
Realizar filmes	55	21,2
Fazer teatro	54	20,8
Promover concertos musicais	51	19,7
Navegar na Internet	49	18,9
Estudar	44	17,0
Jogar jogos de computador	43	16,6
Ver televisão	42	16,2
Ir à praia	37	14,3
Outra	8	3,1
Total	1872	100,0

Quadro 33 – As Actividades que Correspondem Mais aos Interesses dos Jovens

Actividades/Interesses	Total	
	N	%
Praticar desporto	81	32,5
Desenvolver actividades com outras associações juvenis fora da ilha	75	30,1
Passear ao ar livre	62	24,9
Realizar programa de rádio	59	23,7
Dançar	56	22,5
Fazer campismo	56	22,5
Formar para a cidadania	54	21,7
Realizar filmes	54	21,7
Estudar	52	20,9
Desenvolver actividades com outras associações juvenis dentro da ilha	50	20,1
Promover concertos musicais	49	19,7
Fazer colóquios	48	19,3
Fazer teatro	47	18,9
Desenvolver estratégias de trabalho em equipa	46	18,5
Ir à praia	46	18,5
Ver e debater conteúdos de filmes	45	18,1
Fazer peditórios / Apoio a necessitados	44	17,7
Navegar na Internet	44	17,7
Promover e realizar exposições	43	17,3
Organizar eventos: Festas e Comemorações	43	17,3
Elaborar textos para jornal/revista	43	17,3
Fazer fotografia	43	17,3
Ver televisão	42	16,9
Ensinar e promover o conhecimento dos computadores	42	16,9
Visitar museus	39	15,7
Compor música	38	15,3
Concursos/jogos educativos e lúdicos	36	14,5
Realizar reuniões	33	13,3
Jogar jogos de computador	32	12,9
Outra	4	1,6
Total	1406	100,0

Quadro 34 – Grau de Satisfação dos Jovens relativamente à Associação Juvenil

Satisfação	N	%
Em relação aos equipamentos		
Nada satisfeito	10	3,5
Pouco satisfeito	56	19,4
Satisfeito	163	56,4
Muito Satisfeito	46	15,9
Não sabe	7	2,4
Não responde	7	2,4
Total	289	100,0
Em relação às instalações		
Nada satisfeito	14	4,8
Pouco satisfeito	51	17,6
Satisfeito	151	52,2
Muito Satisfeito	61	21,1
Não sabe	6	2,1
Não responde	6	2,1
Total	289	100,0
Em relação às actividades e práticas culturais		
Nada satisfeito	2	0,7
Pouco satisfeito	15	5,2
Satisfeito	177	61,2
Muito Satisfeito	84	29,1
Não sabe	3	1,0
Não responde	8	2,8
Total	289	100,0
Em relação ao convívio com os associados		
Nada satisfeito	4	1,4
Pouco satisfeito	10	3,5
Satisfeito	138	47,8
Muito Satisfeito	127	43,9
Não sabe	3	1,0
Não responde	7	2,4
Total	289	100,0
Em relação à participação pessoal na vida associativa		
Nada satisfeito	2	0,7
Pouco satisfeito	18	6,2
Satisfeito	165	57,1
Muito Satisfeito	92	31,8
Não sabe	3	1,0
Não responde	9	3,1
Total	289	100,0

Quadro 35 – Registro de Permanência dos Jovens na Associação Juvenil

Associado	Idade								Total	
	12-17				18-30					
	Sexo				Sexo					
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino			
	N	%	N	%	N	%	N	%		
0 a 6 meses	4	8,9	9	10,6	3	5,6	3	2,9	19	6,6
7 a 11 meses	4	8,9	5	5,9	6	11,1	4	3,8	19	6,6
1 a 2 anos	12	26,7	15	17,6	9	16,7	22	21,0	58	20,1
3 a 5 anos	8	17,8	19	22,4	13	24,1	21	20,0	61	21,1
Mais de 5 anos	17	37,8	37	43,5	23	42,6	55	52,4	132	45,7
Total	45	100,0	85	100,0	54	100,0	105	100,0	289	100,0

Quadro 36 – Frequência no Planejamento de Actividades segundo o Tempo de Associado

Frequência	0 a 6 meses		7 a 11 meses		1 a 2 anos		3 a 5 anos		Mais de 5 anos		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Nunca	3	15,8	1	5,3	3	5,2	3	4,9	1	0,8	11	3,8
Raramente	5	26,3	8	42,1	8	13,8	4	6,6	7	5,3	32	11,1
Às vezes	6	31,6	5	26,3	25	43,1	25	41,0	33	25,0	94	32,5
Muitas vezes	4	21,1	5	26,3	13	22,4	22	36,1	51	38,6	95	32,9
Sempre	1	5,3	0	0,0	9	15,5	7	11,5	40	30,3	57	19,7
Total	19	100,0	19	100,0	58	100,0	61	100,0	132	100,0	289	100,0

Quadro 37 – Frequência no Planejamento de Actividades segundo o Grau de Pertença

Frequência	Associado		Associado Dirigente		Total	
	N	%	N	%	N	%
Nunca	11	4,7	0	0,0	11	3,8
Raramente	31	13,4	1	1,8	32	11,1
Às vezes	84	36,2	10	17,5	94	32,5
Muitas vezes	74	31,9	21	36,8	95	32,9
Sempre	32	13,8	25	43,9	57	19,7
Total	232	100,0	57	100,0	289	100,0

Quadro 38 – Participação na Associação Juvenil segundo o Grau de Desempenho

Participação	Colaborador		Assoc. Activo		Assoc. Passivo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Muito Pouco	2	2,1	1	0,6	12	30,0	15	5,2
Pouco	11	11,6	1	0,6	17	42,5	29	10,0
Médio	37	38,9	59	38,3	11	27,5	107	37,0
Muito	27	28,4	59	38,3	0	0,0	86	29,8
Bastante	18	18,9	34	22,1	0	0,0	52	18,0
Total	95	100,0	154	100,0	40	100,0	289	100,0

Quadro 39 – Participação nas Actividades segundo o Grau de Desempenho

Participação	Colaborador		Assoc. Activo		Assoc. Passivo		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Nunca	0	0,0	0	0,0	5	12,5	5	1,7
Raramente	9	9,5	2	1,3	15	37,5	26	9,0
Às vezes	21	22,1	27	17,5	20	50,0	68	23,5
Muitas vezes	36	37,9	77	50,0	0	0,0	113	39,1
Sempre	29	30,5	48	31,2	0	0,0	77	26,6
Total	95	100,0	154	100,0	40,0	100,0	289	100,0

Quadro 40 – Participação nas Actividades segundo o Grau de Escolaridade

Participação	Nunca		Raramente		Às vezes		Muitas vezes		Sempre		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Nunca frequentou a escola	0	0,0	1	3,8	2	2,9	1	0,9	1	1,3	5	1,7
Frequentou, mas não completou o 1.º ciclo do ensino básico	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	0,9	0	0,0	1	0,3
1º ciclo do ensino básico ou equivalente	0	0,0	0	0,0	1	1,5	0	0,0	0	0,0	1	0,3
2º ciclo do ensino básico ou equivalente	0	0,0	6	23,1	5	7,4	8	7,1	5	6,5	24	8,3
3º ciclo do ensino básico ou equivalente	3	60,0	5	19,2	12	17,6	34	30,1	28	36,4	82	28,4
Ensino secundário ou equivalente	2	40,0	12	46,2	35	51,5	52	46,0	26	33,8	127	43,9
Ensino médio	0	0,0	0	0,0	2	2,9	3	2,7	1	1,3	6	2,1
Ensino superior	0	0,0	1	3,8	5	7,4	13	11,5	14	18,2	33	11,4
Não sabe	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	1,3	1	0,3
Não responde	0	0,0	1	3,8	6	8,8	1	0,9	1	1,3	9	3,1
Total	5	100,0	26	100,0	68	100,0	113	100,0	77	100,0	289	100,0

Quadro 41 – Participação nas Decisões Importantes da Associação Juvenil segundo a Idade e o Sexo

Participação	Idade								Total	
	12-17				18-30					
	Sexo				Sexo					
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino			
	N	%	N	%	N	%	N	%		
Nunca	3	6,7	2	3,7	5	5,9	9	8,6	19	6,6
Raramente	11	24,4	6	11,1	8	9,4	6	5,7	31	10,7
Às vezes	17	37,8	29	53,7	38	44,7	41	39,0	125	43,3
Muitas vezes	12	26,7	10	18,5	25	29,4	35	33,3	82	28,4
Sempre	2	4,4	7	13,0	9	10,6	14	13,3	32	11,1
Total	45	100,0	54	100,0	85	100,0	105	100,0	289	100,0

Quadro 42 – Grau de Satisfação das Aspirações dos Jovens segundo a Idade e o Sexo

Satisfação	Idade								Total	
	12-17				18-30					
	Sexo				Sexo					
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino			
	N	%	N	%	N	%	N	%		
Muito pouco	3	6,7	0	0,0	1	1,2	1	1,0	5	1,7
Pouco	1	2,2	1	1,9	3	3,5	2	1,9	7	2,4
Médio	13	28,9	16	29,6	32	37,6	36	34,3	97	33,6
Muito	14	31,1	21	38,9	26	30,6	38	36,2	99	34,3
Bastante	8	17,8	12	22,2	19	22,4	25	23,8	64	22,1
Não sabe	4	8,9	3	5,6	3	3,5	0	0,0	10	3,5
Não responde	2	4,4	1	1,9	1	1,2	3	2,9	7	2,4
Total	45	100	54	100	85	100	105	100	289	100

Quadro 43 – Grau de Satisfação das Aspirações dos Jovens segundo o Tempo de Associado

Satisfação	0 a 6 meses		7 a 11 meses		1 a 2 anos		3 a 5 anos		Mais de 5 anos		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Muito pouco	1	5,3	1	5,3	1	1,7	1	1,6	1	0,8	5	1,7
Pouco	2	10,5	3	15,8	1	1,7	0	0,0	1	0,8	7	2,4
Médio	9	47,4	8	42,1	26	44,8	22	36,1	32	24,2	97	33,6
Muito	1	5,3	4	21,1	15	25,9	22	36,1	57	43,2	99	34,3
Bastante	2	10,5	3	15,8	10	17,2	13	21,3	36	27,3	64	22,1
Não sabe	2	10,5	0	0,0	3	5,2	2	3,3	3	2,3	10	3,5
Não responde	2	10,5	0	0,0	2	3,4	1	1,6	2	1,5	7	2,4
Total	19	100,0	19	100,0	58	100,0	61	100,0	132	100,0	289	100,0

Quadro 44 – Grau de Importância da Associação Juvenil para a Personalidade dos Jovens

Importância	Idade								Total	
	12-17				18-30					
	Sexo				Sexo					
	Masculino		Feminino		Masculino		Feminino			
	N	%	N	%	N	%	N	%		
Nada importante	2	4,4	0	0,0	2	2,4	1	1,0	5	1,7
Pouco importante	6	13,3	3	5,6	6	7,1	6	5,7	21	7,3
Importante	22	48,9	22	40,7	39	45,9	50	47,6	133	46,0
Muito importante	12	26,7	28	51,9	33	38,8	46	43,8	119	41,2
Não sabe	1	2,2	0	0,0	2	2,4	0	0,0	3	1,0
Não responde	2	4,4	1	1,9	3	3,5	2	1,9	8	2,8
Total	45	100	54	100	85	100	105	100	289	100,0

Quadro 45 – Significado da Família para os Públicos Juvenis

Significado	Total	
	N	%
Um lugar de segurança afectiva		
Concordo totalmente	181	62,6
Concordo	91	31,5
Discordo	8	2,8
Discordo totalmente	2	0,7
Não responde	7	2,4
Total	289	100,0
Um lugar onde as pessoas aprendem a preparar-se para a vida		
Concordo totalmente	167	57,8
Concordo	104	36,0
Discordo	8	2,8
Discordo totalmente	4	1,4
Não responde	6	2,1
Total	289	100,0
Um grupo de pessoas que se ajudam mutuamente em todas as circunstâncias		
Concordo totalmente	159	55,0
Concordo	106	36,7
Discordo	15	5,2
Discordo totalmente	3	1,0
Não responde	6	2,1
Total	289	100,0
Um meio indispensável para a formação da personalidade		
Concordo totalmente	181	62,6
Concordo	93	32,2
Discordo	11	3,8
Não responde	4	1,4
Total	289	100,0
Um lugar importante porque é nela que se encontram as raízes de cada um		
Concordo totalmente	153	52,9
Concordo	112	38,8
Discordo	16	5,5
Discordo totalmente	1	0,3
Não responde	7	2,4
Total	289	100,0
A causa de muitos problemas sociais e morais		
Concordo totalmente	28	9,7
Concordo	81	28,0
Discordo	120	41,5
Discordo totalmente	40	13,8
Não responde	20	6,9
Total	289	100,0
Um lugar onde encontramos falta de liberdade		
Concordo totalmente	14	4,8
Concordo	42	14,5
Discordo	159	55,0
Discordo totalmente	57	19,7
Não responde	17	5,9
Total	289	100,0
Uma fonte de conflitos por causa do dinheiro e dos bens		
Concordo totalmente	19	6,6
Concordo	33	11,4
Discordo	146	50,5
Discordo totalmente	71	24,6
Não responde	20	6,9
Total	289	100,0
Um grupo que se substitui facilmente por um grupo de amigo		
Concordo totalmente	12	4,2
Concordo	41	14,2
Discordo	123	42,6
Discordo totalmente	99	34,3
Não responde	14	4,8
Total	289	100,0

Quadro 46 – Dimensões de Realização Pessoal dos Públicos Juvenis

Dimensões	N	%
Amigos		
Muita realização	236	81,7
Pouca realização	20	6,9
Nenhuma realização	4	1,4
Não responde	29	10,0
Total	289	100,0
Família		
Muita realização	232	80,3
Pouca realização	26	9,0
Nenhuma realização	5	1,7
Não responde	26	9,0
Total	289	100,0
Política		
Muita realização	10	3,5
Pouca realização	103	35,6
Nenhuma realização	125	43,3
Não responde	51	17,6
Total	289	100,0
Emprego		
Muita realização	151	52,2
Pouca realização	56	19,4
Nenhuma realização	17	5,9
Não responde	65	22,5
Total	289	100,0
Religião		
Muita realização	74	25,6
Pouca realização	101	34,9
Nenhuma realização	42	14,5
Não responde	72	24,9
Total	289	100,0

Quadro 47 – Disponibilidade das Pessoas segundo os Públicos Juvenis

Disponibilidade	Total	
	N	%
Mais dispostas	77	26,6
Menos dispostas	120	41,5
Têm a mesma disposição	63	21,8
Não sabe	20	6,92
Não responde	9	3,11
Total	289	100

Quadro 48 – Representações de Cidadania segundo os Públicos Juvenis

Cidadania	I	II	III	IV	V	Total
	%	%	%	%	%	%
Votar sempre nas eleições regionais	9,3	19,7	61,9	4,8	4,2	100,0
Pagar sempre os impostos	5,9	13,1	72,3	4,8	3,8	100,0
Obedecer sempre às leis e regulamentos	3,1	17,3	75,1	1,4	3,1	100,0
Vigiar a acção do governo regional	9,0	35,3	41,5	6,2	8,0	100,0
Participar activamente em associações sociais ou políticas	10,4	43,9	33,6	4,5	7,6	100,0
Procurar compreender o pensamento das pessoas com outras opiniões	4,8	33,2	52,9	3,1	5,9	100,0
Escolher produtos por razões políticas, éticas ou ambientais, mesmo que custem um pouco mais.	14,9	31,1	44,3	2,8	6,9	100,0
Ajudar nos Açores as pessoas que vivem pior do que eu.	3,5	24,6	65,1	1,0	5,9	100,0
Ajudar as pessoas que, no resto do mundo, vivem pior do que eu.	3,8	27,3	61,2	2,4	5,2	100,0
Cumprir as regras de trânsito seja como peão ou como automobilista	1,0	13,8	78,2	1,4	5,5	100,0
Contribuir para um ambiente melhor separando o lixo e colocando-o nos locais correctos	2,1	11,4	81,0	1,4	4,2	100,0
Não danificar a propriedade pública (não deitar lixo para o chão, não escrever nas paredes, etc.)	1,7	9,0	82,4	2,1	4,8	100,0
Ser tolerante com as pessoas que são diferentes de mim	3,5	13,8	74,7	1,7	6,2	100,0
I - Nada Importante	IV - Não sabe					
II - Importante	V - Não responde					
III - Muito Importante						

Quadro 49 – Dimensão de Pertença Territorial segundo os Públicos Juvenis

Dimensão	Total	
	N	%
Freguesia onde vive	101	34,9
Concelho onde vive	69	23,9
Ilha onde vive	58	20,1
Região onde vive	20	6,9
País onde vive	15	5,2
A União Europeia	7	2,4
O mundo	8	2,8
Não sabe	5	1,7
Não responde	6	2,1
Total	289	100,0

Quadro 50 – Acção Interventora segundo a Comunidade Residencial dos Públicos Juvenis

Acção	Total	
	N	%
Muito eficaz	14	4,8
Eficaz	145	50,2
Pouco eficaz	80	27,7
Nada eficaz	14	4,8
Não sabe	22	7,6
Não responde	14	4,8
Total	289	100,0

Quadro 51 – Avaliação do Sentimento de Confiança segundo os Públicos Juvenis

Atitude	Total	
	N	%
Todo o cuidado é pouco quando se lida com as pessoas	156	54,0
Pode-se confiar na maioria das pessoas	93	32,2
Não sabe	21	7,3
Não responde	19	6,6
Total	289	100,0

Quadro 52 – Participação nas Actividades da Associação segundo o Sentimento de Confiança

Participação / Confiança	Nunca		Raramente		Às vezes		Muitas vezes		Sempre		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%		
Todo o cuidado é pouco quando se lida com as pessoas	1	20,0	13	50,0	32	47,1	66	58,4	44	57,1	156	46,5
Pode-se confiar na maioria das pessoas	2	40,0	7	26,9	24	35,3	34	30,1	26	33,8	93	33,2
Não sabe	0	0,0	5	19,2	6	8,8	8	7,1	2	2,6	21	7,55
Não responde	2	40,0	1	3,8	6	8,8	5	4,4	5	6,5	19	12,7
Total	5	100,0	26	100,0	68	100,0	113	100,0	77	100,0	289	100,0